

Nas margens da arquitectura:
a urbanização da pobreza a partir de Katmandu

Gabriela Branco Magalhães

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Sob a orientação do Professor Doutor Álvaro Domingues

Porto, Setembro de 2018

aos meus pais, pela oportunidade e incentivo,
ao Cian, por ter vivido e revivido a viagem comigo,
às amigas de sempre, pelo apoio e companheirismo,
ao professor Álvaro Domingues, pelas conversas,
a Katmandu e aos que lá deixei,

acreditando que estes pensamentos e ideias, ainda que expressos de
forma ingénua, são mais relevantes para o nosso mundo do que qualquer
edifício que eu possa, alguma vez, vir a construir.

Este estudo, intitulado *Nas margens da arquitectura: a urbanização da pobreza a partir de Katmandu* tenta, através de uma aproximação das áreas disciplinares da arquitectura, do urbanismo e das ciências sociais, debater não só as questões da espacialidade, como também a compreensão dos quotidianos e respectivos modos de apropriação do espaço por parte dos grupos sociais menos visíveis e estudados. Partindo de um primeiro contacto com uma outra realidade - a *viagem* a Katmandu - esta investigação procura combater um desconhecimento generalizado e desmistificar algumas visões pré-estabelecidas que, muitas vezes, se distanciam da realidade.

A referida desmistificação permite facilmente observar que a cidadania e o espaço democrático estão a encolher no mundo; daí que se tente, também, dar visibilidade aos recentes processos de produção espacial, incorporados na lógica produtiva capitalista e neoliberal - com enfoque nos países de *Terceiro Mundo*. Perante o cenário exposto, procuram-se perceber os mecanismos que estão na origem destas injustiças espaciais bem como fazer o levantamento das diferentes políticas, capazes - ou não - de responder aos problemas levantados. Conclui-se atentando para a responsabilidade cidadã, bem como para a necessidade de uma maior consciência social e política na formação académica dos arquitectos, cuja preocupação primordial deveria ser, nos dias de hoje, legitimar e consolidar práticas alternativas.

Palavras-chave: Urbanização; Pobreza; Pré-conceitos; Políticas; Cidadania; Participação

This study, entitled *On the margins of architecture: the urbanization of poverty from Kathmandu* tries, through an approximation of the disciplinary areas of architecture, urbanism and social sciences, to debate not only the issues of spatiality, but also the understanding of daily life and respective ways of space appropriation by the less visible and studied social groups. Starting from a first contact with another reality - the *journey* to Kathmandu - this investigation aims to combat a generalised lack of understanding and to demystify some pre-established visions that, often, distance themselves from reality.

The said demystification makes it easy to observe that citizenship and democratic space are shrinking in the world; hence it is also intended to give visibility to the recent processes of spatial production, embedded in the capitalist and neoliberal productive logic - focusing on *Third World* countries. In the face of the above scenario, the aim is to understand the mechanisms underlying these spatial injustices as well as to survey the different policies, capable of responding - or not - to the raised problems. It concludes paying heed to citizen responsibility, as well as to the need for greater social and political awareness in the academic education of architects, whose primary concern should be, nowadays, to legitimize and consolidate alternative practices.

Keywords: Urbanization; Poverty; Pre-conceptions; Policies; Citizenship; Participation

Sumário

	Sumário
8	Prólogo
11	Introdução
19	Estranhamento
33	Capítulo 1. Reconhecimento
34	1. Dos pré-conceitos do território e do distanciamento enquanto método de ruptura com o senso comum
40	2. Do bairro de lata - no discurso dominante - e respectivos equívocos
50	3. Do pouco rigor do pseudo-conceito de informalidade
59	Capítulo 2. De Katmandu
60	1. A sociedade e o território - <i>traços gerais</i>
74	2. O terramoto, a urgência e os conflitos de identidade
81	Capítulo 3. Um urbanismo para a coesão social
82	1. A sociedade hiper-moderna, o bloqueio de alternativas emancipatórias e a utopia
92	2. A base das (in)justiças - <i>propriedade, infra-estrutura e habitação</i>
100	3. As possíveis políticas de actuação face à precariedade - <i>destruir, substituir ou melhorar</i>
141	Considerações finais
142	1. Sobre a informalidade
144	2. Sobre a participação - da auto-ajuda ao voluntariado
146	3. Sobre o papel da escola na acção social dos arquitectos
148	Epílogo
151	Bibliografia
160	Lista de imagens

Prólogo

Não viajei até Katmandu com o intuito de, a partir deste território, escrever uma dissertação. Foi Katmandu que me “obrigou” a fazê-lo; estranhei-o profundamente, numa viagem em mim mesma e, sobretudo, *nos outros*. Trata-se portanto de uma reflexão pessoal, fruto desse *estranhamento*, que tenta materializar - e perceber as explicações para - um conjunto de inquietações que surgiram de uma viagem, onde a razão e a emoção conviveram diariamente e, por isso, separá-las seria impensável.

Utilizar um discurso impessoal, e unicamente analítico, talvez fosse uma escolha mais segura, mas não faria jus à veracidade das histórias, vivências e pessoas que tornaram este estudo possível; assim, a presente dissertação foi redigida à luz do discurso pragmático exigível a um trabalho de investigação académica (espero), nele entretecendo, sempre que possível, a emoção da descoberta que foi esta viagem.



Introdução

(...) no processo de conceptualizar uma realidade diversa, desconexa, é sempre fundamental o recurso a imagens, metáforas, analogias, modelos, sinais, símbolos e alegorias.¹

¹ “(...) it is always a fundamental process of conceptualizing an unrelated, diverse reality through the use of images, metaphors, analogies, models, signs, symbols and allegories.” em UNGERS, Oswald Mathias; *Morphologie: City Metaphors*; 1982; p. 9

Acredito, firmemente, que as experiências que vivemos, em paralelo com os nossos valores e pontos de vista, acabam por determinar o modo como construímos a nossa percepção do mundo. Desta forma, a presente dissertação parte da colaboração com uma ONG internacional¹, de Abril a Junho de 2017, em *Thulo Pakhar*, uma pequena e esquecida aglomeração urbana no meio das imponentes montanhas do Nepal. Esta ONG opera através de acções localizadas de voluntariado, na sequência do terramoto de Abril de 2015, investindo esforços na construção, reconstrução e reabilitação de escolas, colaborando com a comunidade afectada. O meu envolvimento neste programa desencadeou um primeiro contacto com a capital do país - *Katmandu* - que, num primeiro momento, estranho; depois entranho.

Assim, e partindo deste estranhamento de uma nova realidade e cultura - que mudou consideravelmente a minha perspectiva sobre a urbanidade, sobre o habitar e ainda sobre as relações que se dão nas comunidades em contextos de escassez - e assumindo que a acção das ONG's é apenas uma pequena parte no que respeita ao urbanismo nestes ambientes de precariedade -, a presente dissertação visa o entendimento da urbanização da pobreza, usando como ponto de partida a *megacidade* de Katmandu que, tal como afirma Ananya Roy, é metonímia para subdesenvolvimento, Terceiro Mundismo, *Global South*.²

Se, por um lado, habitamos um *Primeiro Mundo* que se caracteriza, na teoria, pela ordenação racional do território, fruto de séculos de consolidação urbana, por outro, assiste-se a um *Terceiro Mundo* que sofre não só de inúmeros problemas urbanos e arquitectónicos, como também sociais e humanos. Estamos, portanto, perante um mundo dividido em dois: o dos *ricos* e o dos *pobres*, num contraste entre *condomínios fechados* e *bairros de lata*.

Dediquei os meus últimos cinco anos aos “condomínios fechados”; interessa-me agora, dedicar esta investigação àquilo que realmente me preocupa, enquanto cidadã e, sobretudo, enquanto futura arquitecta - aos processos de urbanização em contextos de vasta carência. Pretendo, sobretudo, ser capaz de usar a arquitectura como ferramenta operativa e flexível, que propõe alternativas às mais diversas circunstâncias.

Deste modo, e embora reconhecendo uma maior limitação de recursos disponíveis para o efeito, esta investigação propõe identificar os espaços de pobreza, geralmente negligenciados no campo disciplinar do urbanismo e da arquitectura, questionando, nesse contexto, a visibilidade e o papel das comunidades mais desfavorecidas; pretende também reflectir sobre a produção de estratégias de intervenção para a requalificação destes contextos de precariedade.

¹ *All Hands Volunteers*, actualmente *All Hands and Hearts*.

² “The megacity is a metonym for underdevelopment, Third Worldism, the global South.” em ROY, Ananya; *Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism*; International Journal of Urban and Regional Research; Vol. 35.2; 2011; p. 224



Figura 1. Katmandu



Figura 2. Estradas em terra e trânsito caótico



Figura 3. Abrigo em Thulo Pakhar



Figura 4. Local de encontro em Thulo Pakhar

Comecei, assim, a esboçar as linhas de desenvolvimento desta investigação colocando à minha frente uma realidade que eu achava que conhecia, única e simplesmente porque a vi de perto. No entanto, ao lançar as primeiras ideias para retratar uma realidade tão distinta, apercebi-me de que este mundo - o dos *pobres* - se fechava na impossibilidade de ser caracterizado segundo um esquema linear, onde tudo fizesse sentido, ou seja, segundo aquilo que entendemos por *organização*. Quando percebi, então, que esta realidade se devia ler como um *processo*³, o propósito fundamental da dissertação passou a ser um *estar entre*: tentar perceber, reconhecer - e organizar, dentro dos possíveis - uma série de impressões que esta realidade me propôs. E, *estar entre*, é tentar perceber o dito *processo*, numa abordagem “informal”, sobretudo e principalmente porque à medida que se explora, se transforma.

Assim, e sem a pretensão de uma análise bibliográfica demasiado extensa, o método de trabalho passa por aqueles que, segundo Ungers, são os três níveis básicos de compreensão dos fenómenos físicos. Primeiro, a *exploração de factos físicos puros* - a viagem; segundo, o *impacto psicológico que tem em nós*; e terceiro, a *descoberta imaginativa e a reconstrução de fenómenos com o fim de os tornar conceitos*.⁴ Os dois últimos serão, de certa forma, materializados nesta dissertação, recorrendo maioritariamente a autores contemporâneos que têm vindo a escrever sobre estas temáticas e a algumas leituras inocentes no âmbito da sociologia.

Para isso, senti então a necessidade de enquadrar esta realidade, sempre socorrida por uma atitude crítica (por vezes, até auto-crítica) constante, na procura de reunir alguns elementos fragmentados tentando, através de um exercício de síntese proposto a mim mesma, introduzir alguma “ordem” no caos para, em seguida, indagar que formas de intervenção podem definir, e distinguir, as práticas operativas e eficazes das práticas inoperativas e ineficazes, em contextos de precariedade. Assim, e concretamente falando, a investigação a integrar o corpo principal do trabalho dividir-se-á em três capítulos distintos que se complementam:

O primeiro capítulo, *Reconhecimento*, consistirá na abordagem teórica de questões mais abrangentes identificadas como pressupostos gerais do tema a analisar: a constatação dos vários pré-conceitos que giram à volta do território, a compreensão do *bairro de lata*, das necessidades básicas de quem neles reside - e respectivos equívocos relativamente à imagem mental que dele temos -, bem como a tentativa de clarificação do pseudo-conceito de *informalidade*. Embora, neste capítulo, se reconheça a importância da problemática da habitação, perante o recorrente desleixo relativamente à nossa *casa comum*, considerou-se que esta reflexão deveria seguir as questões do planeamento, o *como (re)construir território*.

³ CORBOZ, André; *El territorio como palimpsesto*; p. 27

⁴ “There are three basic levels of comprehending physical phenomena: first, the exploration of pure physical facts; second, the psychological impact on our inner-self; and third, the imaginative discovery and reconstruction of phenomena in order to conceptualize them.” em UNGERS, Oswald Mathias; *Morphologie: City Metaphors*; 1982; p. 8

O segundo capítulo, *De Katmandu*, assentará numa leitura ligeiramente mais aprofundada das especificidades deste território que tanto me inquietou e que foram, ao longo do tempo, construindo a sua *identidade*. Regressar-se-á à capital para tentar reflectir, também, sobre a catástrofe que lá aconteceu. A urgência surge como uma variável em contextos deste tipo; sem pretender estudar as estratégias de provisoriedade, sentiu-se a necessidade de perceber os impactos e as implicações dessas circunstâncias na planificação e na execução das estratégias. Será a catástrofe uma oportunidade? Como gerir os recursos dessas circunstâncias imprevistas juntamente com os desafios de um contexto já *informal*?

No terceiro capítulo, *Um urbanismo para a coesão social*, será reforçada, primeiramente, a influência da globalização nestes contextos, bem como a crescente falta de emancipação de uma sociedade dita *hiper-moderna*, que se reflecte inevitavelmente nas actuais formas de urbanidade. Num segundo momento, tentam-se identificar os mecanismos que se encontram na base destas (in)justiças espaciais; por fim, e dada a impossibilidade de dominar extensivamente os inúmeros programas adoptados nos diferentes contextos de precariedade, procuram-se seleccionar algumas estratégias-chave e agrupá-las segundo as diferentes atitudes perante o problema - *destruir*, *substituir* ou *melhorar* - discutindo algumas das questões subjacentes a cada uma delas, realçando sempre a incerteza e a complexidade inerentes à problemática da pobreza e da precariedade.

Em suma, pretende-se chegar a um *reconhecimento* destas realidades, *partindo de e voltando a Katmandu*, numa tentativa de ponderar bases de acção com vista a *um urbanismo para a coesão social*; neste sentido, diria que a presente investigação apresenta uma grande componente de teoria/conceptualização - desde o primeiro ao último capítulos - mas que, com a ajuda desta “bagagem”, e com a análise das diferentes estratégias adoptadas no âmbito de alguns programas de intervenção em contextos de precariedade, culmina numa componente mais projectual.

Finalmente, concluir-se-á reflectindo sobre a *informalidade*, sobre a participação cidadã sob a forma de voluntariado (ou qualquer outra forma associativa) - enquanto instrumento que mobiliza comunidades -, bem como sobre o papel da escola na acção social dos arquitectos; não pretendo, com estas considerações, fixar métodos únicos e indiscutíveis de acção, mas sim discorrer sobre aquilo que esta investigação me permitiu concluir.

Por fim, a título de nota introdutória, repare-se que a formatação de diversas palavras e expressões em itálico não é, necessariamente, sinónimo de citação ou estrangeirismo; trata-se, também, de um detalhe visual propositado - mas que vai surgindo de forma quase natural à medida que escrevo - como se de um aviso se tratasse, no intuito de, subliminarmente, manter presente a importância e complexidade de tais desígnios, reconhecendo a impossibilidade de os esclarecer na sua completude.

Adicionalmente, a presente investigação não pretende - nem nunca conseguiria - lidar com todas as questões relativas à urbanização no *Terceiro Mundo*, longe disso; esta outra realidade por mim interpretada, não quer ser mais do que um ponto de partida e se, com ela, apelar a outros olhares que não apenas o meu, poderei então dizer que atingi os meus objectivos.



Estranhamento

Chegando a qualquer nova cidade o viajante reencontra o seu passado que já não sabia que tinha: a estranheza do que já não somos ou já não possuímos espera-nos ao caminho nos lugares estranhos e não possuídos.¹

¹CALVINO, Italo; *As cidades invisíveis*; p. 30

Início de Abril de 2017. Sobrevôo o Vale de Katmandu, o mais amplo dos Himalaias. Aqui vive mais de um terço da população urbana do Nepal⁵ e muitos outros têm vindo regularmente para cá morar.

Vistos do ar, os edifícios estendem-se ao longo das estradas principais como tentáculos de cimento que espremem o verde dos campos de arroz. À medida que me aproximo, nasce a sensação de mergulhar num desmesurado e denso bairro de lata. A paisagem é coberta por uma espessa nuvem de poluição; uma tempestade adivinha-se nos céus sombrios.

O aeroporto, construção precária, é ainda uma relativa novidade para o Nepal que, só na década de 1950, abriu as portas a estrangeiros.⁶ Os procedimentos para obtenção de visto são lentos; o calor não ajuda à espera. Enquanto isso, observo algumas mulheres trajadas de *saris*⁷ com cores fortes e garridas que, ajoelhadas, esfregam cuidadosamente o chão do edifício. Já se sente o cheiro a incenso.

Solta-se, repentinamente, uma forte chuva, típica da temporada de monções. Desloco-me num táxi até ao centro da frenética e intrigante capital, onde as casas nascem de forma aleatória e não se vislumbram nunca terminadas. Num ambiente de trânsito caótico mas negociável, onde as buzinas imperam com os mais bizarros e estridentes sons, sinto-me a viajar noutra realidade. Veículos motorizados das mais variadas espécies, bicicletas e riquexós, alpinistas e *hippies* europeus desorientados preenchem as ruas. A estes juntam-se ainda as inúmeras almas que habitam Katmandu e as vacas que, com elas, partilham a estrada e bloqueiam o trânsito. Quase noite e sem iluminação pública, adivinham-se sombras e silhuetas pela luz dos faróis.

Já no centro, e com uma fraca percepção dos edifícios à volta - ofuscados por néons e cartazes publicitários - o complexo de ruas e praças trazem, para minha surpresa, uma atmosfera extraordinária, orgânica e intrincada. Totalmente diferente de tudo o que vi até hoje, a cidade apresenta uma irreabilidade teatral, com edifícios surpreendentes que marcam a sua silhueta no céu escuro. Pagodes⁸ imponentes, de longos telhados que se armam em abas sucessivas, sempre mais altos do que as paredes que os suportam, são encimados por pináculos, com um estilo inconfundivelmente nepalês. Uma arquitectura de conto de fadas, mais mágica ainda por a ter encontrado à noite.

⁵ MUZZINI, Elisa; APARICIO, Gabriela; *Urban Growth and Spatial Transition in Nepal: An Initial Assessment. Directions in development: countries and regions*; Washington, DC: World Bank; 2013; p. 2

⁶ SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes; Switzerland: Springer International Publishing*; 2017; p. 13

⁷ Traje típico das mulheres indianas, constituído por uma peça de tecido comprida que é enrolada à volta do corpo.

⁸ Designação genérica dos templos de certas religiões da Ásia, especialmente do budismo.



Figura 5. Chegada a Katmandu



Figura 6. Néons, cartazes publicitários e silhuetas, ao anoitecer



Figura 7. Vista do quarto para a fonte azul



Figura 8. Ruelas transversais, cabras e conversas à porta

Chego ao hostel. O edifício, de construção simples em tijolo e pé-direito especialmente baixo, adivinha-se bastante acolhedor. Sou surpreendida pelas curiosas janelas de forma octogonal que se abrem para o pátio de entrada; este último parece dar notícia da vida comunitária que ali se praticava - antes dos hotéis, suponho - pela bonita fonte azul que se encontra ao centro, admirada regularmente pelos viajantes que chegam de mochila às costas. Ainda que num primeiro andar, sente-se a chuva a cair na cobertura; a energia falha e o quarto fica às escuras. O comércio encerra, os restaurantes fecham e as ruas desertificam-se.

A cidade acorda e encontro-me no *ghetto* turístico de *Thamel*. Regra geral, as ruas não são pavimentadas; devido à chuva da noite anterior, caminho pela lama. Ao longo deste percurso, observo turistas comodamente sentados em cafês à *moda europeia* a beber o merecido *cappuccino* matinal; ao almoço talvez uma *pizza* e ao jantar, quem sabe, um *hamburger*; o serão termina num pub irlandês ou numa discoteca.

Sigo, apreensiva, o caminho até à praça principal e, pouco a pouco, vou percebendo as cores da cidade; os castanhos e laranjas quentes dos edifícios em tijolo e as varandas e janelas minuciosamente esculpidas em madeira vão dando sinais de vida. Ignorando a linha quase contínua de lojas para turistas - competindo, entre elas, por atenção estrangeira - e espreitando pelas ruelas transversais, vejo que a cidade não está, ainda, completamente morta: há quem moa cereais na rua, quem converse com o vizinho à porta de casa, quem dê banho às crianças em pleno espaço público. É evidente o gosto pela vida comunitária.

Encontro finalmente a *Durbar Square*. O centro nervoso e comercial onde se pode comprar desde lenços de caxemira às mais variadas e excêntricas peças de artesanato. Apesar de maioritariamente destruída pelo terramoto de 2015 - mas já com alguns esforços investidos na reconstrução dos edifícios mais emblemáticos - esta enorme praça continua a ser um verdadeiro panteão dos deuses e, ao mesmo tempo, uma das zonas mais animadas da cidade. Muitos deslocam-se à praça para venerar a *Brahma*, *Vishnu* ou *Shiva*⁹; sente-se que naquele vale de culturas e religiões, a vida dos habitantes é ainda muito dominada pela espiritualidade.

Incensos, pós coloridos, flores, lamentos e louvores. Partilhando o palco com os devotos, passo por comerciantes que me pedem uma quantia discreta em rúpias pelas suas peças de artesanato. Pessoas passam apressadas para os seus empregos, crianças descalças correm de um lugar para o outro, “atacando” turistas em busca de rúpias, euros, dólares, canetas ou sabonetes. Ainda assim, um dos poucos lugares que, até aqui, me convidou a ficar.

⁹ Os três principais deuses do hinduísmo, que simbolizam respectivamente a criação, a conservação e a destruição.

Continuo a afastar-me, sem destino, até que dou por mim a caminhar num *sukumbasi*¹⁰ de Katmandu, por uma “rua” irregular e lamacenta, com esgotos a céu aberto. Chego à margem do Rio Bagmati, tristemente transformada em bairro de lata e lixeira. A poluição é uma ameaça; as pessoas passam com máscaras a cobrir o nariz e a boca. O ambiente sente-se pesado e a zona transmite marginalização e insegurança.

Devido às nuvens de pó e poluição, respirar começa a ser custoso - mas sigo caminho. Desta vez, com um destino em mente. Curiosa para ver este teatro de outro ponto de vista, dirijo-me para *Swayambunath*, um dos pontos altos do vale. Aqui e ali surge um vendedor ambulante que transporta algumas frutas da época, uma estatueta de uma qualquer divindade, uma criança sorridente de uniforme escolar - que, ao avistar uma estrangeira ocidental, espontaneamente, une as palmas das suas mãos e cumprimenta com um simpático *Namasté*¹¹ - e mais uma pequena *stupa*¹² embrulhada em cabos eléctricos - a imagem de marca da cidade.

Ao longo deste percurso, o desafio encontra-se na travessia das ruas, que começam a ser genericamente mais largas. Os condutores parecem não querer travar; as pessoas lançam-se à estrada e *seja o que Deus quiser*. Um crescendo de monstruosidades de betão começa a ser visível; é esta a imagem da “modernidade”.

Subo uma longa e íngreme escadaria. Erguido numa colina rodeada de árvores e pequenos macacos hostis e famintos, Swayambunath apresenta-se como um complexo religioso¹³, situado num subúrbio a Oeste de Katmandu. Lá no alto, o ar sente-se leve. Observo a cidade. Vejo um amontoado de casas coloridas, todas elas, mais uma vez, de aspecto inacabado, construídas nos mais diversos materiais. As montanhas que desenham o vale impõem-se, agora, como uma barreira natural que impede que Katmandu cresça para além delas e que, inevitavelmente, aumentam o efeito de estufa e a poluição atmosférica, pela forma que apresentam.

¹⁰ *Sukumbasi* significa “sem terra” e é o nome comum dado aos *slums*, no Nepal.

¹¹ Namasté é um cumprimento ou saudação utilizada principalmente na Índia e no Nepal. Nas culturas indianas e nepalesas, a palavra é dita no início de uma comunicação verbal ou escrita. Literalmente significa “curvo-me diante de ti”; quando dito a outra pessoa, é normalmente acompanhada de uma ligeira vénia feita com as duas mãos juntas e pressionadas, as palmas tocando-se e os dedos apontando para cima, no centro do peito. O gesto também pode ser realizado em silêncio, contendo o mesmo significado.

¹² Construção em forma de sino, com uma forte simbologia, que marca um lugar sagrado budista; existem várias na cidade.

¹³ Maioritariamente budista, mas também hindu.



Figura 9. Pobreza exposta nas margens do Rio *Bagmati*



Figura 10. *Katmandu*, dois anos depois do terramoto



Figura 11. Trânsito caótico mas negociável



Figuras 13 e 14. De Thamel até à escadaria de Swayambunath



Figura 12. Thamel, o “guetto” turístico de Katmandu



Figura 15. Katmandu vista desde Swayambunath



Figura 16. De Katmandu a Thulo Pakhar - viagem de autocarro



Figura 17. O autocarro vai cheio

É interessante o antagonismo que se sente entre a cidade percorrida de forma louca, no mais profundo vale, e a cidade observada de um ponto mais alto, onde toda aquela azáfama desvanece e tudo parece pacífico, numa estranha e caótica harmonia - se é que existe. Nesta cidade calma, *a das coberturas*, a existência do terraço é predominante. Leio-o como o espaço de desafogo de cada edifício; decorados com os seus respectivos reservatórios de água e com as coloridas bandeiras de oração que se vêem espalhadas nos céus da cidade¹⁴, é aqui, nestes espaços, que os habitantes estendem as suas roupas e encontram alguma paz.

De volta à cidade caótica do *piso térreo*, continuo a caminhar até que, num abrir e fechar de olhos, sinto-me na Nova Iorque de Katmandu. Confirmo-o, ironicamente, ao ver escrito *Times Square* no topo de um dos edifícios. *Durbar Marg* surge como uma grande avenida que, à semelhança das majestosas avenidas Haussmannianas, é rematada por um palácio de aspecto imponente¹⁵. Percorro-a e encontro tudo o que de mais ocidental e “luxuoso” se possa imaginar; o trânsito continua caótico. Aqui, as mulheres trocam os femininos *saris* por calças de ganga.

Passam-se dois dias de deambulação e começo a afastar-me da grande cidade, em direcção a *Thulo Pakhar* - a remota vila nepalesa, a Este de *Katmandu*, onde viria a realizar um programa de voluntariado durante mais de dois meses. O gradual crescimento da pobreza é agora ainda mais evidente.

Viajo num autocarro, acompanhada por cabras e galinhas, durante mais de cinco horas. De repente, e por falta de lugares livres, uma senhora de meia idade senta-se ao meu colo, como se me conhecesse; senti-me parte da família. Este bonito momento foi vivido ao som de uma estridente e ensurdecadora música nepalesa, seleccionada entusiasticamente pelo motorista. Buzinas, solavancos e curvas repentinas. O piso ainda se faz de terra incerta.

À medida que saio do caos urbano e começo a subir as imponentes montanhas do vale, as estradas adivinham-se, de forma progressiva, em piores condições. São à volta de noventa e cinco quilómetros, literalmente aos saltos, em estradas estreitas, repletas de buracos, com curvas apertadas, onde só passa um veículo de cada vez - desço o olhar e vejo uma enorme ravina. Ouço comentar que os acidentes são comuns nestas viagens, devido à falta de manutenção dos veículos e à condução imprudente. Ignorando isto, a paisagem é de cortar a respiração.

¹⁴ Bandeiras coloridas, de pano, que contêm, escritas, preces tibetanas. Cada cor simboliza um elemento, uma energia. Tradicionalmente, as bandeiras são erguidas ao ar livre para que as preces sejam levadas e “recitadas” pelo vento por longas distâncias.

¹⁵ Palácio Narayanhiti, local de residência dos últimos reis do Nepal.

Dirijo-me para uma das zonas mais afectadas pelo grande terramoto. Num local de constantes tempestades, esta comunidade vive em casebres auto-construídos que se penduram na estrada; de espaço muito limitado - provavelmente um ou dois quartos - são, geralmente, construídos com chapas de zinco onduladas que se apoiam em frágeis estruturas de madeira. Abrigam também mercearias ou pequenos “restaurantes” improvisados; *de e para a comunidade* - naquela época, também para os voluntários que suportavam, inevitavelmente, a economia local. A maioria destas construções tem electricidade, às vezes até televisão. No entanto, apenas uma pequena parte delas usufrui de latrinas privadas.

Chamam-lhe vila, mas é apenas uma povoação dispersa. As escolas foram destruídas; as casas foram destruídas; os serviços básicos estão a dezasseis quilómetros de distância, localizados no aglomerado urbano mais próximo - o equivalente a uma hora de viagem aos solavancos, montanha abaixo, com curvas e contracurvas. Em conversa com *Pema*, um dos pedreiros que trabalhou comigo na construção das escolas - e que dominava suficientemente bem o inglês - apercebo-me de que são estes os motivos que forçam a maior parte da população de *Thulo* - e de outras zonas mais remotas - a migrar para a caótica Katmandu, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Entendo, agora, a expansão descontrolada.

Regresso, depois de meses de trabalho árduo - mas gratificante -, à grande capital que tanto me intriga. Observo a cidade pela última vez, agora com uma certa nostalgia latente; caminho pelas ruas como se estivesse em casa. Páro e sento-me numa *pati*.¹⁶ Pelo estranhamento inicial e pela distância que senti em relação ao modo como até então percepcionava o mundo, esta “história” tem de ser contada de uma outra forma.

Despeço-me com saudade.

E inquietação.

¹⁶ Plataforma elevada que serve como abrigo e espaço de convívio.



Figura 18. Comércio local, pendurado na estrada, em *Thulo Pakhar*



Figura 19. Local de encontro em *Katmandu* - *pati*



Capítulo 1. Reconhecimento

O atlas tem esta qualidade: revela a forma das cidades que ainda não têm forma nem nome. (...) O catálogo das formas é infinito: enquanto houver uma forma que não tenha encontrado a sua cidade, continuarão a nascer novas cidades. Onde as formas esgotam as suas variações e se desfazem, começa o fim das cidades.¹

¹CALVINO, Italo; *As cidades invisíveis*; p. 142

1. Dos pré-conceitos do território e do distanciamento enquanto método de ruptura com o senso comum

1. Dos pré-conceitos do território e do distanciamento enquanto método de ruptura com o senso comum

Contar a “história” de uma outra forma implica distanciar-me de tudo aquilo que experienciei e que, anteriormente, descrevi - talvez de forma demasiado emotiva e ingénua. Somos constantemente influenciados pelas noções comuns e por aquilo que entendemos que é a realidade. O *estranhamento* surge, assim, quando a *realidade* - enquanto leitura do meio que nos envolve - e os *modelos de referência* não coincidem e, por isso, tudo se torna caótico, desordenado, sem sentido¹⁷. No entanto, e quase sempre, estas realidades carecem apenas de explicação e, para isso, torna-se necessário uma *ruptura com o real e com as configurações que ele propõe à percepção*¹⁸, de forma a evitar que estas se imponham como conhecimento puro, como verdade inabalável.

Assim, e sendo a *produção de sentido* essencial para compreender este caos com o qual dificilmente nos relacionamos¹⁹, importa olhar Katmandu - agora com o devido afastamento - como ponto de partida para tentar desconstruir os referidos modelos de referência²⁰ - os ditos pré-conceitos do território - por uma leitura mais clara desta realidade que é, infelizmente, transversal a muitos outros lugares contemporâneos, comumente considerados *ciudades*.

Mas afinal o que é a cidade? Diria ser este o mais importante pré-conceito do qual senti a necessidade de me distanciar. Permanecia, intacta, a ideia mental de cidade como o oposto de campo; caracterizadas por uma grande coesão arquitectónica, densidade e pela diversidade funcional, as cidades têm, na nossa imaginação, um centro, uma forma e um limite claramente definidos.²¹ Esta ideia, que insistimos em manter com uma certa nostalgia²², leva obviamente ao *não reconhecimento* dos territórios contemporâneos onde tudo é difuso e onde não se consegue determinar exactamente onde termina o *urbano* e começa o *rural*.

¹⁷ “The way we experience the world around us depends on how we perceive it. Without a comprehensive vision the reality will appear as a mass of unrelated phenomena and meaningless facts, in other words, totally chaotic.” em UNGERS, Oswald Mathias; *Morphologie: City Metaphors*; 1982; p. 8

¹⁸ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude; *A profissão de sociólogo - preliminares epistemológicas*; 3ª ed.; trad. Guilherme João de Freitas Teixeira; Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; 1999; p. 25

¹⁹ “The major concern is not the reality as it is but the search for an allround idea, for a general content, a coherent thought, or an overall concept that ties everything together.” em UNGERS; Oswald Mathias; *op. cit.*; p. 7

²⁰ “Generally a model is a theoretical complexity in itself which either brings a visual form or a conceptual order into the components of complex situations.”; *ibidem*; p. 11

²¹ CORBOZ, André; *La ciudad desbordada* em *Ciudades: del globo al satélite*; Barcelona: Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona; 1994; p. 219

²² Embora não fossemos, nunca, capazes de suportar o controlo social e religioso que quase sempre dominava nestas cidades - ainda definidas por muralhas - nem mesmo a ausência radical de comodidades que afectava a maioria dos seus habitantes, bem como as suas carências no que diz respeito a alimentação ou assistência médica.

A verdade é que, com o aparecimento da fotografia aérea, a par da possibilidade de “sobrevolar” o *google maps*, conseguimos ver as “cidades” de uma outra perspectiva - muito embora, nem tudo seja visível. Os satélites acabam por revelar as “mentiras” das representações citadinas que, até então, *censuravam* a realidade: o estado perpetuamente inacabado da “cidade”, as rupturas, os choques de tramas, isto é, o carácter não homogéneo que desmente o postulado da harmonia.²³

O satélite permitiu também constatar que urbanizámos todo o território, numa espécie de nebulosa de aglomerações que se sobrepuseram umas às outras²⁴ e que, também por isso, já não se pode falar na realidade territorial da “cidade”, sendo necessário abandonar a imagem mental que dela temos. Poder-se-á dizer então, e com provas evidentes, que a *condição urbana* mudou verdadeiramente e que, com ela, como veremos, mudaram também os modos de habitar esta nova forma de urbanidade. Falemos então de território.

O que importa aqui salientar é que o facto da imagem mental não corresponder ao território contemporâneo leva a interpretações baseadas em juízos de valor, que não ajudam em nada ao seu *reconhecimento*.²⁵ Mas mesmo que nos sintamos capazes de reconhecer este território, *difuso*, inconscientemente comparamo-lo sempre com a cidade tradicional, *compacta*, e é isso que nos leva a concluir que o difuso não tem forma, não tem estrutura, não tem identidade, é feio e estranho. Esta é, de facto, uma visão pessimista que, no meu entender, parece ser quase um bloqueio mental ao exercício do projecto de arquitectura. E é no sentido de contrariar esta visão, que se torna necessário distanciarmo-nos e perceber se, de facto, o território perdeu a sua forma, ou se ganhou novas formas.

Mas mais importante ainda, é entender que o território não é apenas um chão, estagnado no tempo, onde pousam alguns edifícios e que vamos habitando aqui e ali; é, sim, uma construção social²⁶ e deve ser entendido enquanto *processo, produto e projecto*.²⁷

²³ “Porque la fotografía revela todo lo que las pretendidas vistas desde el globo embellecían, disimulaban o simplemente eliminaban: el estado perpetuamente inacabado de la ciudad, su provisionalidad, las excepciones, los rasgos antiguos, las rupturas y los choques de tramas, las lagunas de la textura, es decir: el carácter no homogéneo que desmiente el postulado de armonía.” em CORBOZ, André; *La ciudad desbordada* em *Ciudades: del globo al satélite*; Barcelona: Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona; 1994; p. 227

²⁴ “El satélite permite constatar que hemos urbanizado todo el territorio. Las aglomeraciones han crecido tanto que se han superpuesto las unas con las otras, (...)”; *ibidem*.

²⁵ SILVA, Cidália; *Dissipar equívocos: saber ver o território contemporâneo* em TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo; *Arquitectura em Lugares Comuns*; p. 36

²⁶ “(Social) space is a (social) product.” em LEFEBVRE, Henri; *The production of space*; p. 26

²⁷ “Comparte con el territorio el ser proceso, producto, proyecto, y como es también forma y sentido, incluso corremos el riesgo de tomarlo por sujeto.” em CORBOZ, André; *Il territorio como palimpsesto*; p. 31

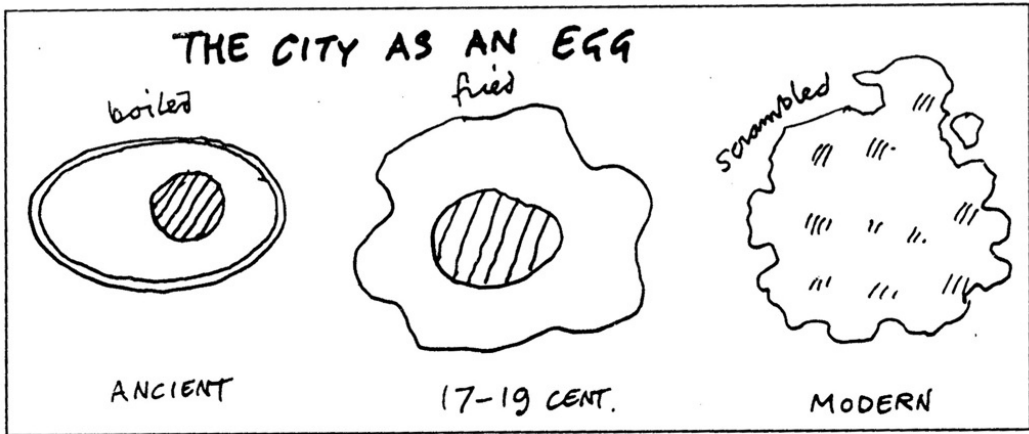


Figura 20. A cidade como um ovo de Cedric Price; coloca-se, assim, a questão: como reconciliar a explosão da forma da cidade com a tenacidade do conceito de cidade?¹

¹ “How to reconcile the explosion of the city form with the tenacity of the city concept?” em WACHSMUTH, David; *City as Ideology: Reconciling the Explosion of the City Form with the Tenacity of the City Concept*; Environment and Planning D: Society and Space; Vol. 31; 2014; p. 75

Isto porque o território é o resultado de diversos *processos* em constante transformação, desde os naturais impactos do desgaste dos solos até à mais simples ocupação humana, ou seja, o *produto* de uma relação bilateral entre uma sociedade e o espaço que lhe é comum e, portanto, *produto* de múltiplas acções conscientes. A referida relação evolui - ou deveria evoluir - continuamente, sempre no sentido de uma melhor adequação do *produto* - o território - às necessidades e expectativas do colectivo que o produz. Daí que o território seja também um *projecto*.

E a questão reside exactamente aqui, no *projecto*. Desde o início da sua existência, o homem tenta projectar e construir a sua própria ordem, *sobre a matéria existente*, intervindo de forma directa na *conformação física do espaço*, seja deslocando-se, construindo uma casa ou abrigo, rasgando um caminho ou uma rua, isto é, *criando formas*²⁸ - umas aparentemente estáticas, outras claramente dinâmicas²⁹ - não querendo com isto dizer que estas tendessem sempre para a harmonia tal como, durante muito tempo, nos quiseram fazer pensar.

Este processo de criação de formas - ou *urbanização* - menos harmonioso e mais assimétrico intensificou-se, claramente, nas últimas décadas e, por força de novas realidades e necessidades, o território começou a ser simplesmente ocupado³⁰, sem qualquer tipo de planeamento, sobretudo nas metrópoles do Terceiro Mundo, fazendo-se acompanhar por uma enorme fragilidade económica. É por este desenvolvimento desigual, pela reprodução da pobreza e da exclusão, pela “comercialização” do espaço urbano, pelos complexos modelos sociais e de governação de países do Terceiro Mundo - dos quais o Nepal é um exemplo vivo - e, ainda, pela forma como o Estado se envolve no jogo global do capitalismo, que considero de extrema importância a necessidade de abandonar as já referidas imagens mentais que tornam estas situações completamente opacas, bem como os processos que lhes dão origem.

Enquanto arquitectos socialmente empenhados³¹, devemos adquirir a consciência de que são estes os assuntos que vão dando forma ao território de hoje, enquanto questão essencialmente política e que, nesse sentido, devemos torná-los transparentes, questionando-os, para sabermos aquilo que verdadeiramente está ao alcance da nossa acção.

²⁸ “Uma forma só possui significado na medida em que representa ou satisfaz, para além de um homem, toda uma sociedade que dela se utiliza.” em TÁVORA, Fernando; *Da organização do espaço*; p. 26

²⁹ *Ibidem*; p. 14

³⁰ “A expressão “organizar espaço”, à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão “ocupar espaço”. Vemos na palavra “organizar” um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido, que a palavra “ocupar” não possui e daí que usemos a expressão “organização do espaço” pressupondo sempre que por detrás dela está o homem ser inteligente e artista por natureza, donde resultará que o espaço ocupado pelo homem tende sempre para, caminha sempre no sentido de, tem como fim, a criação da harmonia do espaço.”; *ibidem*.

³¹ “E a responsabilidade dos mais aptos é também grande pelo facto de, como dissemos, a sua obra constituir normalmente protótipos tanto mais perigosos, aliás, quanto mais individualizada for a sua concepção; (...)”; *ibidem*; p. 27

Compreender aquilo que o território hoje nos oferece é não só admitir a sua natureza complexa como entender a sua essência, a sua capacidade de absorção e, acima de tudo, é dar-lhe a oportunidade de intervenções mais inteligentes³², usando as suas diversas *fissuras*³³ de forma operativa - como mote simultaneamente crítico e propositivo; refiro-me à *fissura* como metáfora para os “acidentes” que o território vai sofrendo, resultado da quebra de relações entre as partes, isto é, *um “entre” cujas propriedades advêm dos factores que a provocam*.³⁴

Em suma, o que importa reter é que esta realidade é, em primeiro lugar, provocada pelas interpretações pré-concebidas ou desinformadas do território e, em segundo, por intervenções equívocas. Por que se teima no espaço absoluto, quando o território exige cada vez mais, uma arquitectura que integre a mudança no seu processo de intervenção? Por que nos agarramos ao carácter limitado das acções ao espaço e ao tempo da intervenção, quando em qualquer lugar do território estão sobrepostos vários sistemas, cujas lógicas transcendem o próprio lugar? E por que se persiste na anulação do passado, esquecendo que esta ancoragem poderá contribuir para que a intervenção se adapte ao futuro?³⁵ Por que nos esquecemos que a circunstância é *tão fundamental para a definição da forma como a água é indispensável para a vida do peixe*?³⁶

É urgente trabalhar esta dificuldade que a arquitectura tem em lidar com a mutação inerente ao território. Existirá alguma palavra que dê pistas para a construção de uma imagem mental que sirva de referência para esta nova realidade? Qual é, então, a forma mais consciente de nela intervir?

³² “Todos los accidentes del territorio tienen significación. Comprenderlos es darse la oportunidad de una intervención más inteligente.” em CORBOZ, André; *Il territorio como palimpsesto*; p. 34

³³ Termo utilizado por Cidália Silva, em *Território fissiforme* e que, em oposição a fragmento - que se refere à parte - considera mais pertinente falar em fissura, referindo-se sempre às relações “entre si.” em JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 231; *Cidade*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2008; p. 34 -37

³⁴ SILVA, Cidália, *Território fissiforme*; *ibidem*; p. 34

³⁵ Tendo sempre em conta que “una toma en consideración tan atenta de huellas y mutaciones no implica ninguna actitud fetichista hacia ellas.” em CORBOZ, André; *op. cit.*; *loc. cit.*

³⁶ TÁVORA, Fernando; *Da organização do espaço*; p. 22

No sentido de compreender a realidade do bairro de lata - *itinerário comum através do qual a cidade do Terceiro Mundo é reconhecida*³⁷ -, bem como de diluir algumas fronteiras simbólicas e estabelecer um novo senso comum sobre marginalidade urbana, importa reflectir sobre os equívocos que, mais uma vez, tornam opacas estas realidades; facilmente se conclui que as políticas emergentes destas percepções equivocadas têm consequências devastadoras não apenas para o sector informal³⁸ como também para o território na sua globalidade.

No discurso dominante, que imagem mental atribuímos ao bairro de lata? Ou talvez faça mais sentido começar pela definição operacional adoptada pela Organização das Nações Unidas³⁹, em 2002⁴⁰; assim, o bairro de lata é *uma área que combina (...) as seguintes características (...): acesso inadequado a água potável; acesso inadequado a saneamento e a outras infraestruturas; má qualidade estrutural da casa; sobrelotação; condição residencial insegura*.⁴¹

A definição apresentada, embora considere as características físicas, legais e infraestruturais dos assentamentos, ignora as subtilezas relativas à sua origem, à sua organização social, à sua forma e, até, à complexidade e ao dinamismo que neles se vive.⁴²

2. Do bairro de lata - no discurso dominante - e respectivos equívocos

Ora, relativamente à origem, sabe-se que os bairros de lata são fruto da *combinação entre uma rápida migração de áreas rurais para áreas urbanas, pobreza urbana crescente e desigualdade, marginalização de bairros pobres, incapacidade da população urbana pobre de conseguir terrenos para habitação a preços acessíveis, investimento insuficiente em habitação nova de baixo-custo e manutenção deficitária do stock habitacional existente*.⁴³

³⁷ “(...) the slum has become the most common itinerary through which the Third World city (i.e. the megacity) is recognized.” em ROY, Ananya, *Slumdog Cities: Rethinking Subaltern urbanism*; p. 225

³⁸ Uma série de actividades não regulamentadas numa economia política em que actividades idênticas são geralmente regulamentadas.

³⁹ A UN-Habitat (United Nations Human Settlements Programme) é a agência da Organização das Nações Unidas qe estuda os assentamentos humanos.

⁴⁰ Definição adoptada durante reunião de especialistas da Organização das Nações Unidas, num encontro em Nairobi, em Outubro de 2002, para futuro uso internacional.

⁴¹ UN-Habitat; *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003*; p. 12

⁴² DAVIS, Mike; *Planet of Slums*; p. 23

⁴³ “Slums develop because of a combination of rapid rural-to-urban migration, increasing urban poverty and inequality, marginalization of poor neighbourhoods, inability of the urban poor to access affordable land for housing, insufficient investment in new low-income housing and poor maintenance of the existing housing stock.” em UN-Habitat; *op. cit.*; p. xxviii

No entanto, para além da referida migração⁴⁴, é preciso ter em conta que o alastramento dos bairros de lata se atribui, simultaneamente, ao óbvio crescimento populacional, à combinação entre este e o crescimento migratório e à deslocação da população na sequência de conflitos armados.⁴⁵ Mas, efectivamente, é tudo uma questão de velocidade; o ritmo a que as autoridades estatais fornecem e patrocina habitação para todos - se é que o fazem - não se equipara ao ritmo a que novos migrantes chegam aos centros urbanos e, por isso, estes assentamentos estão frequentemente associados à invasão e à ocupação ilegal de terrenos - públicos ou privados - dando origem à dita *urbanização informal*, sobre a qual falarei mais à frente.

Ainda de referir que as grandes catástrofes naturais - das quais o terramoto no Nepal é exemplo evidente - contribuem também para a expansão desta nova forma de habitar, que se vai mantendo por falta de apoios para o realojamento e capacidade de reconstrução dos cenários destruídos. Mas, mais importante do que reflectir sobre a sua origem e proliferação - extensivamente descrita na história do urbanismo do século XIX - ou sobre os absurdos números populacionais apurados pela UN-Habitat - que parecem não estagnar - é, no meu entender, reflectir sobre a realidade do *bairro de lata* - tentando discutir o invisível - distanciando-me, mais uma vez, de pré-conceitos.

Agora sim, voltando às imagens mentais, não podemos negar que, regra geral, as designações que utilizamos para nos referirmos a estes assentamentos estão carregadas de conotações implícitas e, frequentemente, pejorativas. Segundo Janice Perlman⁴⁶ existem seis grandes áreas nas quais a percepção do “senso comum” está, muitas vezes, em desacordo com a realidade dos pobres urbanos ou do chamado “sector informal”, nas cidades do Terceiro Mundo. Estes seis equívocos, que considero extremamente relevantes para o assunto, serão o ponto de partida para a diluição das referidas fronteiras no decorrer deste texto.

Mas afinal quem vive nos bairros de lata? Para Perlman, o primeiro equívoco assenta nas características destes ocupantes. Existem vários estereótipos desfavoráveis sobre os pobres que tendem a “culpar a vítima”.⁴⁷ Os referidos migrantes são vistos como “massas desenraizadas”, incapazes de se adaptar à vida urbana moderna, considerados “perdedores” e intitulados com uma série de outros estigmas.⁴⁸

⁴⁴ Estas migrações devem-se, maioritariamente, à procura de melhores oportunidades, quando a região habitada não satisfaz as necessidades da sua população. Uma das razões apontada como impulsionadora destas migrações prende-se com a introdução de processos de modernização do trabalho - o que permitiu reduzir a quantidade de mão-de-obra necessária na produção de bens e, por outro lado, impossibilitou o pequeno agricultor de competir, em quantidade e preço, com as grandes indústrias do sector agropecuário.

⁴⁵ UN-Habitat; *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003*; p. 195

⁴⁶ É a fundadora e presidente do The Mega-Cities Project, uma organização de pesquisa/acção sem fins lucrativos criada para “encurtar o tempo entre as ideias e a sua implementação na resolução de problemas urbanos”.

⁴⁷ PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 40

⁴⁸ Acusados de discriminação social, crime e de comportamentos rurais desadaptativos, são também vistos como parasitas da economia, drenando os seus recursos vitais de serviço e não contribuindo com nada em troca.

Não se pode negar que os moradores dos *bairros de lata* têm mais problemas de saúde - devido à falta de salubridade dos ambientes que habitam -, menos acesso a educação, serviços sociais e emprego, e a maioria tem salários muito baixos, em comparação com os restantes residentes urbanos⁴⁹; mas não serão eles membros altamente motivados da sociedade rural? Têm, claramente, uma visão das oportunidades oferecidas pelos centros urbanos e os meios financeiros para lá chegar e recomeçar as suas vidas - não pretendendo, com isto, romantizar a ideia de pobre, mas sim, abrir caminho a perspectivas menos preconceituosas.

Sem querer enfatizar este ponto, importa apenas recordar que para melhores intervenções é fundamental saber quem são, efectivamente, os clientes e, nesse sentido, entender que, nestes contextos, *eles têm as aspirações da burguesia, a perseverança dos pioneiros e os valores dos patriotas. O que eles não têm é uma oportunidade para realizar as suas aspirações*.⁵⁰ Tal como afirma Charles Correa, se as pessoas estão esfomeadas não é porque não sabem cozinhar, é porque não possuem os ingredientes.⁵¹

E porque se mudam para lá? Já se conhece a origem do processo - por uma maior proximidade às oportunidades oferecidas pelos centros urbanos - mas não se percebe o que leva as pessoas a aceitar viver nestas condições de precariedade, a título permanente. Segundo Perlman, isto acontece porque, em primeiro lugar, as suas competências ou salários fazem com que sejam automaticamente excluídos do sector formal - tanto no que respeita a habitação como a postos de trabalho.

No entanto, a verdade é que estas pessoas *escolhem*, maioritariamente, viver nestas condições⁵²; a decisão tem a ver com a maximização de outros valores como o estilo de vida, a proximidade aos mercados de trabalho, à educação e a outros investimentos de capital.⁵³ O mesmo acontece com a economia informal; muitos escolhem este sector, não como medida provisória - até ser possível encontrar um emprego assalariado - mas sim como medida permanente pela flexibilidade, liberdade, estilo de vida e uma série de outras razões, incluindo ganhos mais elevados.

⁴⁹ “Slum dwellers rate far lower on human development indicators than other urban residents, they have more health problems, less access to education, social services and employment, and most have very low incomes.” em UN-Habitat; *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003*; p. xxxi

⁵⁰ PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 41

⁵¹ “If people are starving it is not because they don’t know how to cook, it is because they do not possess the ingredients.” em CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world; Mimar Book*; 1989; p. 48

⁵² “However, all the research of the past 15 years has shown us that, indeed, in both cases, they are often there by choice.” em PERLMAN, Janice; *op. cit*; *loc. cit*.

⁵³ “They have instead chosen to minimize resource expenditure for shelter in order to maximize other values including life style, proximity to job markets, education or other capital investments.”; *ibidem*.

No entanto, e para evitar generalizações, torna-se importante referir que *nem todos os trabalhadores do sector informal vivem em bairros de lata e que nem todos os moradores destes bairros ganham o seu sustento informalmente*.⁵⁴

Mas qual é a natureza destes bairros e sob que formas nos aparecem eles? Em boa verdade, a origem do termo *slum*⁵⁵ - ou *bairro de lata* - está associado a áreas de habitação que foram já respeitáveis ou mesmo desejáveis, mas que entretanto se deterioraram.⁵⁶

No entanto, o que importa aqui tratar é o *bairro de lata auto-construído* que, sendo um conjunto de assentamentos informais - e não a simples ocupação ilegal de espaços deteriorados -, adquiriu ao longo do tempo uma grande diversidade de formas e de tamanhos; daí, a necessidade de ler cada um como um acontecimento inteiramente distinto; todavia, há uma característica comum a todos: a tentativa de se aproximarem dos centros urbanos.

É necessário ter em conta que, apesar de visualmente não atractivos e claramente distintos da restante rede urbana, estes bairros são bastante heterogéneos - em termos de ocupação, tamanho, material das unidades habitacionais, bem como no que respeita ao nível das qualificações e dos salários dos seus ocupantes - e, ainda assim, muito bem organizados na sua dinâmica interna.

E qual é a imagem mental de *casa* dadas as circunstâncias em questão? Fala-se, geralmente, de casa enquanto nome genérico atribuído a qualquer construção destinada a habitação e enquanto *produto de consumo não produtivo*.

Mas manter-se-ão estas noções no sector informal? À medida que fui reconhecendo a dita *informalidade*, ficou claro que o conceito de *casa* é, sem dúvida, outro. No entanto, independentemente do contexto, esta será sempre o *reflexo espacial das condições de vida individuais e familiares e o suporte da vida quotidiana*.⁵⁷

⁵⁴ “(...) clearly not all informal sector workers live in squatter settlements nor do all squatters earn their livelihood in the informal sector.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 41

⁵⁵ “Slum, que, em última análise surge como conceito para definir os bairros degradados da cidade, hoje tende a ser empregado para todo o tipo de construção do urbanismo da pobreza, seja urbana ou periférica (...)” em MONTANER, Josep Maria; *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*; 2011; p. 182

⁵⁶ “Though the term slum includes the traditional meaning of housing areas that were once respectable or even desirable, but which have since deteriorated (...)” em UN-Habitat; *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003*; p. 79

⁵⁷ FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 149

Portanto, em primeiro lugar, importa reconhecer que hoje em dia e, especialmente em países como a Índia e o Nepal, a *casa* é muitas vezes usada como base para actividades geradoras de capital; a confecção e venda de mercadorias é tão comum dentro da mesma, que esta poderia ser até tratada como uma peça de infraestrutura produtiva.⁵⁸ Deste modo, a par das funções clássicas da *casa*⁵⁹, e nestes contextos de escassez, devemos considerar também a habitação como loja, como fábrica, como renda de aluguer, como activo financeiro e, por fim, como ponto de entrada na economia urbana.⁶⁰

Em segundo lugar, deve-se ter em mente que a *casa* é sobretudo, para estas populações, um processo de melhoria incremental em vez de um produto acabado, tornando-se esta a chave do conceito “*habitação como um verbo*”⁶¹. Para além disso, e no meu entender, apenas faria sentido considerar a casa como produto fisicamente “acabado” se esta usufruisse de todas as infra-estruturas urbanas; só dessa forma, corresponderia às necessidades básicas dos usuários.

No entanto, o maior equívoco respeitante à *casa* assenta nas políticas de actuação sobre ela; a maioria das agências governamentais apenas considera como “progresso” a contrução de novas unidades, para onde é direccionada a maior parte do investimento em habitação no sector informal. Claramente equivocada é também a forma como os governos distinguem o investimento em habitação, do investimento na indústria - como se os dois se pudessem dissociar; na verdade, são complementares.

E a tão falada *auto-ajuda*?⁶² Segundo Mike Davis é só uma ilusão.⁶³ De repente, parece que a participação do pobre na construção da sua própria casa passou a ser a solução para todos os seus problemas.

⁵⁸ “(...) in San Salvador (...) 85% of households in the poor neighborhoods are engaged in small businesses which provide up to 50% of a family unit’s income. He documented, for example, carpenters, furniture-makers, food sellers, candy makers, street vendors, bottle re-sellers, shoemakers, and laundry, tailoring, and retail shops.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 43

⁵⁹ “By ‘Established’ economic perspectives on housing, we mean those ways of looking at housing which characterize ‘mainstream’ economics literature and policy-making. These can be categorized under five headings: (1) Housing as (Social) Consumption; (2) Housing as Improver of Health and Well-Being; (3) Housing as (Macro) Economic Sector; (4) Housing as Stimulus to Savings & Investment; (5) Housing as Indirect Contributor to Income & Production.” em MCCALLUM, Douglas; BENJAMIN, Stan; *Low-Income Urban Housing in the Third World*; 1985; p. 279

⁶⁰ “To help organize our own contribution to this process, we suggest a number of categories which can focus attention on important additional viewpoints: (6) Housing as Shop; (7) Housing as Factory; (8) Housing and Rental Income; (9) Housing as Financial Asset; (10) Housing as Entry Point into the Urban Economy.”; *ibidem*; p. 281 - 282

⁶¹ TURNER, John, FICHTER, Robert; *Housing as a Verb em Freedom to Build, dweller control of the housing process*; 1972; p. 148 - 175

⁶² “It would be foolish to pass from one distortion - that the slums are places of crime, disease and despair - to the opposite that they can be safely left to look after themselves.” por Jeremy Seabrook em DAVIS, Mike; *Planet of Slums*; p. 70

⁶³ “Illusions of Self-Help”; *ibidem*.

Por muito estranho que pareça, esta ideia começou nos anos 70 com o “casamento intelectual” entre o presidente do Banco Mundial⁶⁴, Robert McNamara⁶⁵, e o arquitecto John Turner⁶⁶. Este último, assumindo radicalmente que o bairro de lata era a *solução* e não o *problema*⁶⁷, defendia um programa de auto-ajuda, construção incremental e legalização da urbanização espontânea, sugerindo a utilização dos *sites-and-services*⁶⁸, ou seja, uma abordagem obviamente pragmática e economicamente apelativa para o Banco Mundial.

No meio de tanto sensacionalismo sobre *ajudar os pobres a ajudarem-se a si próprios* - valorizando a sua habilidade, coragem e capacidade de auto-organização comunitária - é importante notar que, na verdade, tudo isto significava uma redução dos custos da produção habitacional contando com mão-de-obra gratuita e desresponsabilizando os governos do compromisso de aliviar a pobreza e a falta de habitação.

Esta visão romântica que hoje se tem de *auto-ajuda*, ou até mesmo de *auto-construção*, do ponto de vista do morador, não é de todo romântica nem uma forma de aliviar os governos ou as entidades internacionais do “fardo” da habitação. É, sim, uma estratégia de sobrevivência com tempo e recursos escassos.

Logicamente, a *participação* dos habitantes pode e deve ser encarada como um recurso passível de ser integrado em estratégias de planeamento ao abrigo de políticas de intervenção no ambiente construído; no entanto, isso não significa que a auto-ajuda deva ser necessariamente auto-construída e a participação necessariamente física.⁶⁹ *Participação* ou *auto-ajuda* - que, segundo penso, significam o mesmo - deveria consistir, acima de tudo, na intervenção dos moradores em decisões que lhes dizem respeito e que os afectam; e esta pode, obviamente, ser uma atitude individual ou colectiva.⁷⁰

⁶⁴ O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que efectua empréstimos a países em desenvolvimento.

⁶⁵ Robert McNamara (1916 – 2009) foi um empresário e político norte-americano que serviu como o 8º Secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1968 durante as presidências de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, período em que teve um importante papel no aumento do envolvimento norte-americano na Guerra do Vietname. Depois de sair do cargo foi presidente do Banco Mundial, até Junho de 1981.

⁶⁶ John F. C. Turner, nascido em 1927, é um arquitecto britânico que está há 40 anos envolvido no desenvolvimento da teoria, da prática e de ferramentas para a construção auto-gerenciada de casas e de bairros - no Peru, nos Estados Unidos e no Reino Unido.

⁶⁷ DAVIS, Mike; *Planet of Slums*; p. 71

⁶⁸ Sob uma ampla variedade de formas e tipologias, os esquemas de “sites-and-services” consistem na provisão de terrenos com as infra-estruturas necessárias para as populações auto-construírem as suas casas.

⁶⁹ “Thus self-help is not necessarily self-built, and participation is not necessarily physical.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 43

⁷⁰ No Brasil dá-se o nome de mutirão a qualquer mobilização colectiva para alcançar um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente.

Mas qual será, então, a definição de “sucesso” em projectos de habitação? Têm vindo a ser desenvolvidas, no campo disciplinar da arquitectura, uma série de estratégias no sentido de implementar políticas habitacionais que tentam responder às necessidades, recursos e capacidades do sector informal⁷¹ - tendo até sido o grande tema da Bienal de Arquitectura de Veneza⁷², em 2016; no entanto, e apesar das boas intenções, nem todas me pareceram ser a cura para os problemas do desenvolvimento urbano e, muito menos, das disparidades sociais.

Desta forma, é necessário lembrar que a *modernização* se tornou na sabedoria convencional e na aspiração global, embora uma grande parte das instituições habitacionais não esteja preparada para a implementar de forma consciente. Acontece que estas instituições são, regra geral, vocacionadas para a construção padronizada de larga escala⁷³ - fruto do movimento moderno - para financiar empréstimos convencionais, facilitar a compra de materiais a granel e para tomar decisões através de uma estrutura hierárquica descensional. Partindo deste pressuposto, parece-me inútil assumir que estas instituições estão preparadas para lidar com as necessidades individualizadas de “auto-construtores”, prazos prolongados, pequenos fornecedores e devedores precários.⁷⁴ E, mesmo assim, depois de todo o tempo e esforço consumados, os resultados não são propriamente fotogénicos.

Ora, assumindo que os pobres precisam de ajuda - para além da sua própria - interessa assim perceber até que ponto a auto-construção, patrocinada por estas instituições, pode ou não, ser bem-sucedida. Neste ponto, vale a pena reflectir sobre as prioridades dos vários intervenientes - que, logicamente, vão revelar a definição de sucesso para cada um - muito embora possam existir objectivos comuns. Mas existirá, ou poderá vir a existir, uma definição de sucesso que seja, também ela, comum?

Parece-me pertinente começar pela preocupação estética; esta é, claramente, a prioridade mais ilustrativa e mais contrastante aos olhos de qualquer um - mas, sobre ela, não vale a pena alongar-me, tal é a relatividade do assunto.

⁷¹ Ver parte 3 do Capítulo 3: Um urbanismo para a coesão social - As possíveis políticas de actuação face à precariedade - *destruir, substituir ou melhorar*.

⁷² A Bienal de Veneza de 2016, dirigida por Alejandro Aravena, e intitulada *Reporting From the Front*, consistiu numa exposição sobre o papel dos arquitectos - os socialmente empenhados - na luta para melhorar as condições de vida das pessoas mais carenciadas. O tema procurou focar arquitecturas que trabalhavam com as limitações impostas pela falta de recursos e, simultaneamente, projectos que visavam o bem comum.

⁷³ “The principle involved was apparently this: first to create the *ideal* house and then clone it. Unfortunately, in practice, it does not work. For without doubt: Ideal House x 10,000 ≠ Ideal Community.” em CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 86-87

⁷⁴ “Asking these large bureaucracies to deal with the individualized needs of self-help builders (...) is akin to expecting an elephant to thread a needle.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 43

É óbvio que as instituições se querem sentir orgulhosas pelos seus feitos; querem ser as principais responsáveis pelas coisas “bonitas” e modernas que vão aparecendo no território, sendo, tudo o resto, considerado feio e caótico. Seria previsível que a comparação visual de um abrigo auto-construído a um apartamento novo é simplesmente inoperativo; equivale a comparar o território contemporâneo à cidade tradicional que, como já referido, é um erro conducente ao não reconhecimento do primeiro e a intervenções inconscientes sobre ele.

No entanto, e por mais irónico que seja, a percepção negativa deste tipo de assentamentos nem sempre está associada ao aspecto dos abrigos auto-construídos, mas sim à falta de infra-estruturas básicas, dependentes do investimento público. As mesmas, apesar de muito àquém das capacidades dos moradores, vão sendo por eles remediadas.⁷⁵ Essas contribuições tornam-se invisíveis dado o cenário envolvente - desde esgotos a céu aberto a linhas eléctricas improvisadas - que contrastam fortemente com as esperançosas casas decoradas.

Paralelamente à questão estética surge a questão da velocidade de construção. Hoje em dia, tempo é dinheiro; se, por um lado, temos um “auto-construtor” que, por falta de recursos, se encontra inserido num contínuo processo de construção - ao longo de gerações - sem nunca assumir a sua casa como um objecto acabado, por outro, vemos as referidas instituições numa azáfama “de luta contra o tempo” para fechar burocracias e ceder créditos, podendo falar em “falhas” devido ao estado incompleto dos projectos.⁷⁶

Para além da aparência e da velocidade de construção, existem ainda outros factores a considerar como, por exemplo, o custo da manutenção das habitações, o cumprimento de regulamentos, normas e padrões de construção, abrigo e segurança adequados, a segurança de posse, a proximidade aos centros urbanos e a proximidade a amigos e família.

Mais uma vez, tal como no território, no *bairro de lata* a definição de sucesso deve, também ela, antecipar as mudanças ao longo do tempo, bem como ter em conta as diferenças que decorrem de diversos intervenientes e pontos de vista. Neste sentido, é urgente a definição de estratégias de intervenção, que anulem os aspectos negativos decorrentes deste processo e que suportem a progressão das condições de vida da população. Revela-se imperativo reconhecer esta forma de urbanização - *informal* -, que vive ainda sob o estigma social e económico, moldando-a, de forma a criar as condições necessárias para a existência de uma entidade urbana socialmente mais coesa.

⁷⁵ “Self-helpers often provide outdoor stairways, storm drainage, retaining walls, and other infrastructural works.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 43

⁷⁶ Ainda de referir que os projectos habitacionais patrocinados pelo governo, devido ao corte de custos durante a construção, à falta de manutenção e a actos de vandalismo têm, a meu ver, mais probabilidades de se deteriorarem ao longo do tempo; por sua vez, as comunidades auto-construídas, dado o inerente processo incremental, poderão ter resultados mais satisfatórios a longo prazo.



Figura 21. Auto-construção; *Katmandu*



Figura 22. Para alguns, a definição de sucesso; *Katmandu*

Em primeiro lugar, e mais uma vez distanciando-me, vale a pena lembrar que a já referida *informalidade - enquanto estado de desregulação, em que a propriedade, o uso e a finalidade dos terrenos não podem ser definidos de acordo com qualquer conjunto regulamentar prescrito ou com a lei*⁷⁷ - não é uma realidade exclusiva do território contemporâneo. Em boa verdade, os processos e dinâmicas de urbanização do Terceiro Mundo têm seguido o caminho percorrido pela Europa, entre os séculos XVII e XIX, exactamente pelos mesmos motivos: *aumento da população rural, oferta limitada de terra arável e assim em diante*.⁷⁸

No entanto, a diferença crucial entre os habitantes das grandes metrópoles do *Terceiro Mundo* e a maior parte dos europeus daquele tempo reside no facto de que os últimos não tiveram de se reajustar dentro dos próprios limites nacionais. A sua influência militar permitiu que se distribuíssem pelo mundo - colonizando-o - o que levou a padrões de vida mais elevados⁷⁹. Obviamente, este tipo de redistribuição não é uma opção para as mega-cidades do Sul⁸⁰, daí que a sua capacidade de absorção seja levada ao limite.

Mike Davis recorda também que uma das principais razões que justificou o aumento mais tardio da população urbana no Hemisfério Sul foi *o colonialismo europeu que (...) negava às populações nativas o direito à posse de terrenos urbanos e à residência permanente*.⁸¹ Deste modo, a proliferação dos bairros de lata ficou marcada pelo seu carácter clandestino e pelas vastas áreas de segregação das populações nativas das colónias. Os governantes europeus recusavam-se ainda a dotar estes bairros de infra-estruturas mínimas, ou seja, a considerar os habitantes nativos das colónias como cidadãos.⁸²

3. Do pouco rigor do pseudo-conceito de informalidade

⁷⁷ “By informality I mean a state of deregulation, one where the ownership, use, and purpose of land cannot be fixed and mapped according to any prescribed set of regulations or the law.” em ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; p. 80

⁷⁸ “(...) mass migration to urban areas is not a new phenomenon. European populations grew several fold between the 17th and 19th centuries, and were equally foot-loose for much the same reasons: growing rural population, limited supply of arable land, and so forth.” CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; p. 19

⁷⁹ “Because of their military clout they were able to distribute themselves around the globe - which in turn led to higher standards of living (...)”; *ibidem*; p. 21

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ “A principal barrier, of course, was European colonialism which, in its most extreme form in the British colonial cities of eastern and southern Africa, denied native populations the rights of urban land ownership and permanent residence.” em DAVIS, Mike; *Planet of Slums*; p. 51

⁸² “Apartheid, of course, took this system to its dystopian extreme. Building on a foundation of colonial racism, postwar South African legislation not only criminalized urban migration, but also provided for the uprooting, with enormous brutality, of historical inner-city communities of color.”; *ibidem*; p. 51-52

Ainda assim, esta introdução não tenta sugerir que a solução para o problema seja tomar como modelo o caminho percorrido pela Europa - ou mesmo pela América do Norte -, até porque os contextos são extremamente diferentes. A intenção seria, sim, perceber que a *experiência urbana EuroAmericana*⁸³, citando Ananya Roy, embora se tenha revelado de extrema importância para o desenvolvimento urbano de diversos territórios, responde a condicionantes distintas daquelas presentes no Hemisfério Sul; neste sentido, compreender, da mesma forma, as dinâmicas do *Global South* e respectivas especificidades poder-se-á revelar extremamente útil para a produção de um esquema teórico, que providencie uma base de acção coerente.⁸⁴

Assim, e com vista a entender as referidas especificidades, interessa-me, neste ponto, questionar as formas como o conceito de *informalidade* é geralmente usado no campo teórico do urbanismo - referindo-me, agora, aos países do *Terceiro Mundo*. O recente debate acerca desta forma *clandestina* de ocupar o espaço deve-se, de um modo geral, à dificuldade - ou *fracasso* - no planeamento destes territórios informalmente produzidos.

Mas não fará mais sentido falar em *idioma de urbanização* - cuja característica-chave é a *informalidade* - em vez de *planeamento fracassado*? Fala-se, aqui, de *idioma*⁸⁵ enquanto um estilo característico, uma forma de expressão. Mais uma vez, no sentido de abandonar imagens pré-estabelecidas e pré-conceitos, *idioma* é a palavra utilizada por Ananya Roy para caracterizar esta forma de urbanidade, tão particular das economias políticas indiana e nepalesa. Esta, *embora pareça ser anti-planeamento, pode e deve ser entendida como um regime de planeamento*.⁸⁶

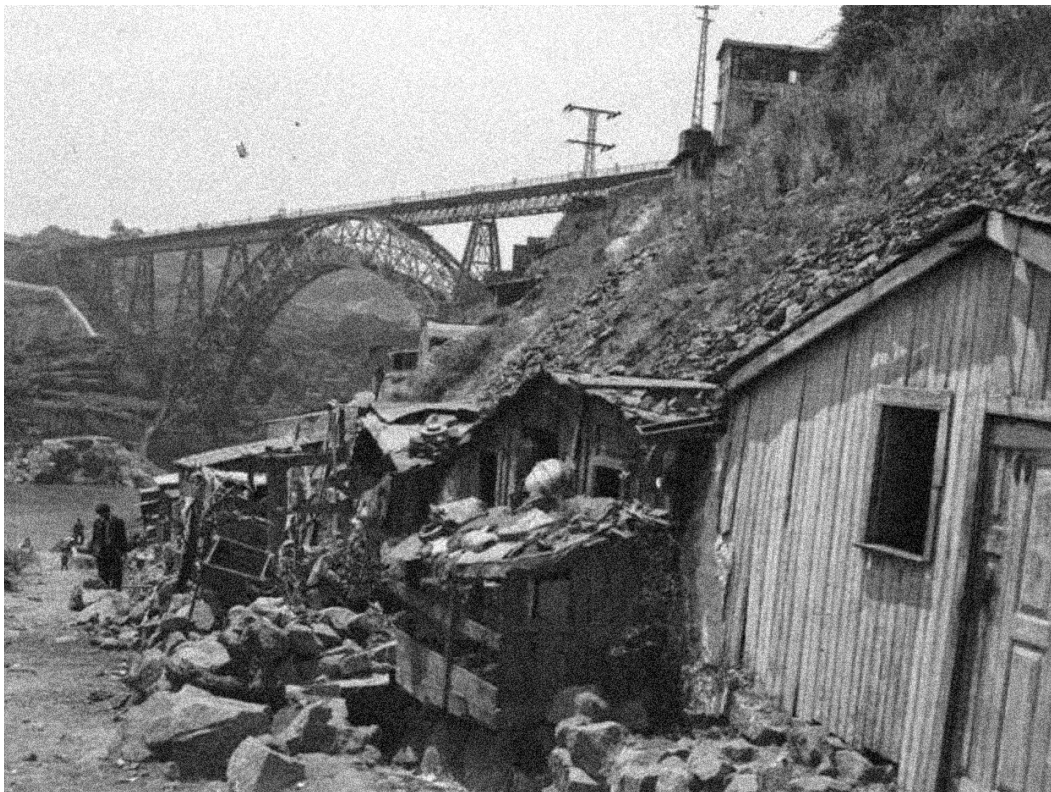


Figura 23. Produção informalizada de espaço no Porto - vista parcial da Ponte Maria Pia, 1947

⁸³ “These theoretical positions have been produced in the context of the EuroAmerican urban experience. This is not to say that this analysis is not applicable to the cities of the global South. Indeed, it is highly relevant. The argument is less about transnational relevance and more about the scope and range of analysis.” em ROY, Ananya; *The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory*; p. 825

⁸⁴ “Yet, surprisingly enough, there does not exist today a theoretical schema which provide a basis for coherent action.” em CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 10

⁸⁵ “Idiom (...) (1) the language or dialect of a people, region, class, etc.; (2) the usual way in which the words of a language are joined together to express thought; (3) an accepted phrase, construction, or expression contrary to the usual patterns of the language or having a meaning different from the literal; (4) a characteristic style.” (*Webster’s New Universal Unabridged Dictionary*, 2nd edn) em ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; p. 79

⁸⁶ “While this idiom seems to be antithetical to planning, and indeed seems to be anti-planning, it can and must be understood as a planning regime.”; *ibidem*; p. 80

O *informal* é geralmente entendido como um sector separado, por norma, não regulado, “espontâneo”⁸⁷, quase sempre associado a contextos de escassez e definido como *contraposição ao urbanismo entendido como disciplina científica*.⁸⁸ No entanto, e em primeiro lugar, é preciso ter em conta que *informalidade* não é sinónimo de pobreza; esta está também associada a - ou é resultado de - formas de riqueza e poder⁸⁹, tal como é possível concluir, por exemplo, através da já referida colonização europeia; contudo esta não é o único exemplo de produção informalizada de espaço como resultado de expressões poder.

O espaço informal pode, sim, também ser produzido pelas classes mais altas da sociedade, sobretudo em países como Índia e o Nepal. No entanto, dado o seu estatuto, estas têm fácil acesso a infra-estruturas, serviços e legitimidade, o que torna o aspecto das suas construções substancialmente diferente da paisagem dos bairros de lata. Interessa, então, perceber o motivo pelo qual algumas formas de *informalidade* são criminalizadas e, por isso, tornadas ilegais, enquanto outras gozam de aprovação estatal ou são mesmo *práticas do Estado*.⁹⁰

Assim, torna-se possível afirmar que a *informalidade* não é um sistema que existe paralelamente ao formal e ao legal. Estes últimos talvez devam ser entendidos como *ficções*, como momentos que se vão encaixando noutros sistemas de planeamento mais voláteis, ambíguos e incertos.

Tal facto significa que, nos referidos países, o Estado dispõe de uma considerável flexibilidade territorializada que lhe permite implementar domínio eminente, adquirir e disponibilizar terrenos para novos usos, ignorar e desvalorizar usuários actuais e abrir caminho para um futuro gentrificado; em suma, planear. Mas afinal, o que se entende por planeamento, nestes contextos? É aquilo que continua limitado pela lei e defende regulamentos formais? Ou será, tão só, a relação entre um plano hipotético e o um território *não mapeado*?⁹¹

⁸⁷ “Planners too, have begun to recognize that an increasing portion of urban settlement today is occurring “spontaneously” in totally unplanned ways, beyond the control of the authorities charged with the regulation of land uses and building construction.” em TURNER, John; *Uncontrolled Urban Settlement: Problems and Policies*; p. 107

⁸⁸ “(...) que é marcada por dois planos urbanos emblemáticos: o do engenheiro Idelfons Cerdà para o Ensanche de Barcelona (1859) e o do barão Haussmann para a Paris da década de 1860.” em MONTANER, Josep Maria; *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*; p. 182

⁸⁹ “A closer look at the metropolitan regions of much of the world indicates that informal urbanization is as much the purview of wealthy urbanites and suburbanites as it is that of squatters and slum-dwellers.” em ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; p. 82

⁹⁰ “The important analytical (and political) question to ask in the Indian context, as well in others, is why some forms of informality are criminalized and thus rendered illegal while others enjoy state sanction or are even practices of the state.”; *ibidem*; p. 83

⁹¹ Entendo por território *não mapeado* aquele que, por ser ocupado clandestinamente, não se encontra ainda representado em qualquer mapa geográfico.

Neste sentido, será possível afirmar que “*informalidade é um sistema desregulado em vez de não regulado*”? Em boa verdade, a desregulação sugere acção e planeamento propositados - mas não necessariamente conscientes; deste modo, enquanto *sistema desregulado*, poderá a *informalidade* ser pensada como um *modo de regulação*?⁹² Parece-me assim oportuno concluir que a desregulação das economias políticas está intrinsecamente associada à desregulação do espaço urbano.

Por último, importa reflectir sobre a questão da insurgência nestes contextos. Tal como *o planeamento não é um antídoto para a informalidade, então a insurgência não é um antídoto para a cidade excludora, particularmente para os tipos de exclusão que são aprofundados e mantidos através das práticas informalizadas do estado*.⁹³

Deve ter-se em conta o facto de que esta insurgência, em contextos auto-construídos, se vai manifestando através de uma *cidadania proprietária*, ou seja, em que o *direito à cidade* é expresso através da propriedade. Segundo Roy, os moradores marcam as distinções entre os seus territórios “legais” e os territórios supostamente ilegais de ocupantes mais recentes - ou seja, os pobres acabam por recriar as margens da legalidade e da formalidade, impondo diferenciações sócio-espaciais na periferia.⁹⁴ No entanto, estas reivindicações são apenas isso: *reivindicações, não direitos - e permanecem dependentes das práticas arbitrárias e inconstantes do estado*.⁹⁵ Assim, as referidas formas de insurgência não podem ser vistas como os meios para a justiça num regime de planeamento injusto.

Por fim, importa reter que a *produção informalizada do espaço*, considerada um domínio não regulado de actividades é, muitas vezes, vista como não planeada. Contudo, o planeamento das cidades indianas não passa pela previsão e gestão de crescimento; o planeamento urbano na Índia e no Nepal deve, sim, ser entendido como a gestão de recursos, particularmente de terrenos, através de processos dinâmicos de informalidade⁹⁶, onde a lei é sujeita a múltiplas interpretações e interesses.

⁹² “It is in this sense that informality, while a system of deregulation, can be thought of as a mode of regulation.” em ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; p. 83

⁹³ “As planning is not an antidote to informality, so insurgence is not an antidote to the exclusionary city, particularly not to the types of exclusion that are deepened and maintained through the informalized practices of the state.”; *ibidem*; p. 85

⁹⁴ “(...) and yet it is also an exclusionary city where the poor recreate the margins of legality and formality, imposing new socio-spatial differentiations in the periphery.”; *ibidem*; p. 86

⁹⁵ “However, these claims were precisely this: claims, not rights – and remained dependent on the arbitrary and fickle practices of the state.”; *ibidem*; p. 81

⁹⁶ “The planning of Indian cities cannot be understood as the forecasting and management of growth. Instead, urban planning in India has to be understood as the management of resources, particularly land, through dynamic processes of informality.”; *ibidem*; p. 80

Em suma, neste capítulo, pretende-se identificar a *informalidade* como uma característica-chave deste idioma de urbanização, visto que o planeamento indiano se desenvolve através de sistemas de *desregulação e não mapeamento*. No entanto, estes sistemas não são anómalos nem irracionais; apenas incorporam uma racionalidade distinta da qual emerge uma nova forma de expansão urbana.

O que é interessante perceber é que, segundo Ananya Roy - e partindo do exemplo da construção do aeroporto em Bangalore⁹⁷, na Índia -, uma tentativa de melhor planeamento não pode *resolver* esta crise urbana, mas está implícita na própria produção da crise; é neste sentido mais fundamental que a autora defende que a Índia *não consegue planear as suas cidades*.

Acredito que um dos primeiros passos passará - abstractamente falando - pela eliminação da linha que divide o formal do informal, separação que não encontra, nestes contextos, fundamento plausível. Mesmo que nem sempre simbiótica, a relação que entre elas se estabelece, existe num sentido de mútua dependência e merece ser aprofundada. Só desta forma será possível entender o espaço urbano como um organismo socialmente coeso; as linhas divisórias promovem o isolamento das formas construídas e das pessoas que nelas habitam, acentuando o abismo social e a desigualdade de oportunidades, num território que lhes é comum.

⁹⁷ Bangalore, situada no sul da Índia, é uma metrópole em expansão cuja prosperidade económica superou amplamente a sua infra-estrutura urbana. Foi construído um novo aeroporto - usando o de Zurique como referência - mas uma série de falhas acompanhou este investimento infra-estrutural. As estradas que ligavam o centro urbano ao aeroporto não tinham sido suficientemente alargadas para acomodar o trânsito existente. Assim, para o fazer, tiveram que desalojar um grande número de famílias mais pobres, usando a violência como instrumento de domínio eminente, alegando ser uma construção de “interesse público”; esta tornou-se no símbolo de um novo regime de planeamento na Índia gerido por empreiteiros privados e instituições financeiras internacionais. em ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; p. 76 - 77



Capítulo 2. De Katmandu

(...) uma sucessão no tempo de cidades diferentes, alternadamente justas e injustas.¹

¹CALVINO, Italo; *As cidades invisíveis*; p.163

Para além da *informalidade*, enquanto característica-chave do tal “estranho” idioma de urbanização, em Katmandu convivem outras linguagens - tangíveis e intangíveis -, outras formas de fazer - talvez *mais formais e menos estranhas* - cujas especificidades poder-se-ão revelar, como já referido, extremamente úteis para a produção de esquemas teóricos, que providenciem uma base de acção coerente para responder a este território, actualmente, em crise.

Na verdade, para além da conformação física do território, desde sempre temos vindo a criar novas *narrativas* - os mitos, as lendas, as religiões - que oferecem novos significados ao espaço, fazendo com que cada elemento físico ou acontecimento faça parte de uma ordem superior, redigida segundo as lógicas próprias dos homens e, conferindo-lhe, por isso, sentido. *Não habitamos apenas as coisas físicas. Habitamos sobretudo representações.*⁹⁸

Talvez pelas *memórias* que me traz e por nunca antes me ter debruçado sobre esta cultura arquitectónica e urbanística, interessar-me-ia reflectir brevemente e, agora, apoiada em algumas leituras, sobre as tais narrativas que se têm vindo a reflectir na conformação física do espaço e que, de facto, deveriam ser tidas em conta à luz de um hipotético plano, sem querer com isto tentar planear Katmandu; longe disso.

A título de breve enquadramento, Katmandu é a capital e maior aglomeração urbana do Nepal - um país relativamente pequeno (pouco maior do que Portugal). Conhecido pelas famosas Montanhas dos Himalaias, faz fronteira com as duas *super-potências* da Ásia - a Índia e a China - e pertence, hoje, aos países menos desenvolvidos do mundo⁹⁹. Apresenta, actualmente, cerca de 29 milhões de habitantes (muito mais de metade da população portuguesa) - sendo que a maior parte deles se concentra na capital, onde se observa uma vasta, acelerada e precária urbanização.

O Nepal tem sido continuamente influenciado pelas referidas civilizações vizinhas, embora nunca tenha sido colonizado por potências quer do Norte quer do Sul; a sua topografia dificultou a penetração militar e ajudou à relativa facilidade de defesa. Mesmo os colonizadores britânicos da Índia decidiram deixar o Nepal como um estado independente - a única região desse tipo em todo o sub-continente indiano até ao final do século XIX.¹⁰⁰ No entanto, a mesma topografia que os governantes nepaleses usaram como vantagem militar durante séculos, constituiu também um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento urbano do país.

⁹⁸ TRAVASSO, Nuno; Território: *Casa Comum - Em busca de um processo de construção colectiva*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015; p. 117

⁹⁹ Human Development Index (UNDP 2016).

¹⁰⁰ LIECHTY, Mark; *Suitably modern: making middle-class culture in a new consumer society*; 2003; p. 39

1. A sociedade e o território - *traços gerais*

Com cerca de um terço do território em altitudes superiores a 4500 metros, e outro terço conhecido como “região montanhosa”, estima-se que a terra arável no Nepal represente apenas cerca de 16% da área total do país. Embora a sua paisagem montanhosa atraia centenas de milhares de turistas todos os anos, para a maioria dos nepaleses - cuja experiência de espaço e distância é predominantemente no plano vertical - as montanhas são muitas vezes um impedimento significativo para atender às necessidades diárias. Mesmo os projectos de desenvolvimento mais básicos, como a construção de estradas, tornam-se empreendimentos monumentais e dispendiosos.¹⁰¹

No entanto, a sua herança urbana e arquitetônica era, e continua a ser, deveras rica; esta foi predominantemente criada entre os séculos XIII e XVIII, quando o *Vale de Katmandu* foi dividido em três reinos - *Katmandu*, *Patan* e *Bhaktapur*. Estes três reinos competiam entre eles, cada um tentando superar o vizinho, através da construção de templos e de edifícios mais artísticos - estes são, agora, os três principais centros urbanos do Vale, as Praças *Durbar*. Essa herança pode ser atribuída ao grupo étnico *Newar* - os habitantes originais do Vale - que fundaram estas cidades numa localização estrategicamente importante ao longo das rotas comerciais entre o Tibete e a Índia.¹⁰²

O traçado tradicional das cidades nepalesas vive, ainda, sob a égide da poderosa metáfora da *mandala*, entrelaçando os rituais e as divindades Hindus e Budistas com o tecido urbano.¹⁰³ Esta é tida como a representação indiana do universo e a sua configuração serviu de modelo para muitos reinos asiáticos, que a verteram para um esquema social, territorial, topográfico e cosmológico. Dentro desta lógica, a concepção da *mandala* - em que a figura central representa a divindade suprema e universal à qual as restantes figuras são subordinadas - reflecte claramente a ideia de um rei supremo e centralizado, percebendo-se a metáfora imperial subjacente a esta construção.

Assim, o traçado destes reinos desenvolve-se em torno de um espaço central delineado por duas estradas principais de Norte a Sul e outras duas de Este a Oeste;¹⁰⁴ no cruzamento destas, localiza-se a praça real - praça *Durbar*. Este traçado é ainda visível em *Patan*, com as suas quatro *stupas* - ou pagodes - que marcam os limites da cidade, tal como é possível observar nas imagens que se seguem.

¹⁰¹ “Even the most basic development projects, such as road building, become monumental and costly undertakings.” em LIECHTY, Mark; *Suitably modern: making middle-class culture in a new consumer society*; Princeton: University Press; 2003; p. 39

¹⁰² SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes*; Switzerland: Springer International Publishing; 2017; p. 141

¹⁰³ *Ibidem*; p. 144

¹⁰⁴ TIWARI, Sudarshan Raj; *From past paths to future walks: Reading and Learning From the Traditional Streets of Kathmandu Valley Towns*; Future of Spaces III; Stockholm; 2015; p. 6

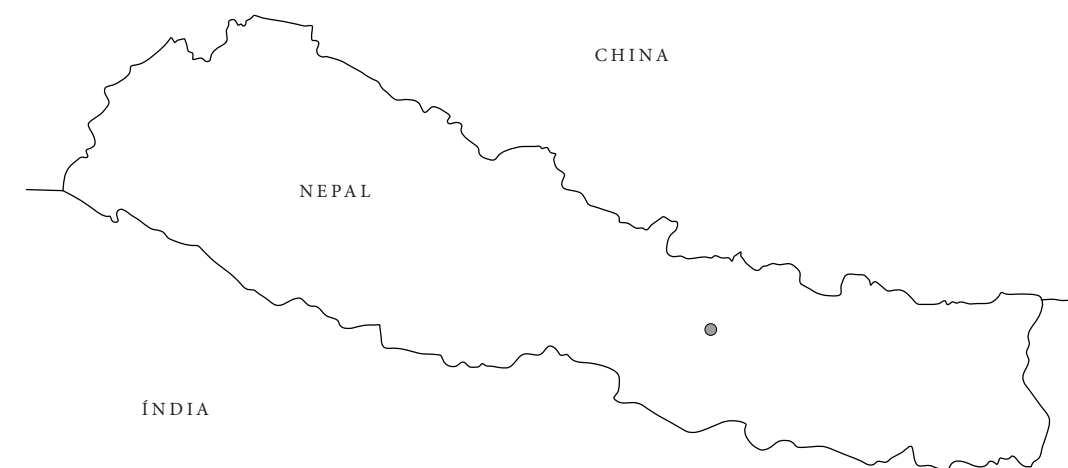


Figura 24. Localização do *Vale de Katmandu* no Nepal



Figura 25. Aproximação ao Vale de Katmandu; os três antigos reinos



Figura 26. Vista aérea de *Patan*; no centro, a praça *Durbar*; os círculos marcam três das quatro *stupas*



Figura 27. A amarelo, eixos fundadores do traçado urbano de *Patan*



Figura 28. Uma das ruas principais que leva à praça Durbar, em Bhaktapur



Figura 29. Praça Durbar em Bhaktapur

O modelo *mandala* apresentava, então, três questões fundamentais entretecidas: a importância dos limites, da hierarquia e da centralidade; este modelo regulava tanto a organização das cidades como a dos edifícios sagrados: estes - os templos - eram uma projecção geométrica do mundo, reduzido ao seu esquema essencial. Contudo, o que importa reter neste ponto é que as estruturas urbanas e arquitectónicas de Katmandu sempre foram delineadas por concepções religiosas, intimamente associadas a lendas e rituais e que, por isso, esta associação não se deve perder - aquando de qualquer estratégia de planeamento - pela forma como é incorporada na vida diária da população.

Adicionalmente, estes reinos caracterizavam-se por altas densidades e relativamente pouca ocupação da terra - tornando-se claro que a população já há muito se tinha apercebido do valor desta e da necessidade de conservá-la. Assim, as ruas eram estreitas e as casas compactas, com pequenos pátios privados. Construídas com tijolos queimados - que davam à cidade uma atmosfera única - juntavam-se de modo a formar os quarteirões - *tol* - que, ao mesmo tempo, definiam as diferentes comunidades locais. Este padrão de habitação compacto fez com que se libertassem algumas terras para espaços públicos, em todos os bairros; era, claramente, dada prioridade ao espaço colectivo. É também interessante reparar que os edifícios embelezados com janelas minuciosamente esculpidas, parecem ainda dar resposta ao prazer do homem de saborear os detalhes da arquitectura enquanto se movia lentamente.

No entanto, e não descurando a qualidade urbana e arquitectónica, importa relembrar que as desigualdades sociais já existiam nesta altura: a sociedade nepalesa era - e ainda é - organizada através de um sistema de castas que define o estatuto de cada um pela ocupação profissional, originando, por isso, uma grande segregação espacial - as castas mais baixas vivem em sítios mais remotos e as mais altas em zonas mais centrais.¹⁰⁵ Isto levou a que as famílias envolvidas na mesma ocupação vivessem em pequenas sub-comunidades; estas acabaram por ser a grande força do planeamento da cidade pois permitiam reduzir as distâncias percorridas diariamente.

Estes bairros organizados pela divisão profissional adoptavam já o princípio do trabalhar em casa. Existia ainda uma organização comunitária - *guthi* - que colocava várias responsabilidades e deveres a cada grupo de castas para organizar rituais e festivais, bem como vários trabalhos comunitários;¹⁰⁶ nestas alturas as divisões de castas eram dissolvidas, garantindo que a heterogeneidade prevalecesse na sociedade em geral. Esta organização comunitária parece ter sido uma das principais responsáveis pelas formas e funções atribuídas aos espaços públicos.

¹⁰⁵ SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes; Switzerland: Springer International Publishing; 2017; p. 145*

¹⁰⁶ MUZZINI, Elisa; APARICIO, Gabriela; *Urban Growth and Spatial Transition in Nepal: An Initial Assessment. Directions in development: countries and regions; Washington, DC: World Bank; 2013; p. 105*

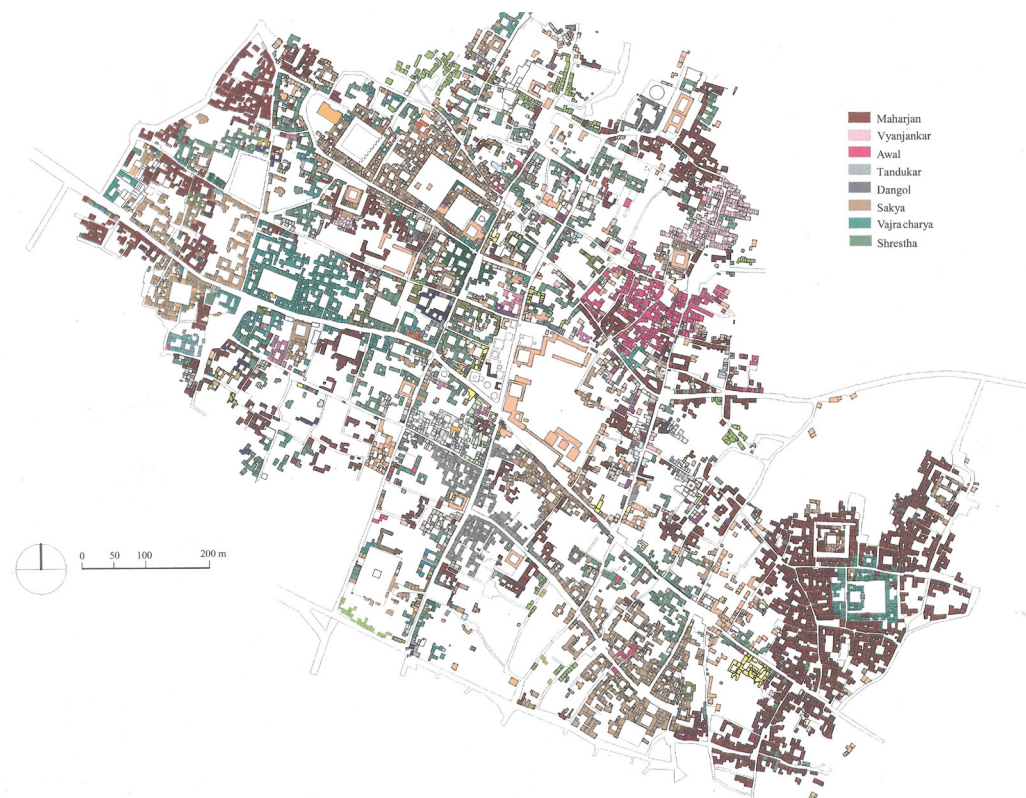


Figura 30. Distribuição das comunidades em *Patan*

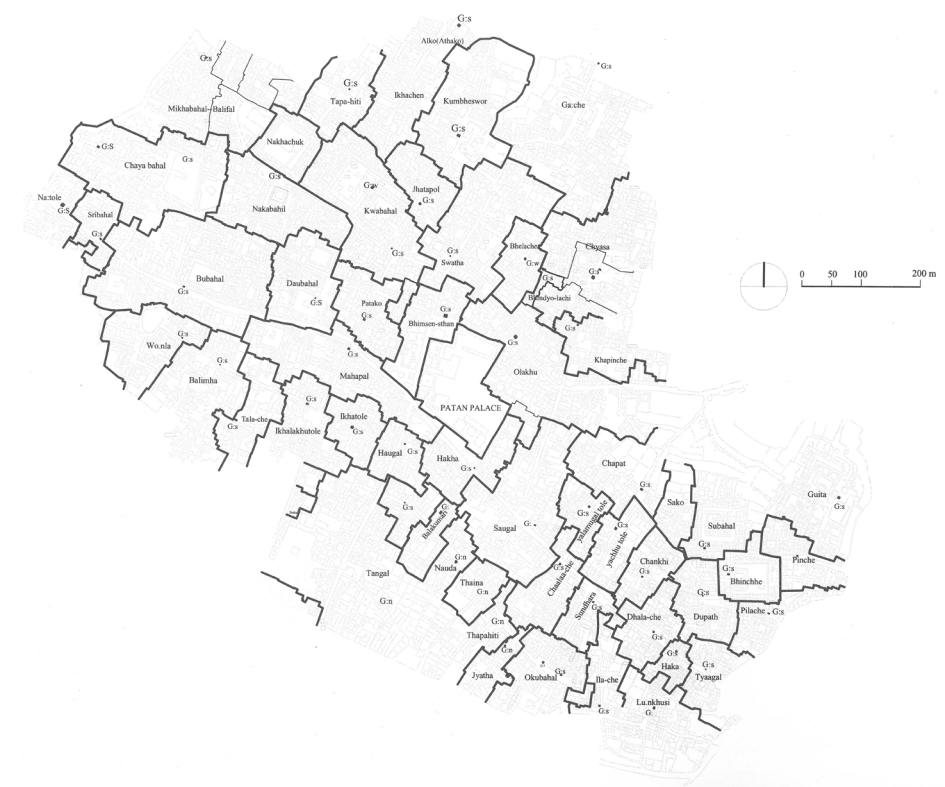


Figura 31. Limites dos quarteirões - *tol* - em Patan

Os referidos espaços integram-se naturalmente na estreita rede de ruas; é na intersecção destas que se formam as diferentes praças, com variadas funções: praças reais, praças religiosas, praças de comércio e praças residenciais; a sua configuração depende, obviamente, do seu uso. As praças *Durbar* - aquelas onde se situam os palácios - consistem num labirinto de pequenas fontes, becos e cantos silenciosos; actuam também como centros cívicos dado que muitas das actividades que lá ocorrem interessam a grande parte da população: é geralmente aqui que começam e terminam as procissões durante os diferentes festivais e daí, a sua importância para a população.

Tal como as praças, também a rede de ruas é hierárquica. Além das ruas principais, existem percursos mais estreitos que conduzem a espaços de menor dimensão: estes são geralmente pátios semi-privados usados por grupos familiares. Ao longo destes caminhos é ainda recorrente vermos as já referidas plataformas de descanso - *pati* -, para conversar ou simplesmente como ponto de encontro.

Assim, as ruas não são apenas espaços de transição; a irregularidade destas aumenta o seu uso como recinto para actividades. Interagindo tanto visual como fisicamente com a casa, a rua é usada como loja, local de reunião, de trabalho doméstico ou de rituais. No caso das lojas, a fachada é completamente aberta no piso térreo e a alvenaria substituída por uma estrutura de madeira chamada *dalan* - que liga a rua ao interior da habitação, no piso superior. Também neste contexto, a *casa* era pensada para gerar rendimentos.

Ainda de referir que os canais de água urbanos, particularmente o Rio Bagmati - onde agora se encontram inúmeros e vulneráveis assentamentos informais - são de grande significado espiritual e emocional para a população da cidade.¹⁰⁷ Estes assentamentos nas margens dos rios sugerem, acima de tudo, as múltiplas e variadas práticas infra-estruturais, económicas, de abrigo e de rituais que ali convergiram em meados e finais dos anos 90, pelos motivos já conhecidos.

O sentido de pertença a sub-comunidades e o processo lento de execução das cidades *Newar*, acabam por se reflectir nestas práticas informais: a essência é a mesma, mas com outros recursos, outra escala de sofisticação e outras formas de hierarquia. A participação dos habitantes na construção do seu *habitat* e o desenvolvimento prolongado e orgânico não são, portanto, uma novidade: sempre proporcionaram mais tempo à reflexão sobre as mudanças e os padrões de desenvolvimento, sobre o que era desejado ou como as diferentes propostas afectariam a vida das populações; e isto não significa, necessariamente, *pobreza*. Traduz, sim, uma forma de fazer idiossincrática e participada que deve ser tida em conta, antes de qualquer *plano centralizado*.

¹⁰⁷ SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes; Switzerland: Springer International Publishing; 2017; p. 144*



Figura 32. *Heritage H₂O suppliers* - abastecimento de água



Figura 33. Espaço comunitário semi-privado



Figura 34. A dinâmica da rua no centro histórico



Figura 35. Um dos muitos *sukumbasi* mais “consolidados” nas margens do rio Bagmati

2. O terramoto, a urgência e os conflitos de identidade

O terramoto que teve lugar no Nepal, a 25 de Abril de 2015, foi o mais violento a atingir o país em 80 anos, tendo sido também sentido na Índia, Bangladesh, no Tibete (China) e até desencadeado uma avalanche no Monte Everest. O governo nepalês declarou estado de emergência; mais de 4,6 milhões de pessoas foram afectadas pela tragédia. Alguns edifícios considerados Património Mundial pela UNESCO localizados na Durbar Square, em Katmandu, entraram em colapso; já para não falar do alarmante número de habitações parcial ou totalmente destruídas.

Katmandu - que hoje vemos e *estranhamos* - nasceu, sobretudo, desta catástrofe natural e as estratégias de intervenção urbana que lhe deram - e continuam a dar - origem foram inevitavelmente condicionadas pelos impactos desse acontecimento. Assim, considero importante debruçar o olhar sobre este tipo de operações dada a especificidade e complexidade que adquirem pela própria condição de desastre.

Não pretendo, neste ponto, aprofundar a formulação e implementação de soluções provisórias, nem inferir detalhadamente as evoluções físicas que tais áreas - recentemente destruídas - podem sofrer até se tornarem permanentes ou consolidadas; pretendo, sim, reflectir sobre as complicações e impactos que as catástrofes imprimem nas estratégias de intervenção em cenários de precariedade.

A questão reside, sobretudo, na imprevisibilidade do fenómeno que é a catástrofe e, claro, na perda humana e no desespero e trauma daqueles que a ela sobrevivem; num dia tem-se tudo, no seguinte, nada. No entanto, face à vulnerabilidade destes contextos *informais*, os desafios são ainda maiores. A rapidez de resposta exigida impõe, por isso, uma abordagem diferente; a esta exigência chamo-lhe *urgência*.

A *urgência* remete para fenómenos que surgem de situações de destruição de grande escala e pode, segundo Raquel Henriques, dividir-se em dois grandes grupos: para além da imprevista (ocorrência de desastres), a existente (derivada da pobreza) também deve ser considerada.¹⁰⁸ No entanto, e independentemente da família em que se insere, a *urgência* traduz-se na necessidade de respostas *formais* e abrangentes, suportadas pelo Estado - ainda que nem sempre isto aconteça.

Assim sendo, e qualquer que seja a origem da resposta - suportada ou não pelo Estado -, esta exercerá sempre algum tipo de impacto no contexto onde for inserida; deste modo, para além de responder às necessidades de alojamento imediato, a solução deve considerar *à priori* a escala territorial e urbana pelas repercussões que pode incutir ao território.

¹⁰⁸ HENRIQUES, Raquel; *Da planificação e da gestão urbana: políticas de intervenção e urgência no Terceiro Mundo: o Bairro de Magoanine C*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Prova final; 2011; p. 60

No entanto, face à frequente incapacidade de respostas *-formais-* do Estado¹⁰⁹, esta grande responsabilidade recai sobre organizações não-governamentais (ONGs) e, sobretudo, sobre a população afectada. É neste momento que começam a surgir gestos espontâneos de sobrevivência dando origem à *produção informalizada do espaço*: todo e qualquer recanto destinado a uso público será absorvido, a par de uma enorme e generalizada carência de infra-estruturas adequadas - as repercussões começam a sentir-se no território. Após o início deste ciclo, a tentativa de controlo torna-se muito mais difícil dada a rapidez do processo e a condição singular de uma população em desespero.

Por outro lado, e assumindo a existência de uma resposta *formal*, não se pode ignorar que, também esta, manifestará implicações directas nas transformações físicas decorrentes do período pós-catástrofe. Assim, importa mais uma vez reter a importância da concepção de estratégias de intervenção que lancem as bases para um desenvolvimento urbano incremental - em caso de evolução para uma solução permanente, ou seja, um *assentamento* - e que, na melhor das hipóteses, assuma a diversidade - social, cultural e territorial - como alicerce de uma auspiciosa política urbana.

Deste modo, sem nunca descurar a verdadeira necessidade do imediato acesso aos bens básicos essenciais à sobrevivência e o restabelecimento funcional das principais infra-estruturas, revela-se fundamental que a intervenção se integre na complexa rede urbana, condicionada por uma série de diferentes factores - sociais, económicos, culturais, entre outros.

Contudo, há uma grande tendência para soluções imediatas e efêmeras que, quase sempre, ignoram as vontades individuais e colectivas da população; estas respostas raramente reconhecem que, para além da perda de habitações, o terramoto originou também a ruína do *lugar*. Como veremos, as iniciativas de intervenção centram-se, geralmente, na construção e reconstrução de casas quando, na verdade, recuperar o sentido e o significado dos espaços comuns e partilhados, é tão ou mais importante para os moradores, cujas memórias e histórias colectivas foram levadas pelo terramoto.

As referidas *memórias* e *histórias* reflectem-se, portanto, nestes espaços de vivência comunitária, que raramente são tidos em conta nas estratégias de intervenção; o seu papel estrutural na génese de um sentido de pertença ao lugar é completamente ignorado. Assim, o desmoronamento causado pelo terramoto suprimiu alguns dos espaços que delineavam os valores intangíveis da comunidade e, daí, a importância de reconhecer que estes - as práticas diárias e as relações sociais - são imprescindíveis para (re)construir um território em crise.

¹⁰⁹ TOFFIN, Gérard; *Urban fringes: squatter and slum settlements in the Kathmandu Valley (Nepal)*; Contributions to Nepalese studies; Vol. 37; No. 2; 2010; p. 152



Figura 36. Acampamento *provisório*, Katmandu



Figura 37. Perda do lugar, Bhaktapur

No entanto, e embora o património da UNESCO faça parte do *lugar* e do território a ser reconstruído e seja, sem dúvida, uma indispensável fonte de rendimento para o país - cuja economia vive sobretudo do turismo -, sente-se que os esforços de reconstrução por parte das entidades públicas focam as suas energias e prioridades na reconstrução e embelezamento dos centros históricos, em detrimento da habitação e dos pequenos espaços comunitários, que me pareceram ser maioritariamente reconstruídos pelos próprios moradores.

Sem querer ignorar o terror a ela inerente, talvez a catástrofe deva ser pensada, por estas instituições, como uma *oportunidade de reconhecer o urbanismo local*¹¹⁰, de (re)pensar o território desde as suas origens. Ao invés de tentar a recuperação de uma *identidade* perdida - unicamente restituindo o património - torna-se quase conveniente repensar Katmandu através de abordagens que permitam a transformação e o melhoramento da sua estrutura urbana - já problemática, antes da catástrofe.

Para isso, é essencial o reconhecimento da circunstância e das respectivas preexistências. No entanto, é neste reconhecimento que surgem os *conflitos de identidade*.¹¹¹ Importa reter que, em primeiro lugar, a identidade é um processo - tal como o *território* -, e não um objecto acabado; em segundo lugar, e sendo um processo, a identidade não pode ser fabricada e daí que deva ser desenvolvida enfrentando aqueles que são os nossos problemas reais e actuais;¹¹² em terceiro lugar, a identidade não é auto-consciente;¹¹³ assim, qualquer tentativa de interromper este processo ou de fabricar uma identidade será uma perigosa manipulação.

Em suma, neste método de (re)construção de uma identidade, há que projectar a partir das *preexistências*, mas sem nunca as assumir como fim em si mesmas; isto é, projectar à luz dos princípios contemporâneos, que rejeitam a ideia de modelos estagnados no tempo. Intervir nestes contextos de urgência - tanto a existente como a imprevista - deveria consistir na sua construção ao ritmo que lhe é próprio, sob a forma de um plano abrangente, vivo, adaptável e regenerativo. Acredito, portanto, num exercício de síntese que defina um número limitado de princípios estruturais - tangíveis e intangíveis - inerentes à *circunstância* da sociedade e seu território no sentido de, inevitavelmente, determinarem a resposta mais apropriada à (re)materialização física de um espaço em crise.

¹¹⁰ SÁ, Ana Luís; *Construir o informal: identidade e expectativa nos cerros de Valparaíso*; Dissertação de Mestrado Integrado; Porto: FAUP; 2016; p. 93

¹¹¹ CORREA; Charles; *Quest for identity*; 1983; p. 10

¹¹² “It is a by-product of looking at our real problems, rather than self-consciously trying to find identity as an end in itself, without worrying about the issues we face.”; *ibidem*.

¹¹³ “We may talk about French logic, but the French are not trying to be French-logical. They’re simply trying to be logical; it’s we who watch them and say *That’s very French*.”; *ibidem*.



Capítulo 3. Um urbanismo para a coesão social

(...) As palavras têm significados: algumas palavras, no entanto, também têm uma “sensação”. A palavra “comunidade” é uma delas. É uma sensação boa: o que quer que seja que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “pertencer a uma comunidade”.¹

¹“(…) Words have meanings: some words, however, also have a “feel”. The word “community” is one of them. It feels good: whatever the word “community” may mean, it is good “to have a community”, “to be in a community” em BAUMAN, Zygmunt; *Community: Seeking Safety in an Insecure World*; Cambridge: Polity Press; 2001; p. 1

Sinto que devo, por breves momentos, *voltar ao início*. Agora com outro olhar, interessa-me reflectir sobre aquilo que - para além do *estranhamento* inicial - motivou esta vontade de desfazer pré-conceitos e de procurar respostas mais transparentes com vista a alcançar um *urbanismo socialmente mais coeso*, sobretudo em países onde as disparidades sociais são particularmente acentuadas.

O *estranhamento* que inicialmente descrevi não se traduziu apenas numa questão visual. Foi sobretudo um estranhamento de valores que, pela sua natureza tão subjectiva, se tornou difícil transpor para o papel. No entanto, para o tentar explicar da melhor forma, talvez possa recordar um breve episódio que, de tão simples, mereceu uma forma diferente de perspectivar as relações que se dão em sociedade.

Encontro-me numa longa viagem de autocarro pela estrada que liga *Thulo Pakhar a Bhaktapur*; o veículo vai cheio - os lugares são de duas pessoas e estão já todos ocupados. Entra um novo passageiro que, para meu espanto, se tenta sentar, aproximando-se de um dos assentos; prontamente, os outros aconchegam-se de forma a que todos possam usufruir desse mesmo espaço. Tudo isto acontece numa fracção de segundos, sem qualquer troca de palavras, como se de bom senso se tratasse: antes três pessoas apertadas do que uma sem lugar para se sentar.

Para muitos, esta história pode não fazer sentido algum ou até ser completamente despropositada mas, em boa verdade, levou-me a questionar os valores da sociedade em que estou inserida - diga-se, uma sociedade *hiper-moderna*.¹¹⁴ Penso ter sido a primeira vez em que episódio semelhante me passou pelos olhos e, por isso, estranhei-o: um exemplo de *cidadania* - tão próprio de uma cultura que nos é distante - e, simultaneamente, tão esporádico na *realidade* que conhecemos.

Foi, mais uma vez, na sequência deste *estranhamento*, que surgiu a vontade de reflectir sobre a forma como a *cidadania* (ou a falta dela) e a emancipação se têm vindo a relacionar; o défice da primeira pode tornar-se numa ameaça real ao território contemporâneo: este corre o risco de ser incapaz de implementar acções colectivas consideradas essenciais às vivências urbanas.

¹¹⁴ “O ‘pós’ do pós-moderno fazia dirigir ainda o olhar para as traseiras do que já estava decretado morto, levava a pensar num desaparecimento sem precisar no que nos tornámos como se se tratasse de preservar uma liberdade recém-conquistada no rasto da dissolução dos enquadramentos sociais, políticos e ideológicos. Daí o seu destino. Este tempo acabou. Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpoder, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto, o que é que já não é ‘hiper’? O que é que já não revela uma modernidade elevada à potência superlativa?” em LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien; *Os tempos hipermodernos*; Lisboa: Edições 70; 2018; p. 55

Segundo François Ascher, vivemos hoje numa espécie de *solidariedade mecânica*¹¹⁵, que inscreve os habitantes das metrópoles em relações múltiplas de interdependência que não desencadeiam, necessariamente, a consciência de pertença a uma colectividade; os diversos individualismos e corporativismos são testemunha disso. *Viver numa metrópole implica, portanto, estar ao lado ou encontrar, cruzar ou evitar um número crescente de indivíduos.*¹¹⁶ Esta *solidariedade mecânica* é, obviamente, e por força das circunstâncias actuais, feita de laços fracos ou mesmo frágeis, mutáveis e diversificados, mas numerosos e em larga medida escolhidos, que associam indivíduos às suas pertenças sociais igualmente múltiplas, numa sociedade aberta.¹¹⁷

No entanto, e independentemente do tipo de laços que se criam, é necessário ter em conta uma terceira dimensão inerente à vida num território partilhado: a dita *consciência de pertença a uma colectividade urbana, com a prática dos direitos e deveres que lhes estão associados*¹¹⁸; a esta chamei-lhe *cidadania*: a principal responsável pela resistência que o tecido social vai adquirindo, *produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes*, não sendo, por isso, *monolítica*.¹¹⁹

Ainda no seguimento dos individualismos e corporativismos, é importante relembrar o *excesso de regulação* por parte dos governos¹²⁰ em que se transformou o paradigma da modernidade. As formas como foram desassociadas as articulações entre *subjectividade* e *cidadania* acabaram por deixar as sociedades capitalistas contemporâneas à beira de um bloqueio de alternativas emancipatórias.¹²¹ Estará o *Terceiro Mundo* a seguir o mesmo caminho mas, por sua vez, com excesso de *desregulação* governamental?

Ora, independentemente da localização geográfica, importa reter que existe, claramente, uma tendência *hiper-moderna* no mundo e que esta não surge apenas sob a forma de arquitectura; manifesta-se, também, através de um modo específico de viver em sociedade - e de a *regular* - que tem vindo a ser entretecida nos mais diversos contextos urbanos e assimilada como progresso.

¹¹⁵ ASCHER, François; *Metapolis: acerca do futuro da cidade*; 1995; p. 102

¹¹⁶ *Ibidem*; p. 101

¹¹⁷ BOURDIN, Alain; *O urbanismo depois da crise*; 2011; p. 85

¹¹⁸ ASCHER, François; *op. cit.*; p. 102

¹¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 1994; p. 210

¹²⁰ “Focault tem certamente razão ao denunciar o excesso de controle social produzido pelo poder disciplinar e pela normalização técnico-científica com que a modernidade domestica os corpos e regula as populações de modo a maximizar a sua utilidade social e a reduzir, ao mais baixo custo, o seu potencial político.”; *ibidem*; p. 203

¹²¹ “A constelação ideológica-cultural hegemónica do fim do século parece apontar para a reafirmação da subjectividade em detrimento da cidadania e para a reafirmação desigual de ambas em detrimento da emancipação”; *ibidem*.

É esta tendência que - sem querer fazer demasiados juízos de valor - tem vindo a dar origem a um território mais globalizado e, consequentemente, mais genérico. Esta generacidade do território - discurso especialmente difundido por Rem Koolhaas já na década de 90, referindo-se a um contexto *pós-moderno*¹²² - tem trazido, para alguns, um certo *desencantamento* pela *realidade* que habitamos. Mas, e se esta homogeneização acidental for, de facto, um processo intencional, um movimento consciente de distanciamento da diferença e aproximação da igualdade?¹²³

A resposta a esta questão está muito aquém do meu conhecimento; no entanto, perante problemas como o da explosão demográfica, o da desigualdade Norte/Sul e o da degradação ambiental, penso ser necessário contrariar a adopção de modelos homogeneizadores; é, sim, urgente reequacionar o significado e os desafios da actual condição urbana, procurando as ferramentas - conceptuais, críticas e operativas - para lidar com a diversidade territorial e com as disparidades socioeconómicas.

Face a estes desafios, Boaventura de Sousa Santos apela, ainda, à formulação de uma nova teoria da democracia e da emancipação social, acreditando que apenas por via do *pensamento utópico* - tradição que considera ter sido suprimida pela modernidade¹²⁴ - será possível ultrapassar o referido bloqueio de alternativas emancipatórias.

A renovação da teoria democrática - a meu ver, tão válida para o Norte como para o Sul - assentaria, portanto, na *repolitização global da prática social* - entenda-se por *politizar* a identificação de *relações de poder* com vista a torná-las em *relações de autoridade partilhada*¹²⁵. Daí resultaria um campo político mais transparente - onde formas de opressão e de dominação tornar-se-iam visíveis - e onde surgiriam outras oportunidades para o exercício de novos modelos de democracia e de cidadania.

¹²² “Postmodernism is the only movement that has succeeded in connecting the practice of architecture with the practice of panic. Postmodernism is not a doctrine based on a highly civilized reading of architectural history but a method, a mutation in professional architecture that produces results fast enough to keep pace with Generic City’s development.” em KOOLHAAS, Rem; *The Generic City*; 1995; p. 1262

¹²³ *Ibidem*; p. 1248

¹²⁴ “(...) o nosso século tem sido paupérrimo em pensamento utópico, o que durante muito tempo foi pensado como sendo um efeito normal do progresso da ciência e do processo de racionalização global da vida social por ela tornada possível. (...) Não será que a morte do futuro que hoje tememos foi anunciada há muito pela morte da utopia? Não será que a perda da inquietação e busca de uma vida melhor contribui para a emergência da subjectividade conformista que considera melhor, ou pelo menos inevitável, tudo o que for ocorrendo só porque ocorre e por pior que seja?” em SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 1994; p. 279

¹²⁵ *Ibidem*; p. 233

Esta concepção implicaria a criação de um *novo senso comum político* onde, obviamente, o Estado seria descentralizado.¹²⁶ Assim, a nova cidadania dever-se-ia constituir tanto na *obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação horizontal entre cidadãos*. Com isto, o princípio da comunidade seria revalorizado e, com ele, a ideia de *igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade*.¹²⁷ A emancipação não seria, portanto, mais do que um conjunto de lutas processuais - de carácter político -, sem fim definido. Esta questão torna-se pertinente a partir do momento em que as referidas reminiscências de *cidadania* - mais uma vez, inerentes à cultura nepalesa - me pareceram estar a ser inseridas nesta tendência de modernização global¹²⁸.

Atribuo o prefixo *-hiper* à sociedade dos dias de hoje; no entanto, é importante reconhecer que não são propriamente as etiquetas *moderno, pós* ou *hiper* que interessam para o caso do Nepal ou do dito *Terceiro Mundo*. Importa, aqui, reconhecer o modo como estas sociedades, países ou economias são inseridas na economia-mundo através de formas de exploração, equivalentes àquelas que ocorreram durante os processos de colonização e que continuam presentes - num *sentir colectivo* - até hoje. Muito embora o Nepal nunca tenha sido colonizado, por vários motivos - para além da dificuldade de penetração militar, acredito que não fosse suficientemente apelativo do ponto de vista das suas riquezas endógenas - desde sempre que foi introduzindo e assimilando as influências dos países vizinhos - basta reparar nas construções neoclássicas do século XIX; a dita assimilação acontece, agora, à escala global e de forma *hiper-desregulada*.

O que interessa reter é que existe uma tendência de perpetuação da submissão destes povos tanto nos seus países de origem, como em qualquer outro - veja-se a comunidade de nepaleses da emigração temporária no “agro-negócio” do litoral alentejano.¹²⁹ Assiste-se, diria, a uma outra forma de colonialismo. Esta insidiosa penetração nos mercados de padrões aquisitivos e culturais acaba por esbarrar com a coesão social que existe, ainda, nestas sociedades e que, obviamente, existia no resto do mundo. A diferença é a menor capacidade aquisitiva, que faz com que esta *hiper-modernização* demore mais tempo a instalar-se nos países do *Sul*.

¹²⁶ “A conversão da diferenciação do político no modo privilegiado de estruturação e diferenciação da prática social tem como corolário a descentração relativa do Estado e do princípio do Estado.” em SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 1994; p. 238 - 39

¹²⁷ *Ibidem*; p. 239

¹²⁸ “(...) In any case, the Generic City now also exists in Asia, Europe, Australia, Africa. The definitive move away from the countryside, from agriculture, to the city is not a move to the city as we knew it: it is a move to the Generic City, the city so pervasive that it has come to the country. (...) a large proportion of Generic Cities is Asian - seemingly a contradiction in terms: the over-familiar inhabited by the inscrutable. One day it will be absolutely exotic again, this discarded product of Western civilization, through the resemanticization that its very dissemination brings in its wake...” em KOOLHAAS, Rem; *The Generic City*; 1995; p.1250

¹²⁹ [Fonte: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/do-nepal-para-odemira-apanha-amoras-framboesas-e-canta-no-youtube>]

Voltando às alternativas emancipatórias e à utopia - enquanto *metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita*¹³⁰ - para além de ser urgente redefinir os mecanismos de regulação, a nível global, é também necessário impedir a diluição da *coesão social* que, como já referido, resta ainda nestes países do Sul e que lhe é tão inerente. Esta última poder-se-ia definir pela permanente *construção, manutenção e compatibilização de redes relacionais frágeis, mas muito diversas, através de um processo de reconhecimento e de mobilização em torno de projectos comuns*.¹³¹

Foi, de facto, no Nepal que senti, pela primeira vez, esta noção de pertença a uma colectividade, ainda que extremamente heterogénea¹³²; trabalhar por um projecto comum - a escola -, numa circunstância em que todos participam na medida das suas possibilidades foi, sem dúvida, inspirador. E, mesmo já tendo defendido que a ideia de auto-construção seja ainda demasiado romântica, não posso negar que, ainda assim, enquanto projecto colectivo, cria laços afectivos entre os intervenientes, o que acaba por tornar todo o processo mais motivador para todos.

É, sem dúvida, imperativo construir um território que responda às necessidades de uma comunidade (o que continua a ser, como habitualmente e apesar de tudo, a ideia implícita neste género de diligências); no entanto, é também necessário mobilizar conjuntos de utilizadores e habitantes - ainda que de laços frágeis - para produzir e fazer funcionar o território sem nunca excluir os conflitos nem mesmo as incoerências. A coesão social virá por acréscimo.

Por fim, *outra via que conduz igualmente à coesão social passa pela constituição e pela afirmação dos direitos urbanos*¹³³ que, quando partilhados, se tornam obviamente reconhecidos¹³⁴; a sua operacionalização e o seu desenvolvimento constituem, também eles, um projecto colectivo.

Não pretendo com isto afirmar que, sem projectos colectivos, a coesão social tem poucas probabilidades de se estabelecer; no entanto, é imprescindível que a sociedade exerça uma liderança: o papel principal no processo de produção e gestão espacial. Só desta forma, *emancipando-se* e lutando pelos seus direitos enquanto cidadãos, será possível observar uma redução dos problemas sociais, levando a que esta nova condição urbana se torne, certamente, mais justa, mais bonita (por muito subjectivo que seja) e, claro, mais humana.

¹³⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 1994; p. 279

¹³¹ BOURDIN, Alain; *O urbanismo depois da crise*; 2011; p. 86

¹³² Em raça, género, idade, nacionalidade, cultura, religião e, mesmo, classe social.

¹³³ BOURDIN, Alain; *op. cit.*; p. 87

¹³⁴ *Ibidem*.



Figura 38. Lugar - *casa auto-construída* - de uma comunidade criada em torno de um projecto comum



Figura 39. Projecto comum - Escola *Kakaling* em construção, *Thulo Pakhar*

Assim, segundo Alain Bourdin, existem quatro direitos que ocupam hoje posições primordiais: o direito ao acolhimento¹³⁵, o direito à mobilidade¹³⁶ e ao acesso¹³⁷, o direito a um ambiente satisfatório¹³⁸ e o direito à segurança¹³⁹, para além dos já estabelecidos há mais tempo e que, sem se limitarem à cidade, continuam a ser fundamentalmente urbanos - a liberdade de pensamento e de expressão, o direito à habitação e ao trabalho¹⁴⁰; estes devem ser aplicados, em primeiro lugar, aos mais desprotegidos, os pobres.

Por fim, e na necessidade de um novo paradigma, por que não valorizar os conhecimentos e as práticas não hegemónicas que são, afinal, a esmagadora maioria das práticas de vida e de conhecimento no interior do sistema mundial? Por que não aprender também com o *Sul*? Entenda-se *Sul* como metáfora para designar os oprimidos pelas diferentes formas de poder; no entanto, esta opção pelos conhecimentos e práticas oprimidas, marginalizadas, subordinadas, não tem qualquer objectivo museológico: *é crucial conhecer o Sul para conhecer o Sul nos seus próprios termos, mas também para conhecer o Norte*.¹⁴¹

Em suma, e dada esta realidade urbana sociologicamente diversa, fragmentada e contraditória, viver em conjunto já não tem senão relações muito limitadas com a proximidade física. Porém, *se se admitir que, na falta de uma sociedade local, o território tem necessidade de coesão social para funcionar, a constituição de dispositivos e de lugares que favoreçam este processo [de coesão] torna-se um estaleiro para o urbanismo*.¹⁴²

¹³⁵ O direito ao acolhimento dever-se-ia aplicar a todos os que chegam: tanto aos novos migrantes - que vêm para ficar - como aos que estão apenas de passagem. Este direito só poderá fazer sentido se se exercer de forma recíproca: *nada se pode exigir daqueles a quem nada se oferece*. em BOURDIN, Alain; *O urbanismo depois da crise*; 2011; p. 88

¹³⁶ O direito à mobilidade está relacionado com a possibilidade de deslocação pelo território, especialmente no que respeita àqueles que vivem à margem e que deveriam exercer este direito na equidade; *ibidem*.

¹³⁷ O direito ao acesso diz respeito à oferta urbana, definindo o grau de privatização aceitável de certos lugares, equipamentos e serviços; *ibidem*.

¹³⁸ O direito a um ambiente satisfatório equilibra todos os “ambientalmente culpados” pela questão das alterações climáticas; através dele, afirma-se a consciência ecológica, exprimindo exigências que dizem respeito, por exemplo, à qualidade do ar e da água; *ibidem*.

¹³⁹ Por fim, o discutível direito à segurança; a ausência total de risco em qualquer lugar é, efectivamente, inatingível especialmente porque a segurança continua a ser um sentimento, no sentido de uma coincidência entre si e si mesmo, como o sentimento da existência, e, como tal, não se cinde; *ibidem*; p. 91 - 92

¹⁴⁰ *Ibidem*; p. 88

¹⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 1994; p. 279

¹⁴² BOURDIN, Alain; *op. cit.*; p. 87



Figura 40. Conclusão da escola - voluntariado enquanto dispositivo que favorece o processo de coesão social

Se a situação do Hemisfério Sul deve ser vista sob o ângulo dos processos transversais - e globalizados - que a atravessam, é também importante averiguar os mecanismos que levam à territorialização das ditas (in)justiças sociais, tendo em conta contingências locais, história e tradições herdadas bem como assimetrias e desigualdades que lhe são próprias. Atribuir a configuração urbana actual às heranças e àquilo que o território nos vai deixando, parece ser uma ideia generalizada e trivial. Contudo, raramente se discutem - ou se tentam identificar - os factores que propagam esta herança no tempo e no espaço.

Voltando ao Nepal, importa lembrar que este país não foi nunca colonizado e que, por isso, a sua herança não passa por lógicas baseadas em “modelos de riqueza” europeias ou americanas; a herança é outra e, como já vimos, vem do povo *Newar*¹⁴³; não deixando por isso de ter produzido assimetrias na distribuição e na ocupação territorial nem de perpetuar configurações distributivas assimétricas. Esta herança, enquanto conjunto de materializações físicas no território – que integram o campo disciplinar da arquitectura e do urbanismo – acaba por reflectir, assim, uma série de estratégias políticas e de configurações socioeconómicas, que contribuíram para o prolongamento ou interrupção de determinadas dinâmicas de fixação ou de abandono, de poder ou de alienação, de *riqueza* ou de *pobreza*, acentuando diferenças ou diluindo distinções socioeconómicas.

Nesse sentido, pretendo analisar os três factores – *propriedade, infra-estruturas e habitação* – que, segundo Ana Silva Fernandes, e não esgotando a extensão de elementos de influência, surgem como eixos particularmente relevantes na perpetuação ou ruptura de disparidades sociais¹⁴⁴ e que ditam, ainda, *de forma directa ou indirecta, a mais recente ocupação do território, a configuração dos seus assentamentos ou a sua estrutura social*.¹⁴⁵

Parece-me pertinente começar pela propriedade - enquanto acesso legal à *terra* - dado esta ser, literalmente, a base do problema. Já em *Cidade Genérica*¹⁴⁶, Koolhaas adianta que é, de facto, estranho que aqueles que têm menos dinheiro habitem o artigo mais caro - a *terra* -, e os que pagam mais habitem o que é gratuito - o ar.

¹⁴³ SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes; Switzerland: Springer International Publishing*; 2017; p. 136

¹⁴⁴ FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 142

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ “Housing is not a problem. It has either been completely solved or totally left to chance; in the first case it is ilegal, in the second “illegal”; in the first case, towers or, usually, slabs (at the most, 15 meters deep), in the second (in perfect complementary) a crust of improvised hovels. One solution consumes the sky, the other the ground. It is strange that those with the least money inhabit the most expensive commodity - earth; those who pay, what is free - air.” em KOOLHAAS, Rem; *The Generic City*; 1995; p. 1253

2. A base das (in)justiças - *propriedade, infra-estrutura e habitação* -

Daqui facilmente se depreende que a *terra* é uma verdadeira ferramenta de poder económico bem como social. Assim, o seu acesso e negociação, a transmissão da sua posse ou direito de uso, ou o seu papel nas políticas de intervenção, constituirão inevitavelmente mecanismos de modelação das estruturas socioeconómicas.

No entanto, já muito antes de Koolhaas, Charles Abrams, na obra *Housing in a Modern World*, em 1964, reflectia sobre este problema - o da *terra*, especialmente em contexto urbano - visando, obviamente, a diminuição da precariedade. Assim, refere a existência de quatro tendências a respeito desta questão: a cada vez maior insegurança de propriedade ou posse, o uso mais intensivo da terra, uma maior difusão de explorações e o aparecimento de novas formas de posse - umas boas, outras más.¹⁴⁷

Interessa-me, portanto, reflectir sobre a questão do acesso à terra neste mesmo contexto – onde, face a pressões demográficas intensas, a uma maior procura no mercado imobiliário e ao seu reflexo no aumento de custos de aquisição ou uso, o solo se torna um instrumento marcante de polarização socioeconómica.¹⁴⁸

O que se prevê mais problemático é que, à medida que os preços dos terrenos aumentam e estes se tornam mais escassos nos centros urbanos e à volta deles, as encostas que antes eram domínio exclusivo dos pobres, tornar-se-ão inevitavelmente lugares mais atractivos de investimento; este ciclo faz com que futuros migrantes enfrentem desafios ainda maiores do que aqueles que já existem.¹⁴⁹

No entanto, importa reter que, especialmente em contextos de *informalidade* urbana - enquanto alternativa à pobre oferta por mecanismos formais e regulados -, a legalização dos terrenos é fundamental para catalisar os habitantes a reforçar a continuidade do desenvolvimento territorial e a melhorar a qualidade do *meio* em que habitam.¹⁵⁰ Com esta garantia, torna-se possível estimular ambições pela responsabilização, investimento, manutenção e qualificação dos espaços - públicos e privados - ao ritmo das capacidades financeiras de cada um.

¹⁴⁷ ABRAMS, Charles; *Housing in the modern word: man's struggle for shelter in an urbanizing world*; 1964; p. 30

¹⁴⁸ FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 144

¹⁴⁹ “Suffice it to say here that as land values rise and vacant lands become more scarce within cities and around them and as new technologies make it increasingly attractive to build on steep hillsides or swampy marshes which were once the exclusive domain of the poor, incoming migrants of the 80s will face even greater challenges than their counterparts of the 60s and 70s.” em PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; p. 41

¹⁵⁰ “Security of possession has been a burning desire from the time that man first asserted his claim to exclusive ownership of a patch of ground.” em ABRAMS, Charles; *op. cit.*; *loc. cit.*

O acesso ao solo, ou seja, a obtenção do direito de posse sobre o terreno, corresponde obviamente a uma das acções essenciais ao sucesso destes processos. O grau de definição inerente a este *direito de posse* permite, a meu ver, a produção de transformações urbanas mais estáveis, o consolidamento de malhas futuras, a fixação de usos individuais e colectivos e o acesso oficial ao solo pela normativa legal que também confirma; esta definição torna-se legítima sobretudo pelas dinâmicas de segurança e de confiança que permitem que os proprietários vivam menores sensações de transitoriedade, o que facilita não só o investimento económico e de meios (alguma consolidação), como a criação de laços com a área de residência (identificação, relações de vizinhança e de comunidade, entre outros). O futuro proprietário poderá, então, não só ir construindo a sua casa de modo concordante com uma implementação já estabelecida, como será mais provável que deseje tal investimento.

No entanto, o solo não se caracteriza apenas pela sua delimitação física ou pela legitimidade da sua ocupação, mas também, e sobretudo, pelos seus atributos (como localização, serviços associados, facilidade de acesso a outros recursos, estatuto social associado, entre outros). Assim, discutir a questão da *terra* em contexto de *informalidade* implica também abordar a carência de alguma ou de várias dessas qualidades.

Deste modo, as grandes questões emergentes neste contexto são, segundo Charles Abrams, as seguintes: (a) se a expansão do poder pode ser feita sem sacrificar a iniciativa e os direitos individuais; (b) se os deveres de um proprietário acabarão por ofuscar os seus direitos, de modo a que este tenha pouco mais do que a propriedade em seu nome; (c) se os novos poderes serão usados para beneficiar muitos em vez de poucos; (d) se se produzirão novas formas funcionais de vida comunitária ou se surgirão apenas novas decepções; (e) se os poderes governamentais serão exercidos para expandir oportunidade e mobilidade social e económica ou se serão usados para incluir “grupos indesejáveis” dentro de secções segregadas; (f) se as novas leis serão respeitadas ou abertamente desrespeitadas; (g) se alguma reforma adoptada não será, em última instância, desviada dos seus objectivos originais ou pervertida para defender os interesses de uma classe mais privilegiada. A questão é, finalmente, se as *cidades* do novo mundo industrial emergirão como os refúgios da liberdade do homem ou como instrumentos para novas tiranias e as fontes de novas frustrações humanas.¹⁵¹

¹⁵¹ “The great emerging issues are: (a) whether expansion of power can be effected without sacrificing individual rights and initiative; (b) whether an owner's duties will ultimately so overshadow his rights that he retains little more than ownership in name; (c) whether the new powers will be used to benefit the many instead of the few; (d) whether they will produce new functioning forms of community life or give rise only to new disappointments; (e) whether governmental powers will be exercised to expand opportunity and social and economic mobility or will be used to contain “undesirable groups” within segregated sections; (f) whether new laws will be respected or openly flouted; (g) whether any reform adopted will not be ultimately diverted from its original objectives or perverted to defend the interests of a more privileged class. The question is, finally, whether the cities of the new industrial world will emerge as the havens of man's freedom or as the instruments for new tyrannies and the sources of new human frustrations.” em ABRAMS, Charles; *Housing in the modern word: man's struggle for shelter in an urbanizing world*; 1964; p. 38-39

Torna-se portanto necessário perceber o seu potencial redistributivo, democratizador e socialmente aglutinador, actuando, se possível, através de um sistema de acesso regulado e de maior alcance, criando mecanismos facilitadores que possam assegurar uma mais ampla abrangência da distribuição de recursos.

Assim o acesso à *terra* - enquanto mecanismo de estruturação social, territorial e espaço essencialmente de fixação de população e de suporte das suas actividades e vivências - revela-se um factor determinante na reprodução social e espacial da pobreza ou da riqueza estando, por isso, na origem das (in)justiças.

Para além da questão da *terra*, os *serviços* a ela associados acabarão por funcionar também como catalisadores de exclusão ou de integração social. Ainda que muitas vezes isso passe despercebido, os serviços de *infra-estrutura* urbana e os equipamentos públicos são tão determinantes para a estrutura dos territórios quanto o uso do solo; a distribuição desigual de infra-estrutura e equipamentos constitui externalidade suficiente para causar valorizações sociais diferenciadas no território.¹⁵²

Temos a ideia de que, regra geral, as *infra-estruturas* oferecem as condições necessárias para o bem-estar individual e colectivo, bem como para uma maior integração na sociedade - o que não é mentira. Contudo, e segundo Lin, podemos dividi-las em dois grandes grupos - o das *infra-estruturas pesadas* e o das *infra-estruturas leves*.¹⁵³ As primeiras contribuem directamente para a sobrevivência de uma comunidade e para a sua capacidade de resposta e de recuperação aquando de eventos extremos: sistemas de transporte, gestão de águas e esgoto, redes de energia e telecomunicações.

No entanto, um território não sobrevive apenas com *infra-estruturas pesadas*; seria vazio e sem sentido. Assim, surgem as *infra-estruturas leves* que são fundamentais para a qualidade de vida da população, promovem programas económicos, de saúde e de educação e contribuem para o desenvolvimento cultural e social do dia-a-dia de uma comunidade; instituições, acordos comerciais e a lei são considerados exemplos de *infra-estruturas leves*. Assim, e reconhecendo a necessidade de enfatizar a dimensão política da produção - ou gestão - das ditas *infra-estruturas*, poderíamos até denominá-las por *sistemas sócio-técnicos*.¹⁵⁴

¹⁵² SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; *A cidade como um jogo de cartas*; 1988; p. 135

¹⁵³ *The City as a Collection of Infrastructures* em LIM, C. J.; *Inhabitable infrastructures: science fiction or urban future?*; Nova Iorque; NY: Routledge; 2017; p. 61

¹⁵⁴ “(...) technologies and infrastructure networks must therefore be considered as socio-technical assemblies or ‘machinic complexes’ rather than as individual causal agents with identifiable ‘impacts’ on cities and urban life.” em GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon; *Splintering Urbanism*; Londres: Routledge; 2001

Deste modo, são estes *sistemas sócio-técnicos* que definem o território, a sua sociedade e destacam inúmeras formas diferenciadas de actividades humanas.¹⁵⁵ Daí que as assimetrias e disparidades nestes sistemas se reflectam tanto nas condições de vida das populações envolvidas, como na forma como estas são vistas na sociedade onde se inserem. Importa também recordar que estas disparidades são muitas vezes herdadas de épocas passadas - especialmente no caso de contextos colonizados - e que, pela configuração estrutural, têm ainda um certo impacto nas configurações recentes.

Ainda de referir que, em contextos de *Terceiro Mundo*, em que o Estado apresenta maiores limitações em assegurar as ditas redes de suporte - sendo estas parcialmente e sectorialmente disponibilizadas através de mecanismos de mercado - é agravada a discrepância entre as condições oferecidas a classes privilegiadas e aos grupos mais carenciados. Perante as referidas limitações na disponibilização de soluções transversais e democratizadoras, é recorrente o aparecimento de formas de colmatação dessas carências, que surgem como sintomas das limitações dos sistemas implementados, das prioridades e necessidades dos utilizadores que deles dependem.

No entanto, nestas situações de colmatação, é importante perceber até que ponto é possível articulá-las com outros sistemas de provisão de bens e serviços - formais ou informais -, no sentido de promover mecanismos de coesão social que permitam que essas formas de colmatação não se resumam a contributos soltos, mas integrados em estratégias transversais. Nesse sentido, esta questão das *infra-estruturas* remete, mais uma vez, para a discussão das políticas redistributivas e da democratização do acesso a recursos e bens.

Por fim, a *habitação*. Esta surge, assim, como o terceiro pilar no *triângulo das políticas sociais de intervenção no ambiente construído*¹⁵⁶; vejo-a como a *peça-chave* da urbanização, aquela que se repete para dar abrigo à população. É neste sentido que as *políticas habitacionais* têm surgido como incontornáveis no debate da espacialização da pobreza e dos mecanismos para a sua redução, aparecendo ora como foco ou como parte integrante de uma actuação mais ampla.

¹⁵⁵ “These are the very essence of modernity: people and institutions enroll enormously complex technological systems (of which they often know very little) to unevenly extend their actions in time and space (Giddens, 1990). Water and energy are drawn from distant sources over complex systems. Waste is processed and invisibly shifted elsewhere. Communications media are enrolled into the production of meaning and the flitting world of electronic signs. And people move their bodies through and between the physical and social worlds of cities and systems of cities, either voluntarily or for pleasure or, it must be remembered, through the trauma and displacements of war, famine, disaster or repression.” em GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon; *Splintering Urbanism*; Londres: Routledge; 2001; p. 16

¹⁵⁶ FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 149

A habitação é o lugar onde pessoas e ideias se reúnem e encontram abrigo; é, por isso, um recinto social - com as suas repressões e competições - onde a sociabilidade é ensaiada e produzida.¹⁵⁷ Uma casa é também um mecanismo de exibição e aculturação, um investimento, um desejo privado¹⁵⁸, que detem em si *um valor simbólico face ao contexto cultural e social em que se implanta*.¹⁵⁹

Assim, e dada a sua natureza, o modo como os habitantes vivenciam o espaço doméstico e a forma como este é percepcionado pela sociedade onde se insere, acabam por revelar a circunstância que lhe deu origem, as ambições da sua comunidade como também a incessante vontade de melhoria das condições de vida, sobretudo por via do exercício da *cidadania*.

No entanto, importa recordar que, à escala da *habitação*, regressam as questões do acesso à *propriedade* e às *infra-estruturas*; estas são inseparáveis. É aqui que se reflectem os sintomas das falhas e desigualdades produzidas no acesso à propriedade ou aos serviços básicos, introduzindo grandes implicações no quotidiano e nas expectativas dos habitantes em contexto de escassez.

Em suma, a forma como estes três pilares são abordados deve ter em conta a urgência de interromper ciclos de *eternização* - associados à ideia *fetichista* de *identidade*, seja ela qual for -, e de introduzir ou reforçar a ideia de *equidade*. Mas mais importante ainda, é preciso reforçar essa ideia aquando da concepção de políticas de intervenção, não permitindo que estas *identidades* constituam limitações, mas antes pontos de partida para acções conscientes.

¹⁵⁷ “A house is a place where people and ideas gather and find shelter. In this sense it is a social enclosure, not without its repressions, competitions, and erradications, but a place where sociability is rehearsed and produced.” em PHILLIPS, Andrea; ERDEMCI, Fulya; *Social housing - housing the social: art, property and spatial justice*; Berlin: Sternberg Press; Amsterdam: SKOR/Foundation for Art and Public Space; 2012; p. 17

¹⁵⁸ “A house is also an engine of display and acculturation, a capital commodity, a private desire.”; *ibidem*; p. 17-18

¹⁵⁹ FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 149

Se por um lado, uns acreditam que o ideal seria existir um sistema de permissão de entrada nos centros urbanos¹⁶⁰, o outro extremo seria a legalização total dos bairros de lata, ignorando completamente a escala do problema.¹⁶¹ No entanto, nenhuma destas políticas me parece correcta; daí, a vontade de reflectir sobre estratégias (já adoptadas ou a adoptar), que demonstrem uma maior consciência - dentro dos possíveis - face a esta realidade.

Embora tenha participado na construção de uma escola no Nepal, na verdade, a maior parte das políticas de combate à precariedade reside, obviamente, na provisão de *habitação* - enquanto *suporte da vida quotidiana* e, mais uma vez, *peça-chave* da *urbanização*. Deste modo, centrar-me-ei nas estratégias adoptadas ao nível habitacional, discutindo os diversos princípios a elas subjacentes, com a consciência de que todas apresentam tanto soluções como problemas; perante esta convicção, a procura permanente de abordagens mais adequadas é imperativa.

Será possível, assim, reflectir sobre a forma como os três pilares anteriormente referidos - *propriedade, infra-estrutura, habitação* - têm sido abordados nas distintas estratégias, revelando obviamente diferentes aproximações à intenção de redução da precariedade, a que corresponderão diferentes resultados.

Devido à extensa variedade de abordagens e, por uma leitura mais intuitiva, optou-se por distinguir as três grandes formas de actuação: *destruir, substituir* ou *melhorar*; a primeira está relacionada exclusivamente com a demolição dos assentamentos informais, a segunda com a procura de soluções alternativas à realidade existente e, por fim, a terceira trabalha *in situ*¹⁶² - cada uma delas será ilustrada com exemplos representativos, usando maioritariamente, como critério de selecção, a proximidade ao contexto nepalês.

Assim, importa reflectir, neste ponto, sobre as formas como as diferentes estratégias, por um lado, estabelecem, reforçam ou destroem, estruturas físicas de fixação humana e estruturas imateriais (como eventuais elos comunitários) e, por outro, sobre o grau de participação e responsabilidade dos vários intervenientes no processo.

¹⁶⁰ “Many believe that some kind of permit system to enter the city must be made mandatory, totally ignoring the fact that such measures, apart from trampling on fundamental human rights, are also of questionable morality. What we are saying to the poor is, in effect, “I got here first”. Furthermore, far from solving the problem, they only increase political favouritism and bureaucratic corruption.” em CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 22

¹⁶¹ “At the other extreme, there are those who would like to legalise all squatter settlements, exactly as is, where is. This approach has the advantage of having a humane and moral basis, but it ignores the *scale* of the phenomenon we are facing. For although it is a fact that a large number of people have managed to find unprotected land and pavements on which to live in various parts of the city, there simply aren’t enough such crevices left in most cities for this to be a general solution to the problem.”; *ibidem*; p. 23

¹⁶² *In situ* é uma expressão do latim que significa “no lugar” ou “no local”, na tradução literal para a língua portuguesa.

3. As possíveis políticas de actuação face à precariedade
- *destruir, substituir ou melhorar* -

Destruir. Embora desumana, a *destruição* dos bairros de lata pode, de facto, ser considerada uma política de actuação perante os mesmos. Trata-se, sobretudo, de uma política autoritarista que lê a informalidade como um mecanismo de subversão do sistema que deve ser suprimido, pensando que pela repressão ele se resolverá. Assim, o Estado¹⁶³ ordena o despejo dos habitantes e a remoção das estruturas edificadas - quase sempre recorrendo ao uso de violência como forma de demonstração de poder - sem qualquer tentativa de compreensão das raízes do fenómeno; é quase uma *catástrofe* - onde tudo se perde - e não uma forma de resposta a um contexto precário.

A demolição da Colónia *Kathputli* (Delhi, Índia, 2017) - acontecimento relativamente recente - é um bom exemplo deste tipo de abordagens: foi decretado que a famosa colónia de artistas de rua, na capital da Índia, daria lugar a apartamentos e lojas de luxo - 14 torres, de 14 pisos cada - no âmbito de uma política de *re-desenvolvimento in situ*, pela Autoridade de Desenvolvimento de Delhi (ADD), como parte do Plano Director de 2021. Assim, os moradores foram transferidos para um campo temporário - por dois anos - com vista a, posteriormente, ocuparem os edifícios a serem construídos no mesmo lugar; segundo o governo, estes serão a casa de uma comunidade artística moderna, com instalações para nutrir e exibir arte de rua.¹⁶⁴

Localizada na parte ocidental de Delhi, *Kathputli* começou como um acampamento de viajantes itinerantes, principalmente artistas do Rajastão. Esta comunidade de quase 40 anos compreende, hoje, cerca de 2800 famílias de mágicos, encantadores de serpentes, acrobatas, cantores, dançarinos, actores, marionetistas, entre outros. O cepticismo dos moradores seria, por isso, expectável; são artistas e, como tal, precisam de espaço para os seus instrumentos de trabalho - que não cabem num apartamento apertado - e, para além disso, as famílias são grandes. A vontade dos moradores era, efectivamente, que a comunidade fosse melhorada *in situ*, como uma atracção turística - queriam mostrar a sua arte, no local onde a produzem. No entanto, a ADD (Autoridade de Desenvolvimento de Delhi) tinha outros planos: na Índia, existe uma grande vontade de transformar as grandes metrópoles em *ciudades globais*¹⁶⁵; as grandes obras de infra-estrutura, os projectos de renovação urbana e as *operações de embelezamento* - que dessa vontade resultam - implicam, obviamente, a demolição de favelas e deslocamento populacional.¹⁶⁶

¹⁶³ “(...) demolition and eviction therefore remain part of state action, even as part of relatively progressive policies.” em VÉRONIQUE, Dupont; *The politics of slums in the global south: urban informality in Brazil, India, South Africa and Peru*; Nova Iorque: Routledge; 2015; p. 61

¹⁶⁴ [Fonte: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/after-9-years-kathputli-colony-project-takes-off/articleshow/63902389.cms>]

¹⁶⁵ “Thus, in India, the agenda of transforming large metropolises into “global cities”, has led to a major restructuring of urban space, including slum clearance.”; *op. cit*; *loc. cit*.

¹⁶⁶ “Major infrastructure works, urban renewal projects and “beautification” operations, all entailed slum demotions and population displacement.”; *ibidem*.



Figura 41. *Kathputli* antes da demolição



Figura 42. Kathputli depois da demolição, Outubro de 2017

Ignorando a oposição dos moradores - apoiados por alguns políticos e ONGs - procedeu-se, assim, à demolição da favela, recorrendo a actos de violência como instrumento de domínio eminente. Uns ficaram doentes depois de inalar o gás lacrimogénico disparado pela polícia; outros, gravemente feridos, depois de terem sido arrastados pelas autoridades e pela equipa da ADD; algumas crianças desapareceram e outras, morreram; tudo isto após de ter sido assegurado que nenhuma demolição forçada aconteceria. Prevê-se, assim, que os novos edifícios estejam concluídos até Fevereiro de 2019.

Embora a contestação social seja visível na maior parte deste tipo de situações, reivindicando o direito de uso da terra dado o longo período de ocupação - neste caso, quase 40 anos - é, ainda assim, recorrente, a prioridade dada aos interesses imobiliários.¹⁶⁷ Geralmente, depois da remoção total das estruturas físicas, os terrenos são devolvidos aos seus proprietários legais - para que os possam usar da forma mais lucrativa possível - o que torna implícito o impedimento de uma nova implantação por parte dos antigos ocupantes.

No entanto, a grande questão que gira em torno da *destruição* é perceber quais são, de facto, as alternativas apresentadas às populações afectadas - se é que elas existem. Esta política é, geralmente, adoptada em conjugação com outras acções, nomeadamente no decurso da implementação de políticas de realojamento: se, por um lado, existem estratégias cujo objectivo é remover as estruturas físicas e realojar os habitantes em áreas periféricas; por outro, a intenção poderá passar também por alojar os habitantes em áreas provisórias, enquanto no local então liberto, constroem novos alojamentos - particularmente densos - de modo a alojar o maior número de pessoas pelo menor custo possível, como no caso da demolição da *Colónia Kathputli*.

Contudo, importa reter que, qualquer que seja a acção que complementa esta política, os habitantes são sempre tidos como elementos alheios ao processo, o que faz com que esta se torne numa abordagem socialmente contestada.

Substituir. Entenda-se por *substituir* o conjunto de estratégias que propõem esquemas alternativos às realidades existentes: desde a provisão de novas unidades habitacionais “completas” - *produtos acabados* - ou evolutivas - *produtos em processo progressivo* - a estratégias que têm como base a legitimação do acesso à terra, *com* ou *sem* acesso a infra-estruturas básicas e serviços.

¹⁶⁷ “The use of mega-projects as an urban growth strategy (...) has been instrumental in driving demolitions and evictions. While not contained in a specific policy, demolition and evictions take place under the “exceptionalism” of these projects, which opens up non-ordinary procedures. Demolitions occur where space is required to build mega-projects, but they also take place more indirectly as a result of mega-projects.” em VÉRONIQUE, Dupont; *The politics of slums in the global south: urban informality in Brazil, India, South Africa and Peru*; Nova Iorque: Routledge; 2015; p. 62

Assim, num primeiro momento e, do ponto de vista da *substituição*, interessar-me-ia analisar a resposta mais automática e recorrente face a estas situações de precariedade - a habitação padronizada. Esta estratégia consiste, portanto, na provisão unidades habitacionais “completas”, enquanto *produtos acabados* e, regra geral, é também promovida pelo Estado ou por entidades financiadoras privadas, sem qualquer tipo de participação dos moradores no seu processo de concepção.

O programa *Minha Casa, Minha Vida* (Brasil, 2009-presente)¹⁶⁸ surge, assim, - ainda que geograficamente distante do contexto nepalês - como um exemplo paradigmático desta estratégia. Depois da crise financeira global, e fortemente inspirado em algumas experiências no México e no Chile, o governo federal Brasileiro lançou este programa de habitação em massa com o objectivo de resolver o enorme défice habitacional do país e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento económico.¹⁶⁹

Em cooperação com a *Caixa Econômica Federal do Brasil*, facilitava o acesso a créditos, reduzindo as taxas de juros e criando um fundo que oferecia seguro em caso de incumprimento de pagamentos.¹⁷⁰ No entanto, o facto de os habitantes terem de pagar uma renda ou um determinado valor simbólico pelo imóvel¹⁷¹ faz-me acreditar que esta estratégia não seja, de todo, direccionada às situações mais críticas.

Assim, conclui-se que a habitação foi deixada à responsabilidade do sector privado: as construtoras são quem dita o programa e as suas contribuições são combinadas com os incentivos e garantias fornecidas pelo sector público. Observando as imagens ao lado percebe-se, literalmente, a escala do problema que daqui resulta - isto é, da parceria entre o Estado e o sector privado; as soluções adoptadas são, claramente, influenciadas pelos interesses de ambos.

¹⁶⁸ Inserido no *Programa de Aceleração do Crescimento*, tinha como objectivo inicial a construção de um milhão de habitações distribuídas pelo território brasileiro. Em Setembro de 2011, foi lançada a segunda fase do programa com a meta de construir mais 2 milhões de unidades habitacionais; já a fase 3 do *MCMV* teve início em 2016 e deve terminar no presente ano: esperam-se mais 4,6 milhões de novas unidades até ao fim desta etapa. [Fonte: www.sienge.com.br/minha-casa-minha-vida/].

¹⁶⁹ “In 2009, just after the global financial crisis, the Brazilian federal government launched a program for mass housing that would be able to resolve the country’s huge housing deficit and at the same time stimulate economic growth.” em HEHL, Rainer; ANGÉLIL, Marc; *Minha casa - nossa cidade! Innovating mass housing for social change in Brazil*; Berlim: Ruby Press; 2014; p. 31

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 34

¹⁷¹ “The program is aimed at, mainly, the population with an income range of up to three minimum salaries, offering a unit of housing with no demands in return. However, the beneficiary must make a symbolic monthly payment of R\$50 or 10 percent of the family income for ten years. For the income bracket of up to ten minimum salaries, which is called the economic bracket, the program has available non-costly subsidies (in the form of discounts) and costly subsidies (in the form of parcels).”; *ibidem*.



Figura 43. Programa *Minha Casa, Minha Vida*, localizado numa área periférica



Figura 44. Construção padronizada

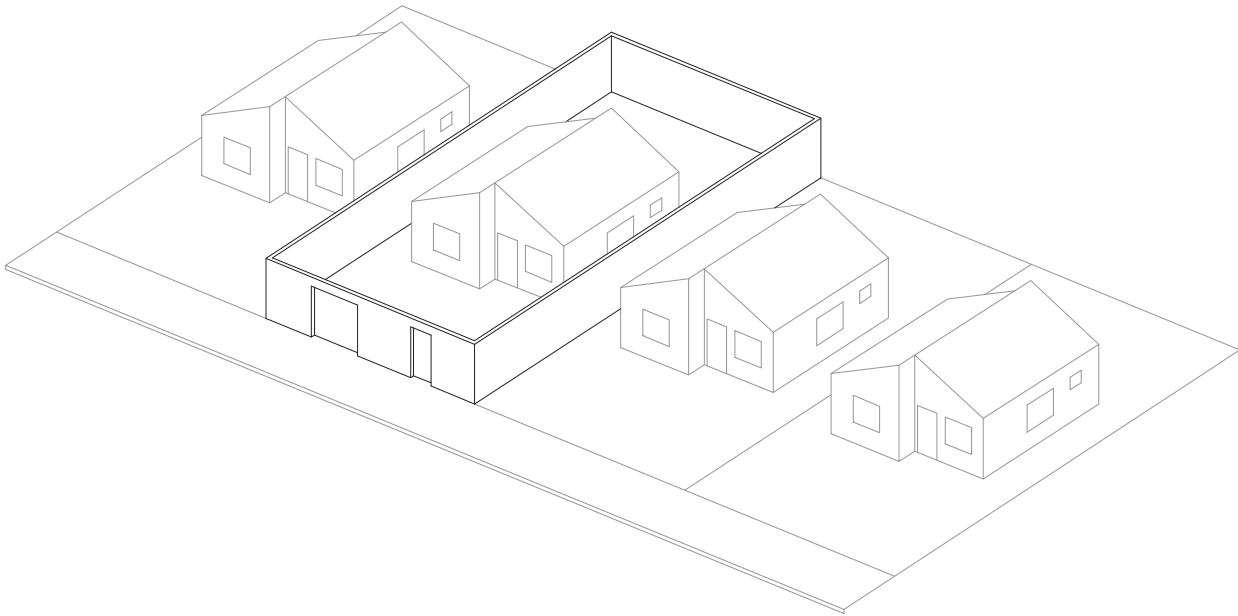


Figura 45.1. Definindo os limites da propriedade

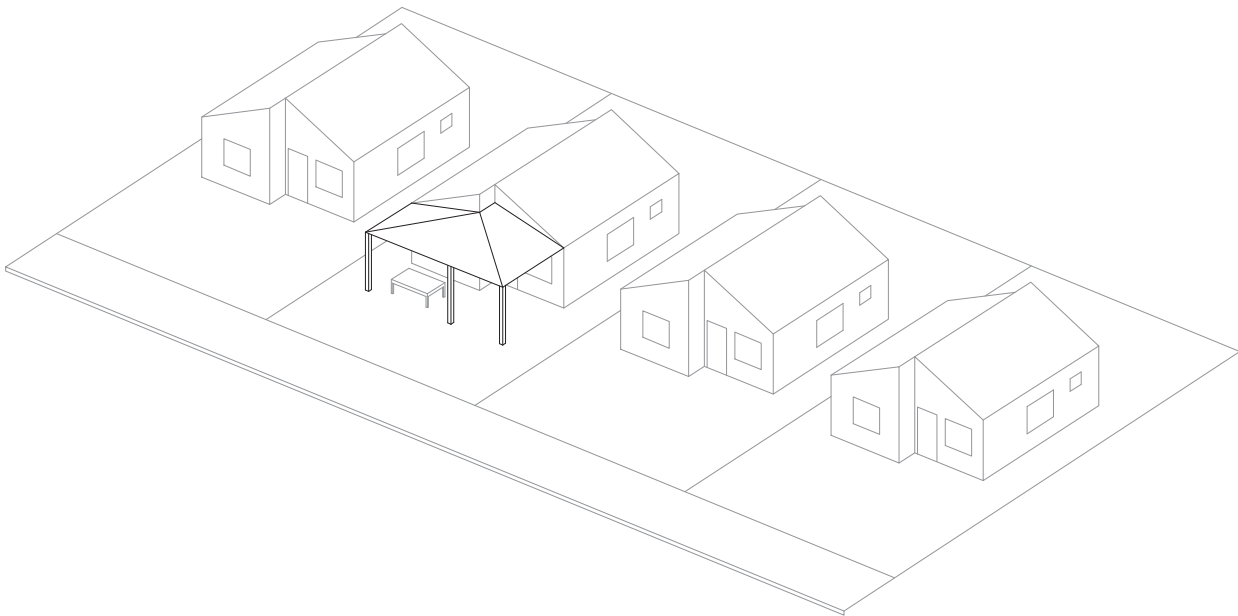


Figura 45.2. Acrescentando espaço exterior coberto



Figura 45.3. Acrescentando programa habitacional

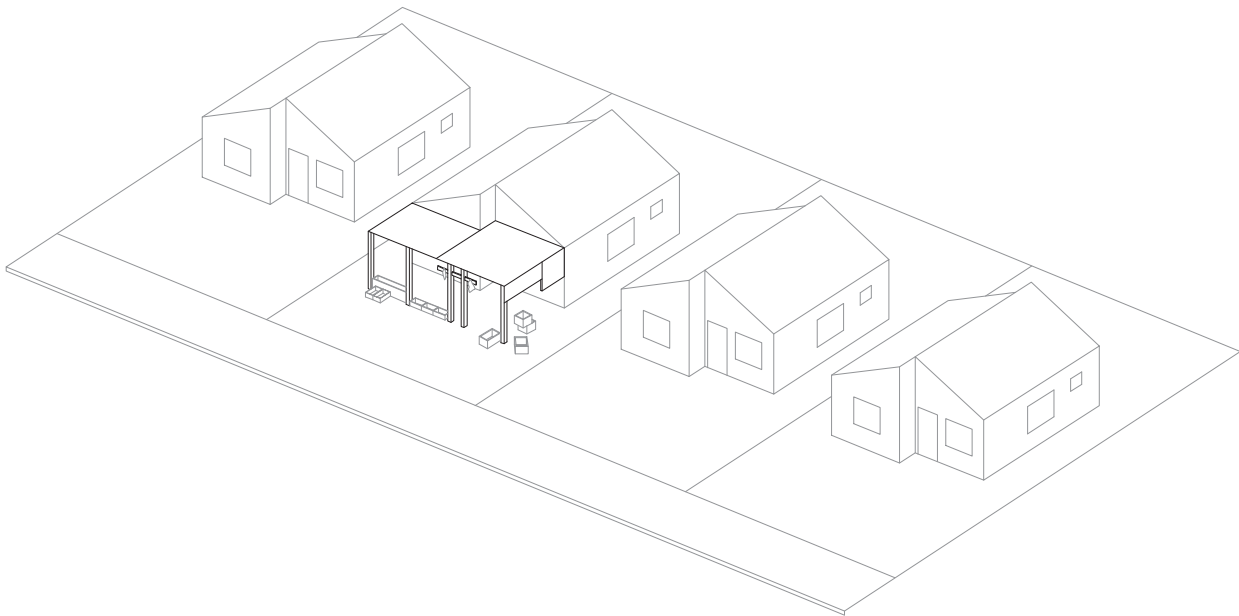


Figura 45.4. Acrescentando uso comercial

Figura 45. Síntese gráfica das (re)apropriações dos moradores inseridos no programa *Minha Casa, Minha Vida*



Figura 46. Perspectiva de um dos núcleos do bairro, Belapur



Figura 47. Vista para um pátio partilhado, Belapur

Geralmente, estes bairros localizam-se em zonas periféricas, onde os terrenos são mais baratos, o que leva recorrentemente ao seu isolamento e à falta de integração no tecido urbano existente - tornando-os propensos a adquirir o estatuto de *ghetto*.¹⁷² Perante este cenário, facilmente se adivinham dificuldades no acesso a transportes, serviços ou oportunidades laborais. Já para não referir a arquitectura de baixa qualidade e a padronização de tipos de construção - inadequados ao contingente familiar -, conduzindo a diversos tipos de (re)apropriação por parte dos habitantes, como se pode ver na síntese gráfica das páginas anteriores.

Embora não duvide que o programa seja capaz de melhorar os resultados estatísticos do déficit habitacional do Brasil, creio que esteja longe de satisfazer as necessidades das famílias mais pobres e, ainda mais, de produzir a qualidade de vida expectável pelos moradores. Informalização e degradação são as consequências da falta de sentimento de *pertença a uma comunidade*, fruto de um programa que promove, sobretudo, a privatização e o individualismo, ao invés da responsabilidade colectiva.

Perante soluções de *substituição* como esta, que uniformizam e contrariam a expansão informal pré-existente - negando portanto a identidade dos moradores - surge o conceito de *habitação incremental*, que considera a casa uma *estrutura viva*: esta deve adaptar-se às necessidades e desejos dos moradores e evoluir com eles. O desafio encontra-se, assim, no desenvolvimento de estratégias de desenho urbano e arquitectónico que, estabelecendo uma lógica de conjunto, proporcionem também uma evolução posterior segundo os desejos e possibilidades dos habitantes - sem que tal acto seja considerado informal.

O faseamento e a separação da responsabilidade construtiva da casa, acabam por permitir um esforço económico partilhado e uma maior gestão de recursos: numa primeira fase a entidade pública garante a unidade base de habitação infra-estruturada e, posteriormente, o morador pode fazer melhoramentos e expandir a habitação a seu tempo, aumentando efectivamente o valor da casa e criando, assim, a ideia de *suporte aberto a contributos posteriores*.¹⁷³

Destacam-se, aqui, exemplos do arquitecto Charles Correa no Peru (integrado no programa PREVI) e, mais tarde, na Índia, nomeadamente em Belapur, seguindo os 8 princípios cardinais que o autor estabeleceu para a habitação no *Terceiro Mundo*: incrementalidade, pluralismo, maleabilidade, participação, geração de rendimentos, equidade, espaço aberto e desagregação.¹⁷⁴

¹⁷² “MCMV settlements are established where land is cheap; the repetitive patterns just follow the rules of the current building economy. The lack of integration with existing urban settings makes them prone to becoming ghettos.” em HEHL, Rainer; ANGÉLIL, Marc; *Minha casa - nossa cidade! Innovating mass housing for social change in Brazil*; Berlim: Ruby Press; 2014; p. 18

¹⁷³ FERNANDES, Ana; Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 201

¹⁷⁴ CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 53

O projecto de habitação para Belapur (Nova Bombaim , Índia, 1983-86), de Charles Correa, devido à proximidade de contextos, surge assim como exemplo ilustrativo desta estratégia e dos princípios atrás referidos; a proposta tenta demonstrar como altas densidades¹⁷⁵ populacionais podem ser facilmente alcançadas sem a construção padronizada de edifícios.

Procurando um esquema que se adaptasse às reais necessidades dos seus moradores, propõem-se formas arquitectónicas capazes de evoluir e de se moldarem a diferentes estilos de vida e a grupos socioeconómicos variados, sem que se perdesse a identidade local e as fortes relações quase familiares que pequenos grupos comunitários estabelecem entre si.

Assim, recriando o padrão da casa-pátio¹⁷⁶ - *mas à escala da comunidade* - parte-se de uma hierarquia espacial, com uma transição progressiva entre pátios de diversos tamanhos e graus de privacidade - do maior e público para o cada vez mais pequeno e privado, adstrito a cada família; desta forma, é salvaguardada a existência de espaço ao ar livre quer privado quer comunitário, facto que se deve considerar relevante, particularmente quando se produz habitação para as camadas sociais mais pobres.¹⁷⁷

Baseado num esquema de *auto-construção*, as tipologias não excedem os dois pisos e são edificadas em lotes de terreno de tamanhos distintos¹⁷⁸, possuindo áreas de construção também diferenciadas. Deste modo, garante-se que, dentro de cada núcleo de habitações, seja possível alojar qualquer família, de qualquer classe socioeconómica.

Ainda de referir que as unidades sanitárias e as cozinhas são encostadas duas a duas, como demonstra a imagem ao lado (ao fundo, na fig. 35), de modo a que sejam partilhadas as infra-estruturas de abastecimento e drenagem, reduzindo assim os custos de instalação; no entanto, nenhuma outra parede é partilhada entre duas habitações, de forma a que o crescimento individual e absolutamente autónomo das unidades construídas seja possível.

¹⁷⁵ “500 persons per hectare, including open spaces, schools. etc” em CORREA, Charles; FRAMPTON, Kenneth; *Charles Correa*; Londres: AA Publications; 1996; p. 152

¹⁷⁶ Tipologia frequentemente utilizada no clima indiano e reproduzida no seio da arquitectura vernacular de inspiração indígena.

¹⁷⁷ Segundo Charles Correa, o espaço ao ar livre é um *recurso*. “(...) most developing countries are in tropical climates where essential activities can and do take place outdoors. Provided of course, that privacy is reasonably assured, cooking, sleeping, entertaining friends, children’s play, etc. need not to be exclusively indoor activities, but can function effectively in an open courtyard.” em CORREA, Charles; *op. cit.*; p. 33

¹⁷⁸ “These houses cover almost the entire social spectrum from squatter families to the upper income brackets - yet, in order to maintain the fundamental principle of Equity, the sites themselves vary in size only marginally (from 45 sqm to 70 sqm).” em CORREA, Charles; FRAMPTON, Kenneth; *op. cit.*; *loc. cit*



Figura 48. Chegada a um pátio comunitário, *Belapur*



Figura 49. Vivência em *Belapur*

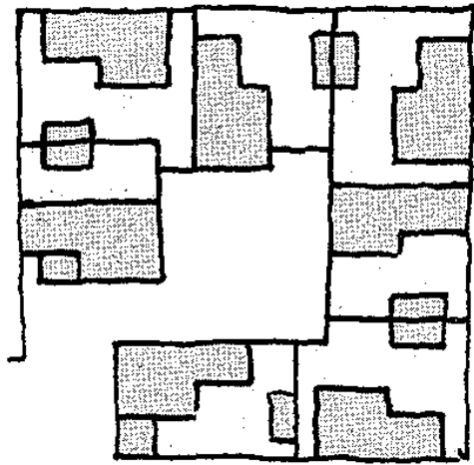


Figura 50.1. Planta esquemática do módulo-base, constituído por 7 habitações que conformam um pátio comunitário de 8 metros x 8 metros

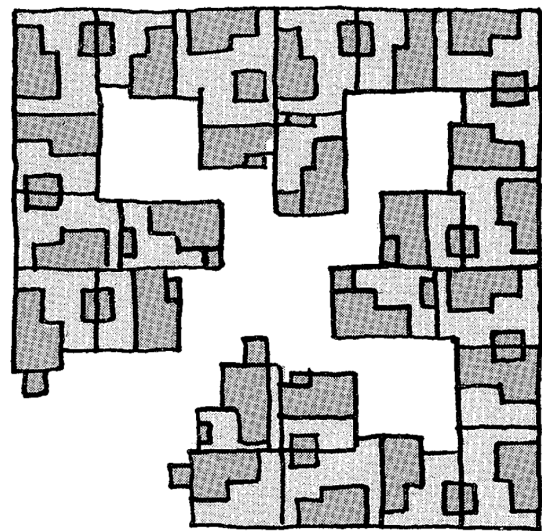


Figura 50.2. Por sua vez, três desses módulos agrupam-se para formar um módulo maior de 21 casas, circundando um espaço aberto de 12 metros x 12 metros

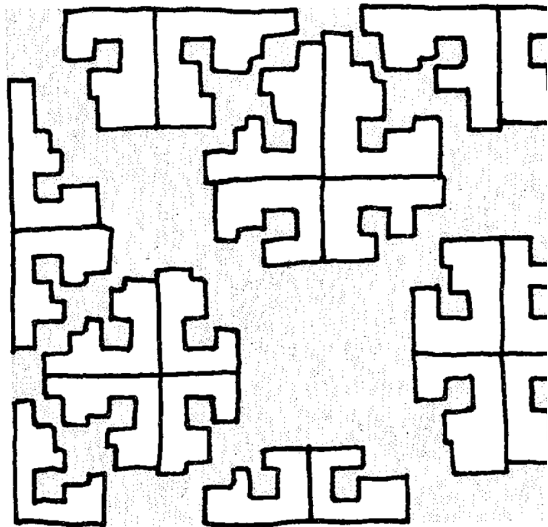


Figura 50.3. Lê-se o espaço comunitário de maior escala, cuja forma se aproxima de um quadrado com cerca de 20 metros de lado. Aqui situam-se as infra-estruturas de apoio à comunidade, como escola e centro de saúde e vive-se a azáfama das trocas comerciais

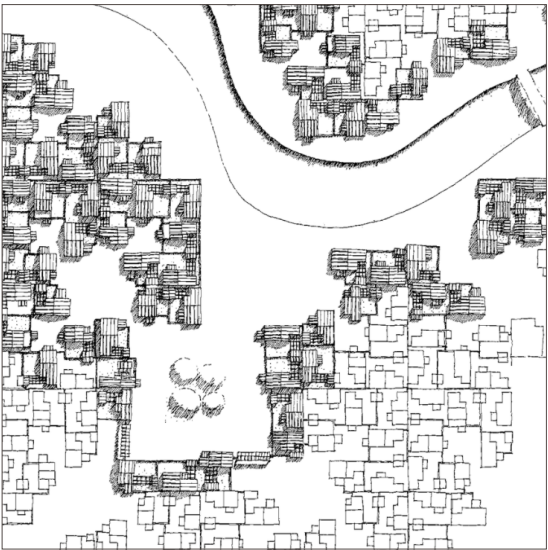


Figura 50.4. Planta do assentamento e respectiva associação de módulos segundo uma hierarquia de espaços públicos comunitários cada vez menores e mais privados

Figura 50. Síntese gráfica da progressiva associação de módulos, da unidade-base à planta geral do assentamento em Belapur



Figura 51. A partir de um tamanho ideal de 80m², e dada a falta de financiamento, para não construir uma casa pequena, constrói-se metade de uma casa ideal - com o tempo os moradores apropriam-se do espaço vazio, *Quinta Monroy*



Figura 52. Espaço comunitário, *Quinta Monroy*

Para além disso, as construções devem manter um afastamento em relação aos limites do lote em dois lados adjacentes - a mancha da habitação (fig. 37a) não determina a área a construir obrigatoriamente, mas, sim, a área em que é permitido construir.

No entanto, estes desenhos não devem ser vistos como impositivos; a construção das unidades deverá ser simples o suficiente para que estas possam ser construídas e ampliadas por pedreiros e artesãos tradicionais, juntamente com a participação activa dos moradores - fomentando, assim, a economia urbana informal. Com o decorrer do tempo, cada morador dará à sua casa uma identidade própria, sobrepondo-lhe cores e símbolos e convertendo as formas em reproduções da sua cultura e da vida da comunidade.¹⁷⁹

Mais recentemente - e por ter sido vencedor do prémio Pritzker, em 2016 - não posso deixar de referir o curioso projecto da Quinta Monroy (Iquique, Chile, 2003), do grupo Elemental. Esta proposta, tal como no caso de Belapur, trata-se de uma *substituição in situ* - numa área central e consolidada - e estabelece, sem dúvida, uma linha de continuidade e coerência no conjunto, tentando, simultaneamente, integrá-lo no tecido urbano existente. Tal como se percebe na figura 39, foi proposta a ideia de “meia casa” com o objectivo de que esta pudesse ser, futuramente, *auto-ampliada*, de acordo com as necessidades do respectivo agregado familiar. Assim, pensou-se num espaço vazio que determina, *a priori*, os limites da apropriação, ao mesmo tempo que a coesão do conjunto é possibilitada através de um elemento constante.

Portanto, ao contrário da habitação padronizada - enquanto *produto acabado* - estas estratégias criam à partida uma ideia de *processo progressivo*. No entanto, embora se reconheça uma maior flexibilidade desta estratégia em relação à primeira, os custos apresentam-se, ainda assim, demasiado elevados para escalões populacionais com rendimentos muito baixos.

Nesse sentido, e ainda dentro dos esquemas de *substituição*, considero bastante pertinente referir o projecto (não construído) de Steven Holl com James Tanner e John Cropper - *Habitação em Daga Dagatan* (Manila, Filipinas, 1974 - 75) - que consiste, claramente, numa ideia de *sites-and-services* ou, por outras palavras, numa lógica de *lotes infra-estruturados*.¹⁸⁰

¹⁷⁹ “These house plans and drawings are merely indicative. Construction of the units is simple enough to be undertaken by local masons and mistris, with the active participation of the people themselves. In time, the occupants will add their own overlays of colour and symbols, colonising it with their lifestyles.” em CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 62

¹⁸⁰ FERNANDES, Ana; Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 201

Este projecto foi uma resposta ao concurso internacional de habitação - *Humanity International Housing Competition* - para o assentamento de Daga Dagatan¹⁸¹ e procura dar especial importância à legitimação da ocupação da terra¹⁸² (proporcionando uma maior estabilidade e segurança no processo de conformação da habitação), associando ainda a provisão de acesso às redes de infra-estruturas básicas.

No entanto, o que distingue esta proposta da maioria das estratégias de *sites-and-services*, é o novo elemento de urbanidade que aqui surge: uma estrutura porticada de betão.¹⁸³ Tal como é possível observar na imagem ao lado, existe uma métrica que define o espaço de cada lote, a ser posteriormente ocupado pelo seu proprietário de acordo com as suas necessidades e preferências.

Esta estrutura traz-nos claramente uma ideia de conjunto muito forte, funcionando portanto como um elemento de continuidade e coesão urbana, na medida em que vai articulando os sucessivos espaços privados com o espaço público.

Ao mesmo tempo, funcionaria como suporte ao exercício da identidade individual - por marcar a entrada de cada casa -, focando a *dimensão psicológica da propriedade*¹⁸⁴, num manifesto contra a habitação social repetitiva.¹⁸⁵ Assim, era sugerido o envolvimento dos moradores no processo de construção e apropriação dos espaços, reconhecendo a importância da diversidade inerente a esses contributos. Das 450 propostas de todo o mundo, a solução de Steven Holl ficou em quarto lugar.

Esta estratégia de lote infra-estruturado, bem como tantas outras, embora bastante interessante do ponto de vista conceptual, decorre como já anteriormente referido, de uma possível intenção de redução do investimento das entidades financiadoras, bem como da desresponsabilização quer do Estado quer das agências internacionais na resolução do problema da precariedade.

¹⁸¹ “This project was an entry to the Habitat for Humanity International Housing Competition for the settlement of Daga Dagatan in Manila.” em STEELE, Brett; CANALES, González de; *First works: emerging architectural experimentation of the 1960s & 1970s*; Londres: AA Publications; 2009; p. 222

¹⁸² Tal como defende Charles Abrams

¹⁸³ “Our scheme proposed “permanent tenure” on the land for each family. We proposed a clear definition of street and public space geometry in a utility infrastructure formed as a tilt-up concrete arcade.” em STEELE, Brett; CANALES, González de; *op. cit.*; *loc. cit.*

¹⁸⁴ “Instead of providing an institutional solution to the squatter housing problem, we focused on the psychological dimension of ownership.”; *ibidem*.

¹⁸⁵ “Floor plans and elevations were required. We broke the rules with “spontaneous floor plans”. Our entry was a manifesto against repetitive social housing.”; *ibidem*.

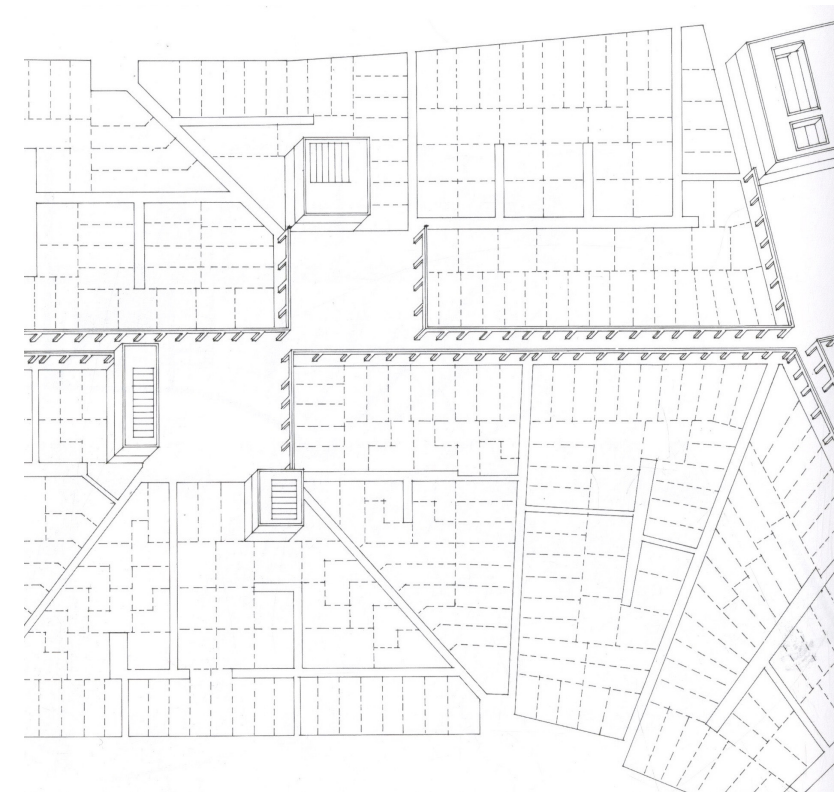


Figura 53. Estrutura pensada para o assentamento de *Daga Dagatan*

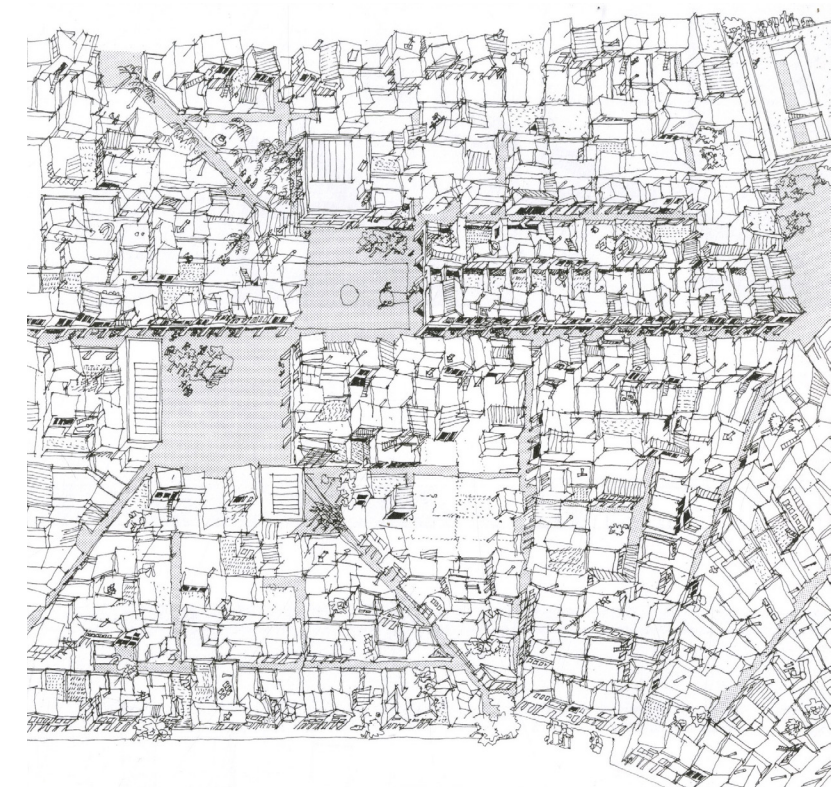


Figura 54. Hipotético desenvolvimento de *Daga Dagatan*

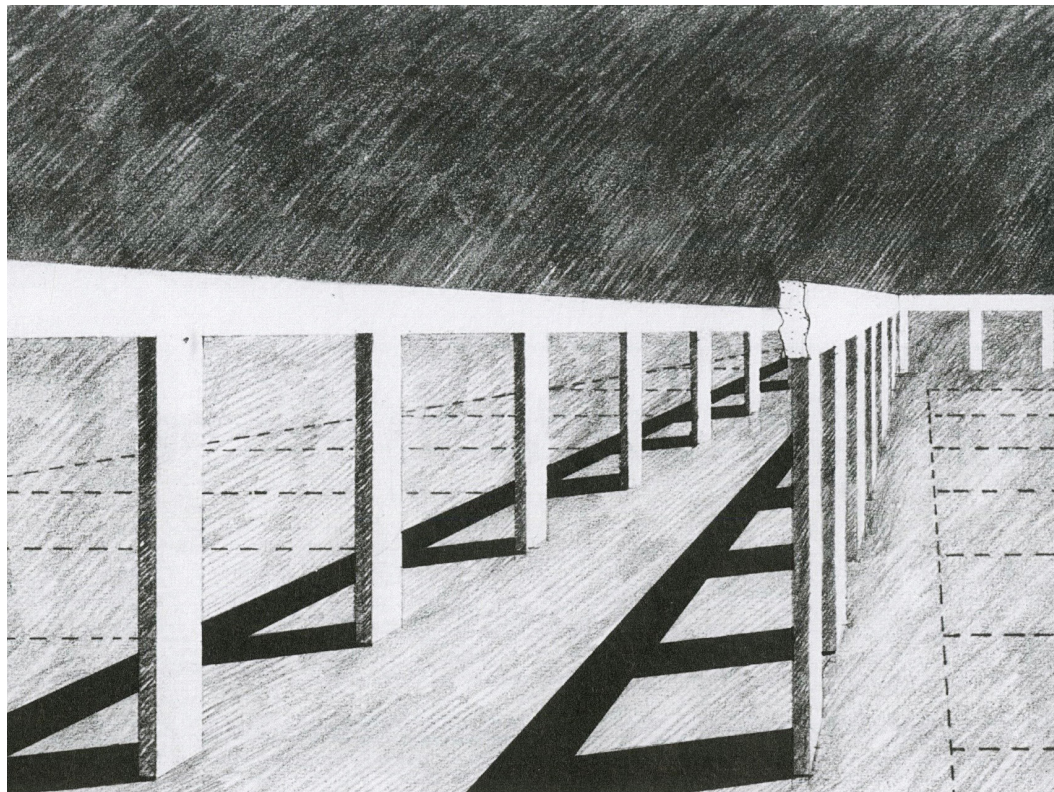


Figura 55. Perspectiva da estrutura porticada

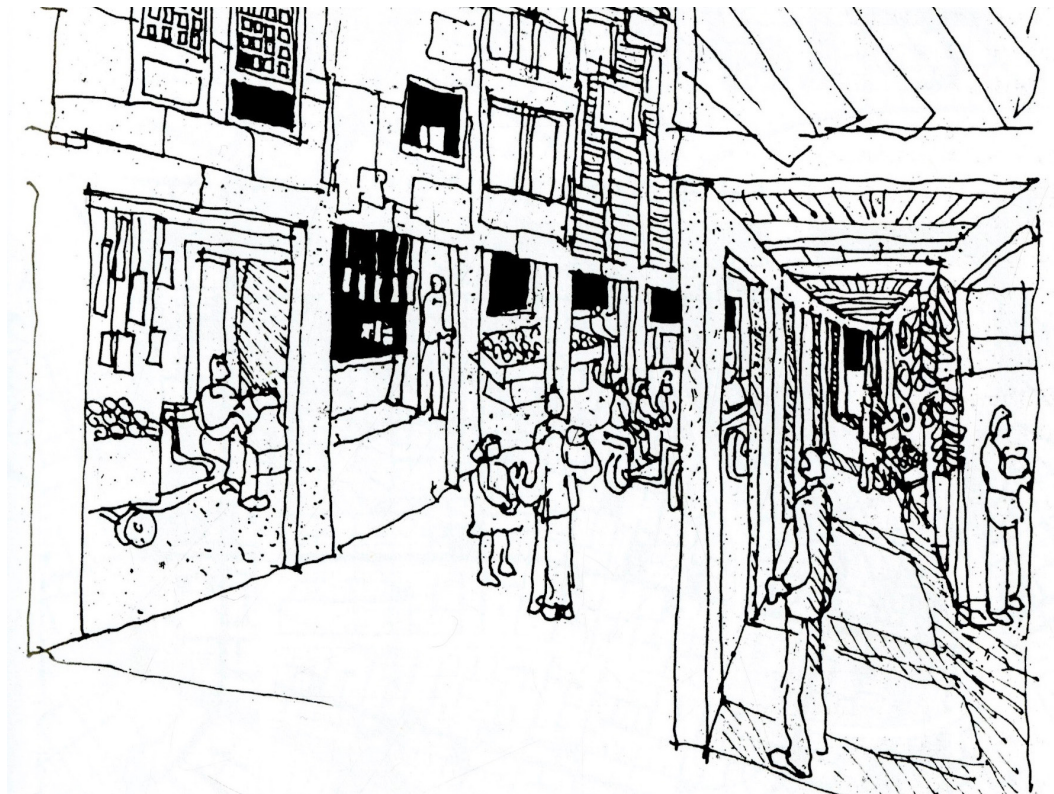


Figura 56. A nova vivência do espaço, segundo Holl

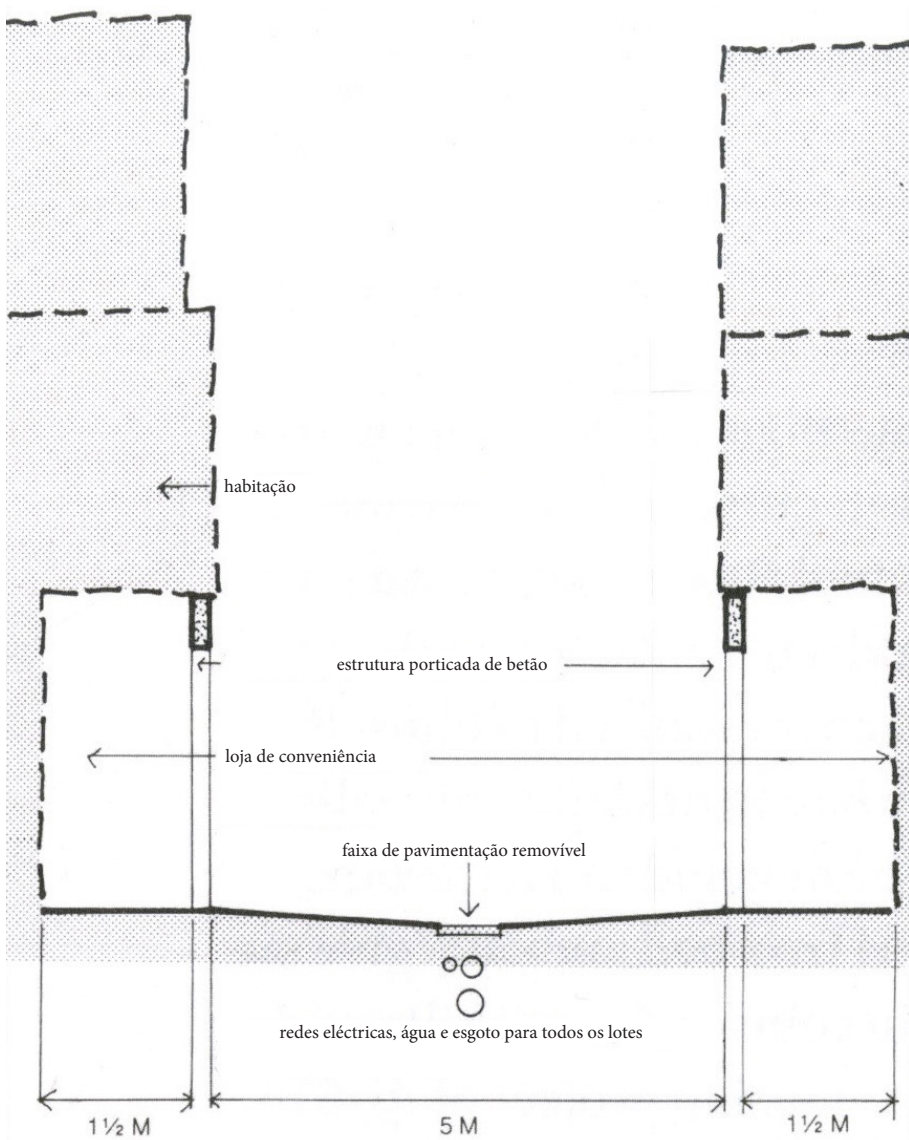


Figura 57. Secção transversal pela estrutura porticada

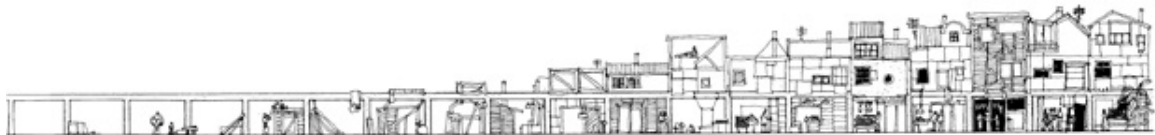


Figura 58. Perfil da arcada a estruturar o espaço público

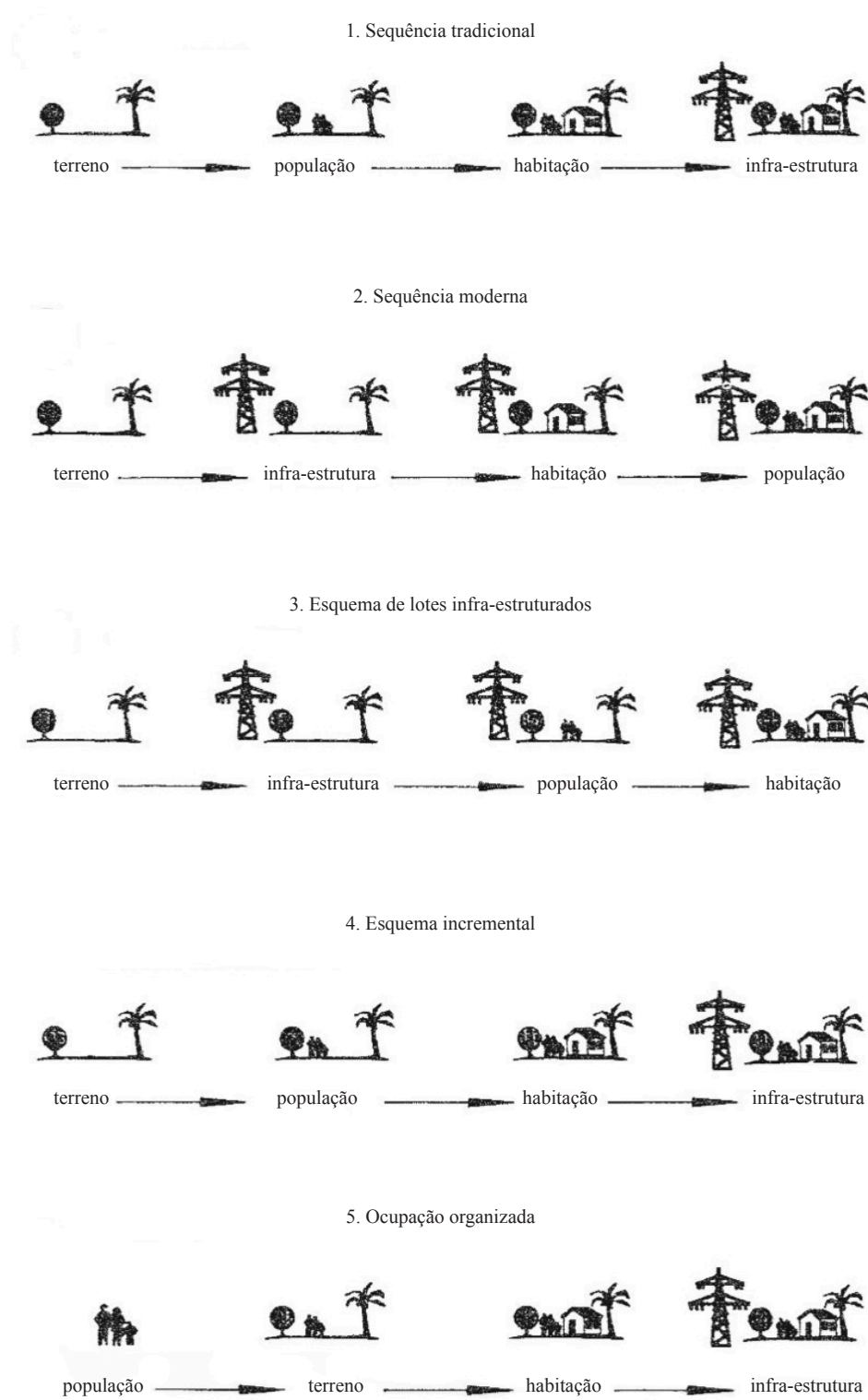


Figura 59. Diferentes abordagens ao processo de provisão habitacional

Inspirada nesta estratégia, surge outra ainda mais minimalista e económica, isto é, uma abordagem em que apenas a ocupação da terra é legitimada, sem qualquer tipo de infra-estruturação - ou seja, *sites-without-services*. Este tipo de programa privilegia e estabelece como prioridade o título de propriedade fundiária, assumindo-se que o carácter de auto-ajuda se estende também à infra-estruturação, sendo esta da responsabilidade dos próprios beneficiários ou de fases subsequentes de actuação.

O programa *Khuda-ki-Basti* (Hyderabad, Paquistão, 1989), um dos vencedores do *Aga Khan Award for Architecture*¹⁸⁶, em 1995, é um bom exemplo desta estratégia, no sentido em que, à luz de um projecto experimental, procedeu à criação de um plano loteado com infra-estruturas apenas em alguns pontos do espaço público, desenhado de forma a criar unidades de vizinhança¹⁸⁷ - compostas por diversos grupos linguísticos¹⁸⁸ - a que se faziam corresponder contas conjuntas para o investimento na melhoria dos espaços privados e partilhados.¹⁸⁹

No Paquistão, os terrenos de *sites-and-services* são geralmente adquiridos por famílias pertencentes à classe média. Porém, na tentativa de alcançar os grupos de rendimentos mais baixos, a entidade promotora do projecto - *Autoridade de Desenvolvimento de Hyderabad* - lançou um esquema de desenvolvimento incremental baseado na ideia de que os *mohajirs* (imigrantes) teriam a oportunidade de se estabelecer nos terrenos antes de construir uma casa ou adquirir infra-estrutura. A ideia surgiu depois de estudar o crescimento e a dinâmica dos assentamentos informais onde, regra geral, os ocupantes instalam-se em terrenos baldios, constroem um abrigo e depois incorporam a infraestrutura, como se pode ver na figura 59.

O que distingue esta proposta das outras é que, de facto, os terrenos não podem ser apropriados pela classe média, visando identificar os verdadeiramente pobres através de um processo de rastreio que envolve um período de espera de duas semanas num local de acolhimento.¹⁹⁰

¹⁸⁶ O Prémio Aga Khan de Arquitectura (AKAA) é um prémio arquitectónico estabelecido por Aga Khan IV em 1977. O seu objectivo é identificar e recompensar conceitos arquitectónicos que atendam com sucesso às necessidades e aspirações das sociedades islâmicas nos campos do design contemporâneo, habitação social, comunidade, desenvolvimento e melhoria, restauro, reutilização e conservação de áreas, bem como projecto de paisagem e melhoria do meio ambiente.

¹⁸⁷ Em cada sector, os moradores escolhem os líderes comunitários, que fazem a ligação entre a comunidade e as autoridades - sistema semelhante aos antigos *guthi* nepaleses.

¹⁸⁸ "Linguistic groups are presently 70 per cent Sindhi and 30 per cent Urdu speakers, 85 per cent are Sunni Muslims, and the rest Shi'a." em DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismail; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 63

¹⁸⁹ "It gives the participants a sense of dignity by providing access to ownership and involves them, through payments, in the selection of the improvements to be provided."; *ibidem*; p. 57

¹⁹⁰ "The key is access to land that cannot be appropriated by the middle classes. The project is based on a sensitive participatory process that identifies the truly poor and homeless through a screening process that involves a two-week waiting period at a reception site."; *ibidem*.

Após a aprovação por parte da entidade promotora e depois do pagamento inicial de 1000 rúpias - cerca de 12 euros -, a família recebe um terreno sem serviços. O custo total de uma parcela desenvolvida - 9600 rúpias, ou 120 euros - é suportado pelo proprietário em parcelas mensais distribuídas ao longo de oito anos. À medida que os reembolsos prosseguem, os empreendimentos de infra-estrutura são implementados e os moradores seleccionam a prioridade dos serviços públicos para as suas habitações.

Cada família deveria começar a construir a sua casa até duas semanas depois de receber o lote, correndo o risco de este ser cancelado se não o fizessem dentro do prazo estabelecido. A primeira estrutura era geralmente um abrigo improvisado, em qualquer material, desde que oferecesse o mínimo de privacidade e protecção; aos poucos, uma casa mais permanente de tijolos ou blocos de cimento era erguida, geralmente com a altura de um piso apenas e com pátios traseiros que funcionavam como lojas ou centros de artesanato, trazendo desta forma uma fonte de rendimento secundária - ou principal - para a família.

Assim, neste tipo de esquema, a habitação é também construída de forma incremental, conforme as rendas individuais permitem, em constante progresso.¹⁹¹ A maior parte das famílias tem ligações de água individuais nas suas casas, as outras usam tubulações convenientemente localizadas; toda a área tem acesso a electricidade. Os residentes vão solicitando conexões individuais, ao seu ritmo, após terem feito o pagamento das respectivas taxas, em prestações mensais.¹⁹² Para além das habitações, também os edifícios públicos são construídos pelos moradores. Por fim, e embora seja visível uma grande variedade de tratamentos de fachada e elementos decorativos, uma uniformidade de escala e proporção é evidente em todo o assentamento.

No entanto, e embora aqui possa ser ainda mais criticada uma possível desresponsabilização do Estado no que respeita à provisão de apoio no sector habitacional para as populações mais pobres, esse factor varia bastante em função da abordagem adoptada no processo de actuação, ou seja, se o *lote não-infra-estruturado* é encarado como uma solução *per se*, ou se se insere numa estratégia mais ampla de actuação, apoiada a vários níveis, como é o caso de *Khuda-Ki-Basti*. Assistiu-se, aqui, a um *processo de urbanização (enquanto consolidação das estruturas físicas) e de urbanidade (enquanto criação de dinâmicas urbanas e de fortalecimento da ideia de comunidade)*.¹⁹³

¹⁹¹ “The scene is one of constant development - a basic principle of incremental development. Houses are always being built, enlarged or repaired.” em DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismail; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 62

¹⁹² “More than 70 per cent of the houses have individual water connections, and the others collect water from conveniently located pipes; electricity is also supplied to the area. Residents apply for individual connections to all utilities after they have paid the charges; monthly instalments eventually repay the actual cost.”; *ibidem*; p.61

¹⁹³ FERNANDES, Ana; Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 205



Figura 60. Vista geral do assentamento, *Hyderabad*

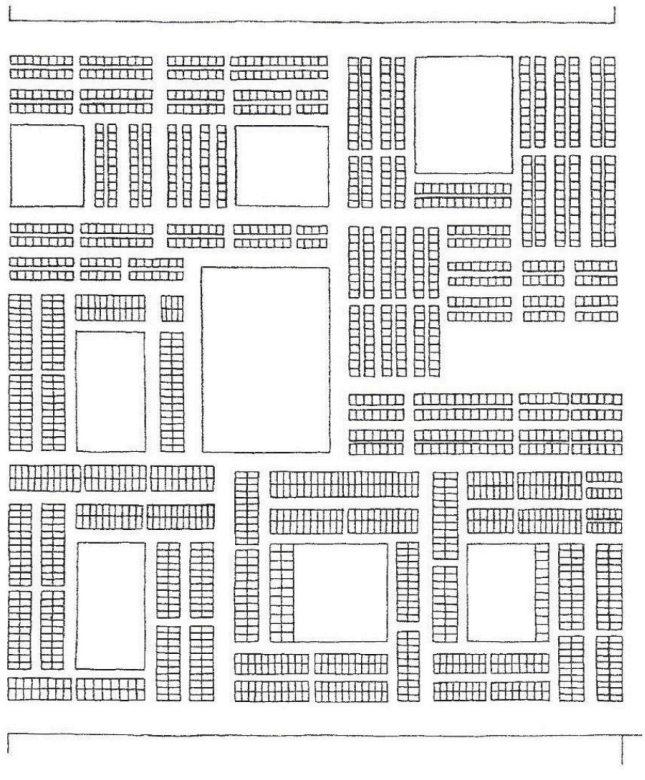


Figura 61. Planta tipo do sector, *Hyderabad*



Figura 62. Primeiro dia depois de receber o lote - abrigo improvisado

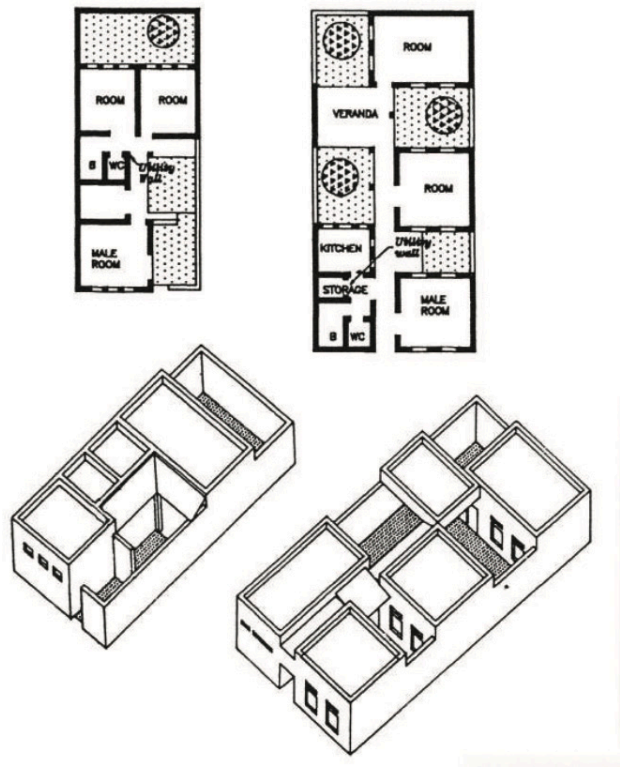


Figura 63. Plantas e axonometrias das casas-tipo



Figura 64. Oficina de um tecelão



Figura 65. Vegetação dá vida às casas, consolidando-as



Figura 66. Cine-teatro construído pelos moradores



Figura 67. Loja de um sapateiro



Figura 68. Ruas largas para posterior intervenção do governo ao nível das infra-estruturas



Figura 69. Casas de demonstração



Figura 70. Plano de Aranya

Por fim, no projecto *Aranya Community Housing* (Indore, Índia, 1983-89), também vencedor do *Aga Khan Award for Architecture*, é possível observar uma conjugação de estratégias, dado o leque de opções apresentadas aos moradores. Esta intervenção, do arquitecto Balkrishna Doshi¹⁹⁴, procurou a harmonia entre o plano e a mobilização comunitária, apostando numa forte identificação formal com as especificidades sociais e culturais dos habitantes a quem se destinava; o plano era “informal”, na tentativa de imitar os assentamentos dos *bairros de lata*.

Consistiu, assim, num programa habitacional previsto para cerca de 60.000 habitantes, combinado com um eixo central dedicado a serviços. Propondo a conjugação de áreas para alojamento tanto da classe média como de habitantes com rendimentos mais baixos, foi possível reduzir os custos para os últimos e, ao mesmo tempo, promover a sua integração espacial e social.

O projecto distinguiu-se assim pelo ajuste entre aquilo que poderia ter sido uma certa rigidez formal da grelha dos programas *sites-and-services*¹⁹⁵ e as especificidades socioeconómicas e culturais que caracterizavam os beneficiários - habitantes muçulmanos e hindus, entre outros.¹⁹⁶

O que torna este programa especialmente interessante são, de facto, as *casas de demonstração*, localizadas num dos sectores do plano urbanístico - o primeiro a ser construído -, no sentido de familiarizar os novos habitantes com tipologias e sistemas construtivos possíveis, apoiando assim, a *auto-construção* incremental.¹⁹⁷ Apesar das unidades construídas corresponderem a uma repetição modular - que estabelece a coerência e coesão do conjunto -, era a flexibilidade das tipologias que constituía, sem dúvida, uma resposta à diversidade das características e aspirações dos seus habitantes, permitindo a apropriação dos espaços e a construção de laços identitários, através de um processo aberto à participação dos habitantes quer na concepção quer na construção das suas casas.

¹⁹⁴ Balkrishna Doshi (1927) é um arquitecto indiano considerado uma figura importante da arquitectura do sul da Ásia e é especialmente conhecido pelas suas contribuições para a evolução do discurso arquitetónico na Índia. Em 2018, tornou-se o primeiro arquitecto indiano a receber o Prémio Pritzker de Arquitectura.

¹⁹⁵ “Aranya replaces the insensitive grid plan so frequently associated with sites and services projects with a more suitable urban design (...)” em DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismail; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 65

¹⁹⁶ “(...) this project has achieved are the social goals that it promotes, by creating common spaces where Muslims, Hindus, Jains and others in these neighbourhoods can mix, the project promotes co-operation, neighbourliness, tolerance and cohesive social relationships. In addition, it actively provides a socio-economic mix that allows for cross-subsidies and financial viability.”; *ibidem*.

¹⁹⁷ “The demonstration houses, designed by Balkrishna Doshi, illustrate the array of available options, from one-room shelters to more spacious houses, and emphasise a sense of family and neighbourhood while striving to encourage adaptation and personalisation according to individual needs and resources.”; *ibidem*; p. 69



Figura 71. Vista geral das casas de demonstração construídas na primeira fase do projecto



Figura 72. Início da *auto-construção*, com base nas casas de demonstração



Figura 73 e 74. Variações das formas auto-construídas

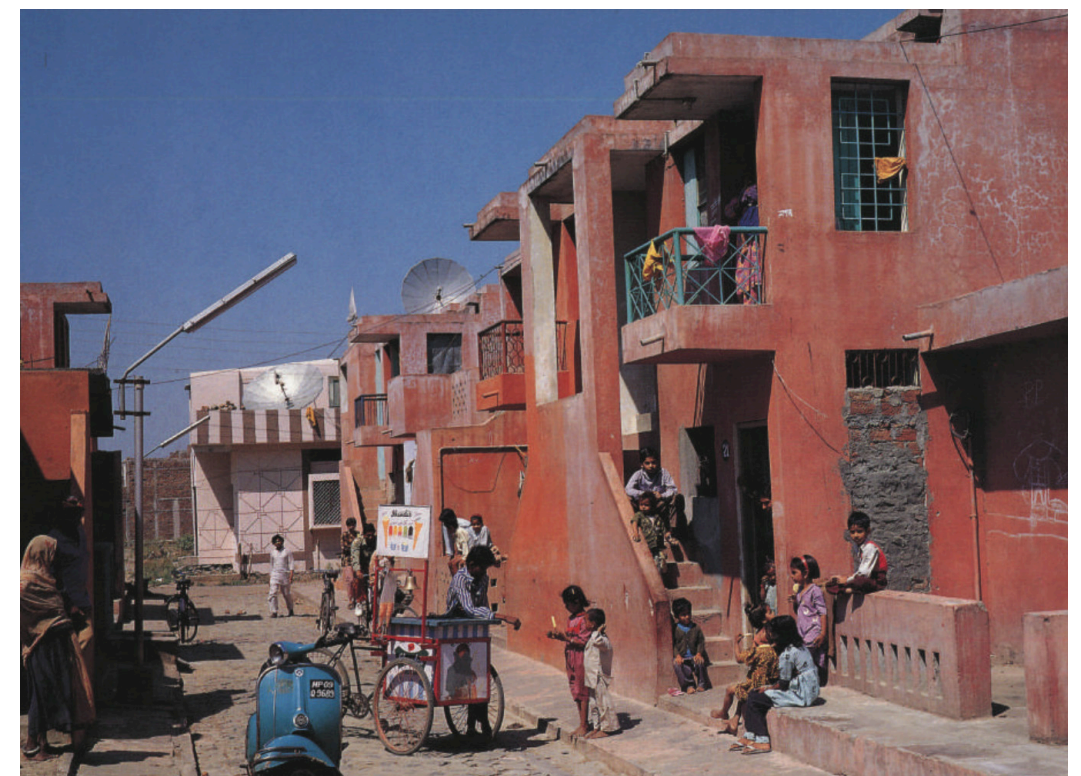


Figura 75 . *Habitat* interactivo, rua como espaço de actividades

Existem ainda diferentes esquemas de pagamento¹⁹⁸ que têm em conta as possibilidades dos diferentes grupos socioeconómicos, disponibilizando também uma variedade de opções de *sites-and-services* capazes de acomodar os diferentes recursos financeiros de uma comunidade mista: desde lotes infra-estruturados a unidades modulares mais complexas.

Relativamente à sua distribuição, enquanto os grupos mais carenciados se localizam no centro de cada sector, as parcelas destinadas à classe média inserem-se ao longo da periferia e no eixo central do assentamento, promovendo assim a heterogeneidade do mesmo.

No entanto, e em boa verdade, o projecto foi tão bem conseguido que alguns dos proprietários originais venderam os seus lotes por dez vezes o preço original¹⁹⁹, o que significa que o bairro já não é destinado aos mais pobres, tal como - apesar de distante - o caso do Bairro da Bouça, no Porto, construído no âmbito do programa SAAL, que albergou, recentemente, o seu primeiro *Airbnb*.

3. *Melhorar*. A ideia implícita neste tipo de abordagens é *trabalhar com o existente*. Não criar novos bairros, ou construir grandes conjuntos habitacionais, mas sim qualificar, melhorar e recuperar o precário, instalado e consolidado. Na opinião de Soloman Benjamin, em vez de operar segundo estratégias que visam cortes e mudanças radicais, deve-se procurar alterações mínimas dentro das estruturas existentes.²⁰⁰

Estes modelos de actuação *in situ* - ou seja, no próprio assentamento informal - visam operações mais complexas porque as realidades existentes condicionam, em muito, o campo de acção da intervenção. Estes programas operam segundo sistemas de acesso à propriedade das habitações já existentes e consolidadas e, sobretudo, segundo a melhoria de infra-estruturas locais como por exemplo: abertura, alargamento ou pavimentação de ruas, melhoria dos sistemas de drenagem, promoção de sistemas para a recolha de resíduos sólidos, criação de serviços e de equipamentos públicos que estejam em falta, isto é, introduzindo novas valências e minimizando as lacunas existentes.

¹⁹⁸ “The down payment was based on the average income of the family, and the loan balance paid in monthly instalments. A monthly maintenance charge of two rupees was fixed for all plots owned by the lower-income groups.” em em DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismail; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 70

¹⁹⁹ “A number of the original owners have either sold their plots or are offering them for sale through a broker. The resale price of a 35-square-metre plot is currently 700 dollars, ten times its original price.”; *ibidem*.

²⁰⁰ “Instead of seeking radical change, minimum alteration should be sought within the existing structure.” em BENJAMIN, Soloman; *India: Informal v Formal Housing*; Architecture Review; Londres; 1985; p. 36

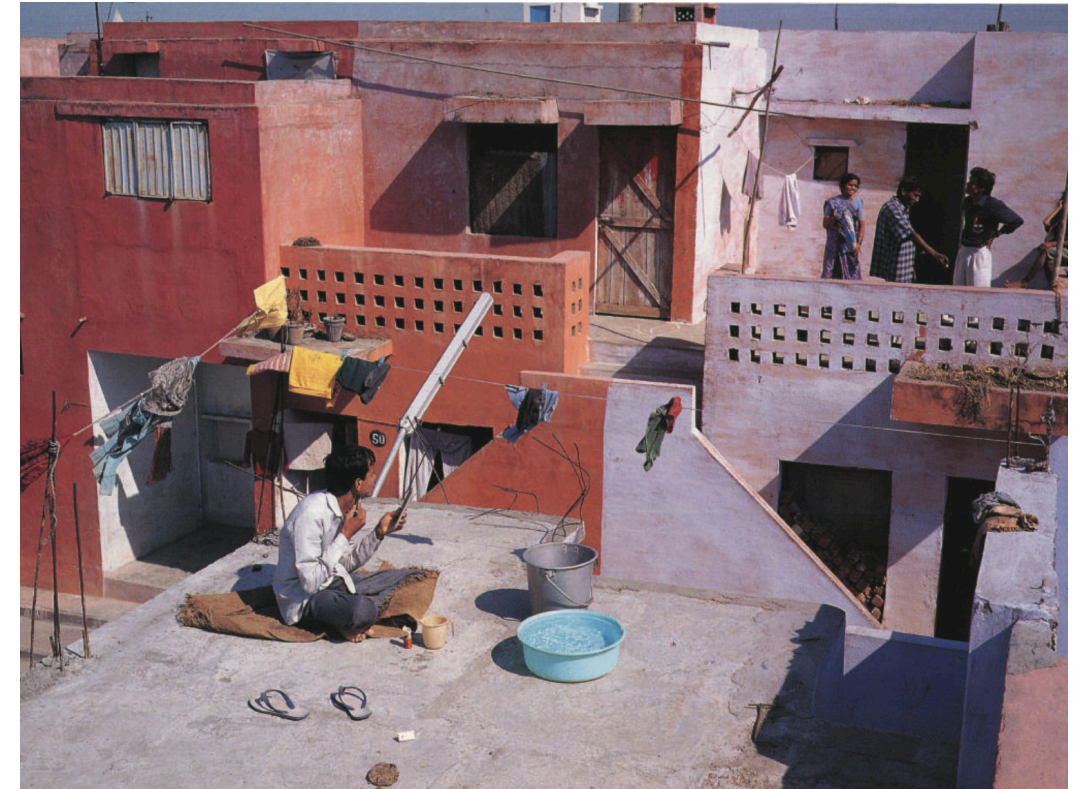
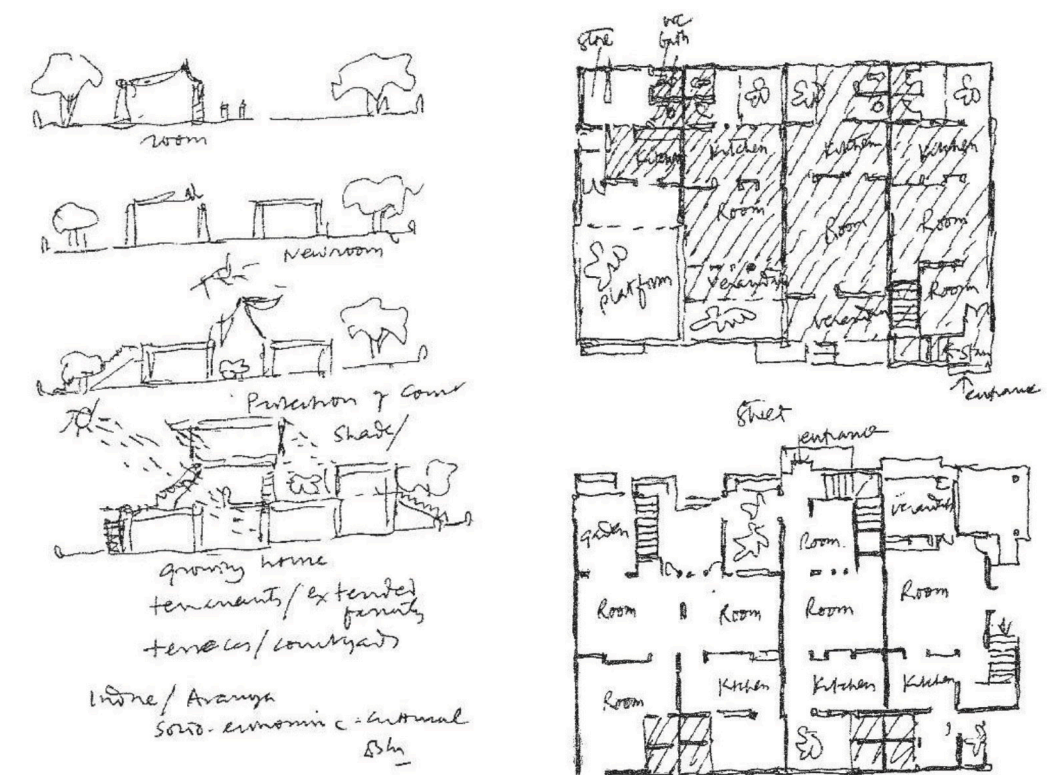


Figura 76. Terraços e varandas como espaços intermédios entre a casa e a rua



Figuras 77 e 78. Desenhos de Doshi - construção incremental



Figura 79. Reminiscências de East Wahdat antes do programa



Figura 80. O bairro de East Wahdat começa a ser transformado - *auto-ajuda*

Tratam-se, portanto, de operações que precisam de estímulos externos e multidisciplinares, apoios técnicos, suportes administrativos e estatais e não vivem sem a intervenção e um elevado grau de envolvimento das comunidades. Este facto parece, mais uma vez, determinante. Para isso há que estabelecer vias de reconhecimento das linhas de força que estruturam o funcionamento sociológico das populações envolvidas, e criar espaços de abertura para a presença de habitantes com poder de decisão nas várias fases do processo.

Facilmente se conclui que a expressivos índices de mobilização comunitária correspondem significativas reduções de custos. A par destes factores, é o acesso à propriedade que suporta o estímulo futuro que irá manter activos os esforços individuais com vista a melhorias contínuas.

O caso do programa de melhoramento de *East Wahdat* (Amã, Jordânia, 1980) - prémio *Aga Khan for Architecture* em 1992 - surge, aqui, como um exemplo elucidativo da estratégia. Financiado pelo Banco Mundial, pelo governo jordaniano e pelo *Jordan Housing Bank*²⁰¹, tinha como principal objectivo melhorar algumas áreas de assentamentos precários da capital, introduzindo infra-estruturas, instalações comunitárias e legalizando o acesso à propriedade.

Num exercício extraordinariamente sensível, o Departamento de Desenvolvimento Urbano convenceu o Município de Amã a trabalhar com os pobres; em vez de *destruir o bairro de lata*, capacitaram o povo para transformá-lo. Assim, administração política e estatal fez uma aposta de confiança nos habitantes - que se entende ser particularmente significativa - ao conceder-lhes o acesso a créditos.²⁰²

De forma a evitar o despejo durante o programa de melhoramento e, com a ajuda dos vizinhos, os ocupantes mudaram as estruturas existentes para um canto da área de intervenção, a título de abrigo temporário. O primeiro espaço da nova casa seria, então, construído no terreno vazio, sendo completado ao ritmo de cada família, numa lógica de construção incremental.

²⁰¹ "Its main objective was to upgrade some of the capital's squatter areas by introducing infrastructure and community facilities, and by legalising land tenure. The project was jointly financed by the World Bank, the Jordanian Government and the Jordan Housing Bank." em SERAGELDIN, Ismail ed.; *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*; Londres: Academy Editions; 1997; p. 94

²⁰² "Special regulations were then drawn up to allow a reduction in plot sizes and more flexible construction rules. The price paid by the residents for each plot included the cost of all infrastructural facilities as well as that of land. Credit was advanced to the poor."; *ibidem*.

Esta operação de trabalho *in situ* resultou numa comunidade próspera - onde os moradores não vivem com medo de serem despejados, mas possuem legalmente os terrenos em que as suas casas são construídas - com lotes de tamanhos variados de acordo com as necessidades e possibilidades de cada uma famílias. Actividades lucrativas, como instalações comerciais e lojas para venda de artesanato foram também introduzidas.²⁰³ Em poucos anos o assentamento passou de precário para subúrbio de classe média.

Ainda de referir que *melhorar* estas áreas traz vantagens relacionadas não só com custos recorrentemente mais baixos, mas também com a tentativa de melhorar dinâmicas e recursos já existentes - como o sistema económico e as oportunidades de emprego (formal e informal) e a estrutura comunitária e de vizinhança - operando segundo um processo de *preservação e continuidade*.²⁰⁴

Em boa verdade, a escala e o grau de consolidação deste tipo de assentamentos é tal que as políticas de *destruição* ou de *substituição* integral dessas áreas se torna quase impensável, sublinhando o mérito das políticas de *melhoramento*.

No entanto, importa reconhecer que embora as vantagens das políticas de *melhoramento* em relação às políticas de *substituição* - que podem ser híbridas (no local ou fora dele) - e de *destruição* sejam evidentes - devido à maior participação dos moradores -, tal não deverá ser entendido como uma mudança de paradigma dado que, geralmente, estas estratégias surgem em paralelo, e a implementação de todas elas - mesmo que separadamente - continua presente até hoje e, por isso, nenhuma constitui um paradigma ultrapassado.

²⁰³ “All plots are provided with water, sewerage, electricity and road access. Schools, clinics, community and vocational training centres were built and technical assistance was made available to the families to help them to build their own houses as well as fifty-eight shops and twenty-four workshops. Income-generating activities, such as vocational training, and commercial facilities and bazaars to sell handicrafts have also been introduced.” em SERAGELDIN, Ismail ed.; *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*; Londres: Academy Editions; 1997; p. 94

²⁰⁴ FERNANDES, Ana; Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015; p. 213



Figura 81. East Wahdat depois do programa

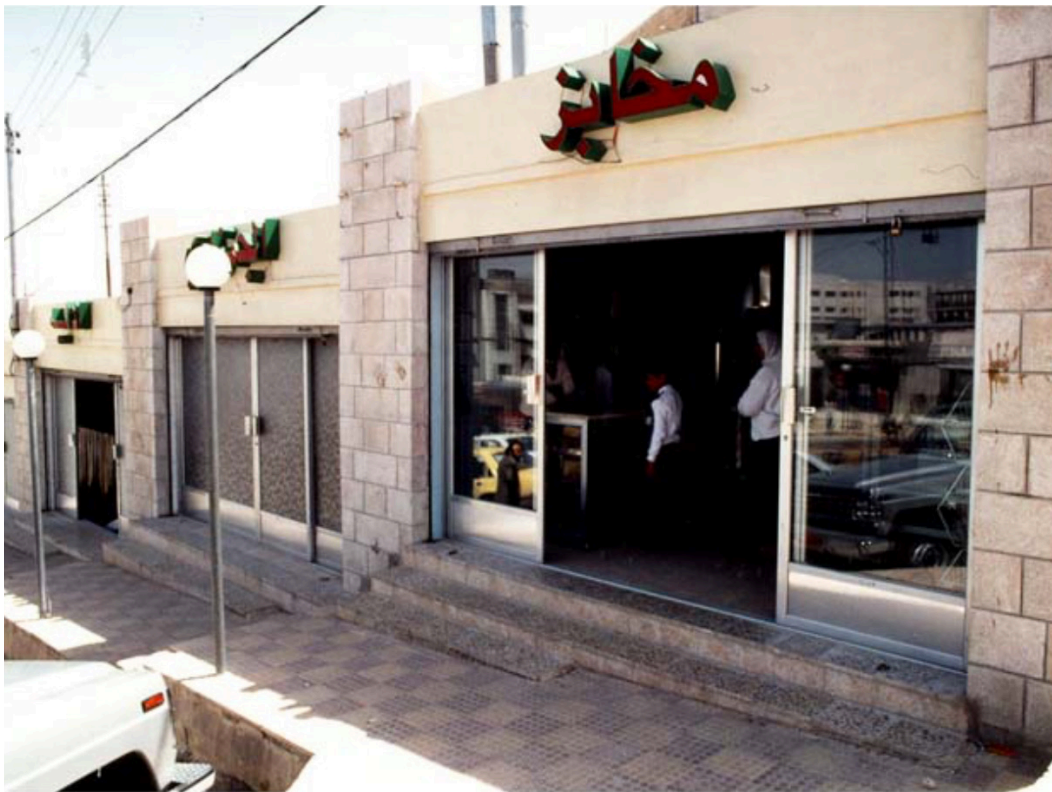


Figura 82. Comércio em East Wahdat



Figura 83. Dispositivo de sombreamento, *East Wahdat*

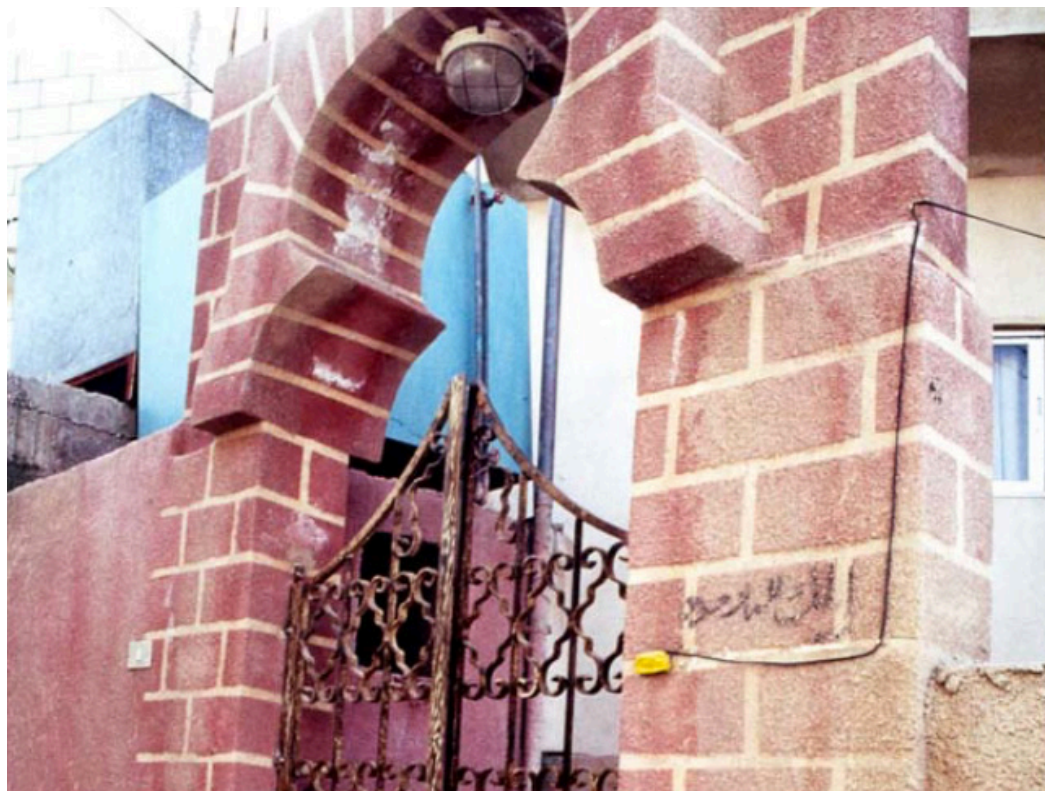


Figura 84. Detalhe de uma entrada, *East Wahdat*



Figura 85. Casas rebocadas e caminhos pavimentados, *East Wahdat*



Figura 86. Escadas, *East Wahdat*



Considerações finais

Trata-se, de certo modo, de praticar desigualdades justas, correctoras das diferenças ou necessárias à colectividade.¹

¹ ASCHER, François; *Metapolis: acerca do futuro da cidade*; 1995; p. 126

Acerca da *informalidade* ficou, acima de tudo, a convicção de que a eficácia das estratégias de intervenção sobre a actual condição urbana é tanto maior quanto mais real e consciente for a representação mental que temos de *cidade* e de *território*.

Ficou também a consciência de que é justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que se dá, de forma descontínua e intermitente, a *produção informalizada do espaço*. Fiquei convicta de que tal forma de urbanidade deve ser lida como parte integrante do tecido urbano global, com características particulares de reprodução e expansão, e cuja melhor estratégia de planeamento (se possível) e gestão consistirá em torná-la sociológica e urbanisticamente integrada nos sistemas envolventes.

O poder da definição a que o planeamento naturalmente incentiva tende a ser demasiado presente. No *Terceiro Mundo*, planear não poderá visar projectos terminados e determinados, mas sim uma série de coordenadas conceptuais propícias à materialização física das operações sobre as realidades vigentes. Importa o processo mais do que o plano em si, importam os meios mais do que os projectos; o planeamento deve ser entendido, apenas e só como uma acção estratégica de desenvolvimento, o que significa que as bases técnicas e teóricas a ele inerentes, deverão ajustar-se às ferramentas práticas das realidades e respectivas circunstâncias.

A catástrofe e a urgência em contexto de precariedade e pobreza agudizam, obviamente, estas inevitabilidades metodológicas - no sentido em que a concretização prática das soluções deve ocorrer num intervalo temporal adequado às exigências das necessidades; mas acredito, em simultâneo, que estas podem surgir como uma oportunidade de reconhecer o urbanismo local e de (re)pensar o território desde as suas origens. Nestas circunstâncias, a planificação e a gestão necessitam de espaço para o malabarismo técnico que é lidar com a imprevisibilidade e o dinamismo destes territórios; os procedimentos devem ser descomplicados e os instrumentos interpretativos.

Por fim, ficou a ideia de que a produção informalizada do espaço, enquanto estratégia de sobrevivência de populações carenciadas, não é uma praga que deva ser extinta. É necessário, sim, reconhecer-lhe a existência de recursos positivos, que possam ser reaproveitados para novas posturas de pensamento e acção; assim, é imperativo recuperá-los, de forma a consolidar estes bairros, dotando-os de infra-estruturas urbanas (excepto em contextos geográficos onde o risco e a vulnerabilidade são maiores). É este sentido de *continuidade*, *preservação* e este respeito pela partilha comunitária - reflectido nas políticas de *melhoramento* - que reforçam os vínculos que a comunidade vai criando com o espaço que lhe é comum, não interrompendo, por isso, o processo de construção de uma *identidade* local.

1. Sobre a informalidade

Sobre a *participação*, relembro que esta não se traduz apenas em *auto-ajuda*. Investigar sobre este tema reforçou a minha persistência na defesa de uma *hetero-participação*, por via do exercício da *cidadania*, em prol de uma sociedade mais justa; defendo o *voluntariado*, sem querer romantizar este tipo de trabalho como resposta redentora à informalidade ou à catástrofe; pelo contrário. Mas, efectivamente, não é lúcido esperar que o Estado satisfaça todas as necessidades a que é necessário responder para que possamos viver em sociedades em que a igualdade de oportunidades e a equidade social sejam as regras predominantes; assim há que constituir *para-estados*²⁰⁵.

Como é óbvio, o *voluntariado* - tal como a *auto-ajuda* - não devem servir de pretexto para dispensar a administração e os poderes públicos (que são, de facto, indispensáveis) de assumir as suas responsabilidades pela promoção da equidade social; no entanto, esta investigação fortaleceu a ideia de que a eficácia dessas iniciativas é tanto maior quanto mais participadas elas são e quanto maior é a ligação entre as pessoas que vivem os problemas e as organizações locais.

Defendo este modelo, em primeiro lugar, porque tive o prazer de o experienciar; em segundo, porque acredito na (re)activação da vida à volta das construções, nos projectos comunitários, no enriquecimento fruto da diversidade, no impacto da horizontalidade da convivência diária; acredito que para além das diferenças entre nacionalidades, idiomas, ideologias, costumes, crenças, existe uma força maior que nos une: o estímulo que se encontra no trabalho em equipa.

Trata-se de um enorme potencial de energia a que é preciso dar expressão e visibilidade, até porque o pluralismo de tais motivações constitui uma fonte adicional de vitalidade e de interesse para os que juntam a preocupação com as questões sociais a uma concepção activa de *cidadania* e de *democracia*.

Acredito, assim, que a criação de entidades organizativas e associativas (não necessariamente sob a forma de voluntariado, atente-se) - desde que com poder de liderança, de gestão e de decisão - é uma das premissas a manter como uma resposta taxativa à obtenção de resultados de desenvolvimento social e territorial efectivo. Este tipo de participação integrada motiva um enorme sentido de apropriação cívica do espaço, levando cada indivíduo a sentir-se naturalmente responsável por cuidar *daquilo que produz* e *que sente que é seu*.

²⁰⁵ SÁ, Ana Luís; *Construir o informal: identidade e expectativa nos cerros de Valparaíso*; Dissertação de Mestrado Integrado; Porto: FAUP; 2016; p. 88

2. Sobre a participação: da auto-ajuda ao voluntariado

3. Sobre o papel da escola na acção social dos arquitectos

Convivo com a ideia de que a grande maioria dos arquitectos anda alheado das questões sociais, políticas e urbanas que os rodeiam; basta olhar à nossa volta para o concluir. Questiono-me, por isso, no fim deste ciclo - e investigação -, se devo rotular a arquitectura como disciplina de interesse público. Na escola não nos ensinaram a projectar em contextos de escassez e só, recentemente, se começaram a debater os desafios socio-espaciais do processo de urbanização e as disparidades dele decorrentes, com a criação da unidade curricular *Urbanização da Pobreza*; acredito, por isso, que o problema esteja na *formação*. A disciplina tem vindo a ser ensinada descartando o reconhecimento destas dimensões da arquitectura, o que levou a que, regra geral, esta seja o reflexo dos grandes egos dos arquitectos que se reflectem exclusivamente na *performance do objecto*²⁰⁶ - não se trata de negar a qualidade do ensino da escola, mas sim de apelar a que o seu programa integre mais afincadamente estas dimensões da prática arquitectónica.

Sempre que tentava discorrer sobre a presente dissertação sentia um certo menosprezo: a título de brincadeira, entre amigos, passou até a intitular-se “*Os pobrezinhos de Katmandu*”. No entanto, e em boa verdade, a brincadeira - apesar de inocente - acaba por reflectir a pouca importância que se dá, hoje em dia, à condição social da arquitectura. Tal como afirma Pedro Bismark e melhor não diria: *Da arquitectura desapareceu todo e qualquer discurso sobre a cidade, sobre o território e sobre o ambiente construído.(...) Enquanto isso, auditórios enchem-se para ouvir as palavras sábias de Olgiati e Herzog discorrerem sobre a essencialidade profunda e misteriosa do gesto arquitectónico ou sobre a geometria pura e perfeita de um cristal de vidro.*²⁰⁷

É neste sentido que, sobre a acção social dos arquitectos ficou, em primeiro lugar, a consciência de que é necessário voltar a trazer para o debate a dimensão pública, social e política da arquitectura, bem como o seu papel *na* e *para* a sociedade. Em segundo lugar, ficou a convicção de que é imperativo fazer, portanto, diagnósticos mais informados - ignorando percepções genéricas - e de saber trabalhar com os recursos disponíveis, que são, nestes contextos, especialmente escassos. Ficou ainda o convencimento de que o sucesso das estratégias pode passar pela redistribuição de papéis e funções. Aos arquitectos um papel de orientação dos projectos e de articulação com as entidades reguladoras; aos moradores um papel de “liderança”.

A articulação disciplinar é, sem dúvida, uma necessidade das políticas urbanas, sobretudo, nestes contextos; daí, que o arquitecto seja apenas mais um interveniente no processo. No entanto, será aquele que, a par da consciência profissional e da responsabilidade técnica, tece relações de empatia, de respeito, de reconhecimento, de generosidade; em suma, saber ser arquitecto em contextos de escassez e precariedade é, ao mesmo tempo, saber ser arquitecto em qualquer outra parte do mundo.

²⁰⁶ BISMARCK, Pedro Levi; *Precisões sobre um estado presente da arquitectura em Portugal*; Jornal Punkto; 2017

²⁰⁷ *Ibidem*.

Epílogo

Quando mergulhei nesta experiência - a *viagem* a Katmandu - não sabia o que esperar. Voei sozinha, sem qualquer tipo de sentimento de familiaridade ou de pertença ao que quer que fosse; estava perdida, tudo era estranho e caótico, sobretudo porque a minha realidade se fechava na impossibilidade de ser alterada: era apenas uma, aquela que conhecia. O meu entendimento de urbanidade era, por isso, regulado por concepções formais e categóricas que dificultavam, em muito, a compreensão da verdadeira essência do território e das mais variadas formas e representações que nele coabitavam.

Foi no decorrer desta jornada, e à medida que com ela me familiarizava, que comecei a perspectivar de forma diferente - talvez, agora, de um ponto de vista mais crítico e humanizado - os sérios processos inerentes à produção do espaço urbano. Katmandu surgiu na altura certa e foi exactamente aquilo que precisava: um alerta, um local de experiências urbanas extremamente impactantes e propícias ao desencadeamento deste estudo. Com o fim da viagem - materializada na presente investigação - chega também o início de um novo ciclo: aqui culminam diversas ideias, sonhos, convicções e expectativas, sempre com a esperança de que a prática da arquitectura nasça, sobretudo, de uma determinação social de construir uma casa comum - o *território*.

(...) *uma cidade não é uma cidade a não ser que seja também uma enorme casa.*²⁰⁸

²⁰⁸“A house must be like a small city if it’s to be a real home; a city like a large house if it’s to be a real home.” Aldo van Eyck; *The urban space man*; The Guardian em <https://www.theguardian.com/news/1999/jan/28/guardianobituaries.jonathanglancey>, consultado a 13-09-2018



Bibliografia

- ABRAMS, Charles; *Housing in the modern world: man's struggle for shelter in an urbanizing world*; Londres: Faber; 1964
- ADIGA, Aravind; *O Tigre Branco*; 4ª ed.; trad. Alice Rocha; Lisboa: Editorial Presença; 2009
- ASCHER, François; *Metapolis: acerca do futuro da cidade*; trad. Álvaro Domingues; Oeiras: Celta; 1996
- BAUMAN, Zygmunt; *Community: Seeking Safety in an Insecure World*; Cambridge: Polity Press; 2001
- BENJAMIN, Soloman; *India: Informal v Formal Housing*; Londres: Architecture Review; 1985
Disponível em:
<http://web.mit.edu/incrementalhousing/articlesPhotographs/pdfs/SollyBenjaminINDIA.pdf>
- BISMARCK, Pedro Levi; *Precisões sobre um estado presente da arquitectura em Portugal*; Jornal Punkto; 2017
Disponível em:
<https://www.revistapunkto.com/2017/07/preciso-esobre-um-estado-presente-da.html>
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude; *A profissão de sociólogo - preliminares epistemológicas*; 3ª ed.; trad. Guilherme João de Freitas Teixeira; Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; 1999
Disponível em:
<http://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre-CHAMBOREDON-Jean-Claude-PASSERON-Jean-Claude.-A-profiss%C3%A3o-de-soci%C3%B3logo.pdf>
- BOURDIN, Alain; *O urbanismo depois da crise*; Lisboa: Livros Horizonte; 2011
- CALVINO; Italo; *As cidades invisíveis*; Lisboa: Ed. Teorema; 2006
- CHITRAKAR, Rajjan; BAKER, Douglas; GUARALDA, Mirko; *Urban growth in the Kathmandu Valley: the transformation of public space*; Past present and future of public space – International Conference on Art, Architecture and Urban Design; Bolonha; 25 a 27 de Junho; 2014
Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/301185916_Urban_Growth_in_the_Kathmandu_Valley_The_Transformation_of_Public_Space
- CHOAY, Françoise; *El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad* em *Lo urbano: en 20 autores contemporáneos*; Barcelona: Ediciones UPC; 2004; p. 61-72
- CORBOZ, André; *El territorio como palimpsesto* em *Lo urbano: en 20 autores contemporáneos*; Barcelona: Ediciones UPC; 2004; p. 25 - 34

- CORBOZ, André; *La ciudad desbordada* em GARCIA ESPUCHE, Albert; *Ciudades: del globo al satélite*; Barcelona: Centre de Cultura Contemporanea de Barcelona; 1994; p. 219 - 228
- CORREA, Charles; FRAMPTON, Kenneth; *Charles Correa*; Londres: AA Publications; 1996
- CORREA, Charles; *Quest for identity* em POWELL, Robert, ed.; *Architecture and Identity*; Singapore: Concept Media/Aga Khan Award for Architecture; 1983
Disponível em:
<https://archnet.org/system/publications/contents/3587/original/DPC0265.pdf?1384775680>
- CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Singapura: Mimar Book; 1989
- DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismaïl; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995
Disponível em:
https://archnet.org/system/publications/contents/3523/original/1995_ALL_High.pdf?1385554405
- DAVIS, Mike; *Planet of Slums*; Nova Iorque: Verso; 2006
Disponível em:
http://rebels-library.org/files/planet_of_slums.pdf
- DOMINGUES, Álvaro; *Transgénicos* em TAVARES, André; OLIVEIRA, Ivo; *Arquitectura em Lugares Comuns: ideias e projectos para o Vale do Ave*; Porto: Dafne; 2008; p. 27 - 33
- DOMINGUES, Álvaro; FERNANDES, Ana; *A urbanização da pobreza - formação académica e consciência social*; Estudo Prévio; Lisboa: CEAUT/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa; 2015
Disponível em:
http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2743/1/EP9-Alvaro_Domingues-PDF.pdf
- DOMINGUES, Álvaro; TRAVASSO, Nuno; *Território: Casa Comum*, Porto: FAUP; 2015
- FERNANDES, Ana; *Entre remediar e solucionar: A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*; Dissertação de Doutoramento; Porto: FAUP; 2015
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon; *Splintering Urbanism*; Londres: Routledge; 2001
Disponível em:
http://www1.caminos.upm.es/sic/files/04_seminarios/1_Sem/05/descargas/6_Splintering%20urbanismGraham%20and%20Marvin.pdf

- HEHL, Rainer; ANGÉLIL, Marc; *Minha casa - nossa cidade! Innovating mass housing for social change in Brazil*; Berlim: Ruby Press; 2014
- HENRIQUES, Raquel; *Da planificação e da gestão urbana: políticas de intervenção e urgência no Terceiro Mundo: o Bairro de Magoanine C*; Dissertação de Mestrado; Porto: FAUP; 2011
- INNERARITY, Daniel; *Las ciudades en un mundo globalizado: hacia una nueva forma de ciudadanía* in XII Encuentro Ibérico de Directores de Planes Estratégicos Urbanos y Territoriales; Zaragoza; 2008
Disponível em:
<http://www.ebropolis.es/files/File/Encuentros/2008/conferenciainnerarity.pdf>
- JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 223; *Escassez*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2006
- JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 231; *Cidade*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2008
- JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 232; *Política*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2008
- JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 236; *Ser pobre*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2009
- KOOLHAAS, Rem; *The Generic City em Small, Medium, Large, Extra-Large: Office for Metropolitan Architecture*; New York: The Monacelli Press; 1998; p.1239-1264
Disponível em:
https://monoskop.org/images/7/78/Koolhaas_Rem_1995_The_Generic_City.pdf
- LEFEBVRE, Henri; *The production of space*; Oxford: Basil Blackwell; 1991
Disponível em:
www.monoskop.org/images/7/75/Lefebvre_Henri_The_Production_of_Space.pdf
- LIECHTY, Mark; *Suitably modern: making middle-class culture in a new consumer society*; Princeton: University Press; 2003
- LIM, C. J.; *Inhabitable infrastructures: science fiction or urban future?*; Nova Iorque: Routledge; 2017
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien; *Os tempos hipermodernos*; Lisboa: Edições 70; 2018
- LYOTARD, Jean-François; *A condição pós-moderna*; 3ª ed.; Lisboa: Gradiva, 2003
Disponível em:
http://www.sergiofreire.pro.br/ad/LYOTARD_ACPM.pdf

- MCCALLUM, Douglas; BENJAMIN, Stan; *Low-Income Urban Housing in the Third World: Broadening the Economic Perspective*; Urban Studies; No. 22; 1985; p. 227 - 287
Disponível em:
www.citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1011.6128&rep=rep1&type=pdf
- MONTANER, Josep Maria; *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*; Barcelona: Editorial Gustavo Gili; 2011
- MUZZINI, Elisa; APARICIO, Gabriela; *Urban Growth and Spatial Transition in Nepal: An Initial Assessment. Directions in development: countries and regions*; Washington, D.C.: World Bank; 2013
Disponível em:
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/13110>
- NINGLEKHU, Sabin; *'Inauthentic' sukumbasi: the politics of aesthetics and urgency in Kathmandu*; Himalaya, The Journal of the Association for Nepal and Himalayan Studies; Artigo 12; Volume 37; 2007
Disponível em:
<https://digitalcommons.maclester.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2302&context=himalaya>
- PALIN, Michael; *Himalaias*; Editorial Bizâncio; Lisboa; 2016
- PANT, Mohan; FUNO, Shūji; *Stupa and Swastika: historical urban planning principles in Nepal's Kathmandu Valley*; Japão: Kyoto University Press in association with NUS Press; 2007
- PERLMAN, Janice; *Six misconceptions about squatter settlements*; Development, Journal of the Society for International Development; 1986; p. 40 - 44
Disponível em:
http://www.urbanpolicy.net/wp-content/uploads/2012/11/Perlman-1988_Six-misconceptions-re-squatter-settlements.pdf
- PHILLIPS, Andrea; ERDEMCI, Fulya; *Social housing - housing the social: art, property and spatial justice*; Berlim: Sternberg Press; Amsterdão: SKOR/Foundation for Art and Public Space; 2012
- RADEMACHER, Anne; *Reigning the river: urban ecologies and political transformation in Kathmandu*; Durham: Duke University Press; 2011
- ROY, Ananya; *The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory*; Regional Studies; Vol. 43; Número 6; 2009; p. 819–830
Disponível em:
http://www.sas.upenn.edu/urban/sites/www.sas.upenn.edu/urban/files/Roy-21st%20Century%20Metropolis_0.pdf

- ROY, Ananya; *Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism*; International Journal of Urban and Regional Research; Vol. 35.2; 2011; p. 223-38

Disponível em:

<http://periferiessurbanas.org/wp-content/uploads/2012/08/ROY2011subaltern.urbanism.pdf>

- ROY, Ananya; *Urban informality: Toward an epistemology of planning*; Journal of the American Planning Association; Vol. 71; No. 2; 2015; p. 147-158

Disponível em:

<http://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Urban-Informality-Roy.pdf>

- ROY, Ananya; *Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization*; SAGE Publications; Vol. 8; p. 76-87; 2009

Disponível em:

<http://pdfwww.china-up.com:8080/international/case/case/1600.pdf>

- SÁ, Ana Luís; *Construir o informal: identidade e expectativa nos cerros de Valparaíso*; Dissertação de Mestrado; Porto: FAUP; 2016

- SANDHOLZ, Simone; *Urban centres in Asia and Latin America: heritage and identities in changing urban landscapes*; Switzerland: Springer International Publishing; 2017

- SANTOS, Boaventura de Sousa; *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*; 7ª ed.; Porto: Edições Afrontamento; 1999

- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; *A cidade como um jogo de cartas*; Niteroi: Universidade Federal Fluminense; 1988

- SEKLER, Eduard F.; *Patan Durbar Square Monument Zone*; Paris: UNESCO; 1985

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000671/067139eo.pdf>

- SEKLER, Eduard F.; *Use of collective space in Patan and other historic towns of the Kathmandu Valley, Nepal*; Louvain: ICOMOS; Vol. 18-19; 1979; p. 97-108

Disponível em:

https://www.icomos.org/monumentum/vol18-19/vol18-19_17.pdf

- SERAGELDIN, Ismaïl; *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*; Londres: Academy Editions; 1997

Disponível em:

http://www.serageldin.com/Attachment/hj284Oe8E0_20150211152423794.pdf

- SHRESTHA, Bijaya K.; *Street typology in Kathmandu and street transformation*; Urbani izziv; Vol. 22; No. 2; 2011

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Bijaya_K_Shrestha/publication/269686870_Street_typology_in_Kathmandu_and_street_transformation/links/02e7e51c14e480ee9e000000/Street-typology-in-Kathmandu-and-street-transformation.pdf?origin=publication_detail

- SHRESTHA, Subik Kumar; *The morphological dimension of Kathmandu city and new possibilities for its emergence as a user-responsive urban place*; Article for VAASTU; Vol. 13; 2015

Disponível em:

http://www.academia.edu/13846795/The_morphological_dimension_of_Kathmandu_city_and_new_possibilities_for_its_emergence_as_a_user-responsive_urban_place

- SILVA, Cidália; *Dissipar equívocos: saber ver o território contemporâneo* em TAVARES, André; OLIVEIRA, Ivo; *Arquitectura em Lugares Comuns: ideias e projectos para o Vale do Ave*; Porto: Dafne; 2008; p. 35 - 42

- SILVA, Cidália; *Território fissiforme* em JORNAL DOS ARQUITECTOS no. 231; *Cidade*; Lisboa: Ordem dos Arquitectos; 2008; p. 34 - 37

- STEELE, Brett; CANALES, González de; *First works: emerging architectural experimentation of the 1960s & 1970s*; Londres: AA Publications; 2009

- TÁVORA, Fernando; *Da organização do espaço*; Porto: FAUP Publicações; 1996

- TIWARI, Sudarshan Raj; *From past paths to future walks: Reading and Learning From the Traditional Streets of Kathmandu Valley Towns*; Future of Spaces III; Stockholm; 2015

Disponível em:

www.sustasis.net/Tiwari.docx

- TOFFIN, Gérard; *Urban fringes: squatter and slum settlements in the Kathmandu Valley (Nepal)*; Contributions to Nepalese studies; Vol. 37; No. 2; 2010; p.151-168

Disponível em:

http://himalaya.socanth.cam.ac.uk/collections/journals/contributions/pdf/CNAS_37_02_06.pdf

- TRAVASSO, Nuno; *Território: Casa Comum - Em busca de um processo de construção colectiva*; Porto: FAUP; 2015

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/304778092_Territorio_Casa_Comum_Em_busca_de_um_processo_de_construcao_colectiva

- TURNER, John F. C.; *Housing by people: towards autonomy in building environments*; Nova Iorque: Marion Boyars; 1991

- TURNER, John F. C.; *Approaches to government-sponsored housing*; Ekistics; Volume 41; Número 242; 1976

Disponível em:

<http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/GovernmentSponsoredHousing.pdf>

- TURNER, John F. C.; *Conclusions em Dwelling resources in South America*; Architectural Design; Número 8; 1963; p. 389 - 393

Disponível em:

<http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/AD8-13Conclusion.pdf>

- TURNER, John F. C.; *Uncontrolled Urban Settlement: Problems and Policies*; International Social development review. Número 1, United Nations, New York, 1968

Disponível em:

<http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/UncontrolledUrbanSettlement.pdf>

- TURNER, John F. C.; *Chapter 7: Housing as a Verb* em TURNER, John; FICHTER, Robert ed.; *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*; Nova Iorque: Collier Macmillan; 1972

Disponível em:

<http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/FreedomtoBuildCh7.pdf>

- TURNER, John F. C.; *Chapter 6: The Reeducation of a Professional* em TURNER, John; FICHTER, Robert ed.; *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*; Nova Iorque: Collier Macmillan; 1972

Disponível em:

<http://communityplanning.net/JohnTurnerArchive/pdfs/FreedomtoBuildCh6.pdf>

- UN-HABITAT; *Global report on human settlements: the challenge of slums*; 2003

Disponível em:

<https://www.un.org/ruleoflaw/files/Challenge%20of%20Slums.pdf>

- UNESCO; *Revisiting Kathmandu: Safeguarding Living Urban Heritage*; 2015

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002317/231755E.pdf>

- UNGERS, Oswald Mathias; *Morphologie: city metaphors*; Köln: Verlag der Buchhandlung Walther König; 1982

- VÉRONIQUE, Dupont; *The politics of slums in the global south: urban informality in Brazil, India, South Africa and Peru*; Nova Iorque: Routledge; 2015

- WACHSMUTH, David; *City as Ideology: Reconciling the Explosion of the City Form with the Tenacity of the City Concept*; Environment and Planning D: Society and Space; Vol. 31; 2014; p. 75 - 90

Lista de imagens

Figuras 1 a 19.
fotografia da autora

Figura 20.
www.bigthink.com/strange-maps/534-the-eggs-of-price-an-ovo-urban-analogy

Figuras 21 e 22.
fotografia da autora

Figura 23.
www.monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2014/06/bairro-da-lata-no-morro-do-seminario.html, consultado a 25-04-2018

Figura 24.
adaptação do mapa existente em RADEMACHER, Anne; *Reigning the river: urban ecologies and political transformation in Kathmandu*; Durham: Duke University Press; 2011; p. 64

Figura 25.
PANT, Mohan; FUNO, Shūji; *Stupa and Swastika: historical urban planning principles in Nepal's Kathmandu Valley*; Japan: Kyoto University Press in association with NUS Press; 2007; p. 4

Figura 26.
adaptação da imagem existente em SEKLER, Eduard F.; *Use of collective space in Patan and other historic towns of the Kathmandu Valley, Nepal*; Louvain: ICOMOS; Vol. 18-19; 1979; p. 4

Figura 27.
adaptação do mapa existente em SEKLER, Eduard F.; *Patan Durbar Square Monument Zone*; Paris: UNESCO; 1985; p. 21

Figuras 28 e 29.
fotografia da autora

Figura 30.
PANT, Mohan; FUNO, Shūji; *Stupa and Swastika: historical urban planning principles in Nepal's Kathmandu Valley*; Japan: Kyoto University Press in association with NUS Press; 2007; p. xxi

Figura 31.
Ibidem; p. 47-48

Figuras 32 a 34.
fotografia da autora

Figura 35.

www.frelinholm.medvinden.com/2016/02/25/a-day-filled-with-river-talks/, consultado a 02-09-2018

Figura 36.

www.medium.com/@elailai94/displacement-and-migration-induced-by-2015-nepal-earthquake-33deebf8ba48, consultado a 02-09-2018

Figura 37.

www.theatlantic.com/photo/2016/04/nepals-earthquakes-one-year-later/479772/, consultado a 02-09-2018

Figura 38 e 39.

fotografia da autora

Figura 40.

fotografia de Ben Sarten, fotógrafo oficial da organização

Figura 41.

www.sergebouviet.com/Kathputli-colony, consultado a 31-07-2018

Figura 42.

www.scroll.in/latest/856198/delhi-hc-stays-kathputli-colony-demolition-family-alleges-child-died-after-officials-used-tear-gas, consultado a 31-07-2018

Figura 43.

HEHL, Rainer; ANGÉLIL, Marc; *Minha casa - nossa cidade! Innovating mass housing for social change in Brazil*; Berlim: Ruby Press; 2014; p. 18-19

Figura 44.

www.imovelweb.com.br/noticias/documentacao-2/conheca-as-condicoes-para-compra-do-imovel-pelo-programa-minha-casa-minha-vida/, consultado a 31-07-2018

Figura 45.1.

Esquema gráfico redesenhado pela autora a partir de esquema existente em HEHL, Rainer; ANGÉLIL, Marc; *Minha casa - nossa cidade! Innovating mass housing for social change in Brazil*; Berlim: Ruby Press; 2014; p. 55

Figura 45.2.

Ibidem; p. 55

Figura 45.3. e 45.4.

Ibidem; p. 57

Figura 46.

CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p. 55

Figura 47.

CORREA, Charles; FRAMPTON, Kenneth; *Charles Correa*; Londres: AA Publications; 1996; p. 152

Figuras 48 e 49.

Ibidem; p. 156

Figura 50.1.

CORREA, Charles; *The new landscape: urbanization in the third world*; Mimar Book; 1989; p.56

Figuras 50.2. e 50.3.

Ibidem; p.57

Figura 50.4.

Ibidem; p.58

Figura 51.

www.arquitechne.com/quinta-monroy-12-anos-depois-uma-analise-da-habitacao-social-de-alejandro-aravena/, consultado a 2-08-2018

Figura 52.

www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental, consultado a 2-08-2018

Figura 53.

STEELE, Brett; CANALES, González de; *First works: emerging architectural experimentation of the 1960s & 1970s*; Londres: AA Publications; 2009; p. 226

Figura 54.

Ibidem; p. 227

Figura 55.

Ibidem; p. 228

Figura 56.

Ibidem; p. 223

Figura 57.

Ibidem; p. 229

Figura 58.

Ibidem; p. 228-229

Figura 59.

Esquema gráfico traduzido pela autora a partir de esquema existente em DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismaïl; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 58

Figura 60.

<https://www.akdn.org/sites/akdn/files/media/documents/AKAA%20press%20kits/1995%20AKAA/Khuda-ki-Basti%20-%20Pakistan.pdf>; p. 110, consultado a 18-07-2018

Figura 61.

DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismaïl; *op. cit.*; p. 60

Figura 62.

<https://www.akdn.org/sites/akdn/files/media/documents/AKAA%20press%20kits/1995%20AKAA/Khuda-ki-Basti%20-%20Pakistan.pdf>; p. 100, consultado a 18-07-2018

Figura 63.

DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismaïl; *op. cit.*; p. 63

Figura 64.

Ibidem; p. 62

Figura 65.

Ibidem; p. 63

Figuras 66 e 67.

Ibidem; 62

Figura 68.

Ibidem; 59

Figura 69.

Ibidem; p. 67

Figura 70.

www.akdn.org/sites/akdn/files/media/documents/AKAA%20press%20kits/1995%20AKAA/Aranya%20Community%20Housing%20-%20India.pdf; p. 37, consultado a 18-07-2018

Figuras 71 e 72.

Ibidem; p. 40, consultado a 18-07-2018

Figura 73 e 74.

Ibidem; p. 49, consultado a 18-07-2018

Figura 75.

DAVIDSON, Cynthia; SERAGELDIN, Ismaïl; *Architecture Beyond Architecture: creativity and social transformations in Islamic cultures: the 1995 Aga Khan Award for Architecture*; Reino Unido: Academy Editions; 1995; p. 66

Figura 76.

Ibidem; p. 71

Figura 77 e 78.

Ibidem; p. 68

Figura 79.

www.akdn.org/sites/akdn/files/media/documents/AKAA%20press%20kits/1992%20AKAA/East%20Wahdat%20-%20Jordan.pdf, p. 94, consultado a 20-07-2018

Figura 80.

Ibidem; p. 74, consultado a 20-07-2018

Figura 81.

Ibidem; p. 40, consultado a 20-07-2018

Figura 82.

Ibidem; p. 102, consultado a 20-07-2018

Figura 83.

Ibidem; p. 90, consultado a 20-07-2018

Figura 84.

Ibidem; p. 97, consultado a 20-07-2018

Figura 85.

Ibidem; p. 76, consultado a 20-07-2018

Figura 86.

Ibidem; p. 98, consultado a 20-07-2018

